



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

José Maria Dias Teixeira

Os jovens e o tempo em Cabo Verde: subjetividades em transformação

Rio de Janeiro

2011

José Maria Dias Teixeira

Os jovens e o tempo em Cabo Verde: subjetividades m transformação



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof. Doutora. Heliana de Barros Conde Rodrigues

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/A

T266

Teixeira, José Maria Dias.

Os jovens e o tempo em Cabo Verde : subjetividade em transformação / José Maria Dias Teixeira. – 2011.
145 f.

Orientadora: Heliana de Barros Conde Rodrigues.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia.

1. Subjetividade – Teses. 2. Sexo (Psicologia) – Teses. 3. Jovens – Cabo Verde – Comportamento sexual - Teses. 4. Exclusão social – Teses. I. Rodrigues, Heliana de Barros Conde. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

dc

CDU 165.42

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

José Maria Dias Teixeira

Os jovens e o tempo em Cabo Verde: subjetividades em transformação

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 28 de junho de 2011.

Orientadora: Prof.^a Dra. Heliana de Barros Conde Rodrigues
Instituto de Psicologia – UERJ

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Anna Paula Uziel
Instituto de Psicologia - UERJ

Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara
Instituto de Medicina Social - UERJ

Prof.^a Dra. Katia Faria de Aguiar
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2011

DEDICATÓRIA

Pai, dedico-te esta luta, por ainda ver em teus olhos, na minha memória, tudo o que possa vir a ser. Mãe, entrego nas tuas mãos, já que sempre confiaste nos próximos rumos do barco, mesmo quando parecia não haver nenhum. Que Deus seja generoso! Manos e manas caminhamos juntos. Isabel, Clarissa, Zezito e Guta, a certeza de levantarmos sempre em novos caminhos a se fazer.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPQ, ao MRE e a todo o Governo Brasileiro;

À Coordenação de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ, seus coordenadores e funcionário/as;

Aos professores do Programa de Pós de UERJ:

À Anna Paula Uziel, pela gentileza de estar sempre disposta a acolher mais uma questão;

À Marisa Lopes da Rocha, por se fazer rocha onde encostava para não cair e para rir dos meus próprios passos;

Ao Ronald João Jacques Arendt, pela franqueza;

À Claudia Osório da Silva por abrir a porta para outros mundos que, até então, talvez só ela soubesse que talvez eu fosse capaz;

À Professora Kátia Faria de Aguiar, prova de que a amizade perdura e faz brotar sempre novos rebentos.

Ao Professor Sérgio Luis Carrara, em quem caminham juntos a seriedade e a humildade;

À minha Orientadora Heliana de Barros Conde Rodrigues, para quem as palavras que encontro dizem muito pouco do que gostaria de dizer. Bem haja.

Às amigas singelas do Brasil e aos verdianos brazucas amigos de todas as horas de Niterói, um louvor à amizade.

Aos bons amigos e companheiros de todos os tamanhos, meus reconhecimentos de todas as medidas.

... pátio da UERJ, 2 de março de 2009. Às costas um mundo diferente. Compreensível! À frente o betão parece duro demais. Cinza queimada, gasto. O que está a fazer aqui? Um pouco mais de coragem! - Olha sobe aquela rampa!

– esta...? Bem que tem retorno! Corpo inclinado, seguindo os passos a traçar equilíbrio.

Só receios, só perguntas – preocupações, já demoradas em pensamentos; tautológicas - a remeter a problemas e a respostas iguais a tantas outras. “Dez-espero”....!

ahh!

- Aceitação incondicional de uma Condessa, animada pelo seu perspicaz Lenhador, cozedores de alentos em horas desesperadas e cansadas.

Mais encontros,

- uma Rocha que se encanta e faz o encanto quando, maré-a-maré, persegue os poetas e muitos malabaristas de Pensar, de Fazer e de Dizer.

Soletrando a desaprender,

- Com Anna-o-alfabeto, a ler sem medo do avesso e a fazer o Si em caminhos Samambaia.

Betão ameaçador é espaço de amizade... –qual corcunda! - peso para quê? Então, corcunda desinflado - rasteiro ao chão-, sempre ao lado de si mesmo– bem no chão onde renasce um pequeno gigante; talvez possa carregar a si e ao mundo. E,

poderia ser um e outro e os mais que poderia fazer de si. Enfim, poderia fazer-se Vários, e não sabia.

Entremares, idas e vindas, dois mundos - mundos vários;

só ECOS.

Ecos que dão passagem, mesmo quando se estreitam os caminhos.

José Teixeira

RESUMO

TEIXEIRA, José Maria Dias. *Os jovens e o tempo em Cabo Verde: subjetividades em transformação*. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

A dissertação procurou debruçar-se sobre as condições de vida dos jovens, no contexto das relações de sexualidade, de gênero e de exclusão, face às aceleradas transformações sociais, educacionais, econômicas e políticas em Cabo Verde. A abordagem busca, a partir das informações disponíveis em estudos, das histórias ficcionadas em literatura, em memórias e experiências coletizáveis, assim como nas efetuações e afetações inscritas na nossa trajetória individual/coletiva, dar visibilidade aos diferentes operadores categóricos que servem à preparação de um "futuro melhor para todos", procurando elucidar os regimes de poder que definem as formas a partir das quais vários problemas são reafirmados. São problemas cujas reconfigurações, hoje, são transcritas numa lista de comportamentos *inadequados* - muitos dos quais tidos por gravosos - que se transformam em formas comuns de se referir aos jovens. Pretendeu-se assim, na linha de pensadores como Michel Foucault, Felix Guattari e Gilles Deleuze, criar condições para desvencilhar-se das amarras que impedem que se comece a pensar sobre as condições que possibilitam aos jovens serem efetivamente protagonistas de si, protagonistas dos processos que conduzem à procura de soluções para os desafiantes problemas que pesam sobre eles.

Palavras-chave: Subjetividade, jovens, transformação, gênero e exclusão

ABSTRACT

This dissertation focus on life conditions of capeverdean youth, in terms of their sexuality and gender relationship and exclusion, and the way they face the social, educational, economic and political accelerated transformations in Cape Verde. This approach intends to point out a group of conceptual devices which are directed to prepare a 'better future for all' and tries to elucidate the regime in power that defines the way many problems are reinforced. We do that by using a research throughout information that are available on specific studies, from fictional stories and literature, and in memories and collective experiences, as well as the performance and affectation which are registered in our individual and collective paths. These are problems whose re-configuration are copied out on a list of '*don'ts*' or *bad* behavior _ many of them are assumed as vexatious _ but become to ordinary ways of referring to young people. In fact, and according to Michel Foucault, Felix Guattari and Gilles Deleuze, we intend to create conditions and to untie our own thoughts so as we can find the best way to improve leadership among young people, and they can take care of themselves and think ahead in order to lead the processes which will drive them to face their conditions and find out the solution for the challenging problems which are a burden on their shoulders.

Keywords: Young people, transformation, gender, exclusion

SUMÁRIO

| | | |
|-----|---|-----|
| 1 | OLHARES AO ESPELHO | 9 |
| 1.1 | Imagens de uma mirada | 9 |
| 1.2 | Tacteando o invisível | 15 |
| 1.3 | Pelas Bordas do espelho | 22 |
| 1.4 | Olhares travessos | 28 |
| 2 | NO TEATRO DA VIDA | 41 |
| 2.1 | Os jovens no cenário das transformações | 41 |
| 2.2 | Juventude: do caminhante e do breu | 46 |
| 2.3 | Juventudes desencontradas entre caminhos | 49 |
| 2.4 | Dos relâmpagos no breu: nas trilhas das juventudes em trânsito | 55 |
| 2.5 | Quem são esses “figurantes” em Cabo Verde? | 58 |
| 2.6 | Jovens violências e inclusão | 63 |
| 2.7 | Olhares thugs | 70 |
| 3 | NOS BASTIDORES DA CENA: SEXUALIDADE, GÊNERO E PODER . | 78 |
| 3.1 | O que está em Jogo? | 78 |
| 3.2 | Recompondo a cena | 82 |
| 3.3 | Encenando roteiros | 86 |
| 3.4 | Compondo a memória | 88 |
| 3.5 | Rasgando papéis | 95 |
| 3.6 | As falas de outras vozes: primeiro ensaio | 99 |
| 3.7 | As falas de outras vozes: segundo ensaio | 104 |
| 4 | POR ONDE DESÁGUAM OS RIOS | 109 |
| 4.1 | Meninas-mães, alunas-grávidas mulher | 108 |
| 4.2 | Inclusão e exclusão: composições de um jogo | 112 |
| 4.3 | Gostar, namorar e engravidar | 117 |
| 4.4 | Entre as divisórias da casa | 120 |
| 4.5 | Eu só queria estudar | 123 |
| 5 | NAS BORDAS DO ESPELHO | 130 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 135 |
| | REFERÊNCIAS | 139 |

1 OLHARES AO ESPELHO

1.1 Imagens de uma mirada

Quando olho para o espelho vejo fragmentos de imagens em reflexos, uns soltos outros costurados. Estes últimos, reconhecidos e reconhecíveis, se confundem um pouco com a história “recente” de Cabo Verde¹, com suas continuidades históricas que legitimam o presente, de sonhos, de realizações e de frustrações dos heróis e progressistas da terra. Os fragmentos soltos! Estes escapam, transcorrem como fumaças ao vento e embaçam o espelho, de modo que não os reconheço. Não sem algum esforço.

Destas lascas costuradas se podem ver também laços históricos entre Brasil e Cabo Verde que remontam a séculos que atravessam o período colonial. As correlações de forças em diferentes momentos marcaram períodos quentes e de estreitas relações sociais e comerciais, particularmente nos momentos em que Cabo Verde, pela sua posição geográfica, era o ponto estratégico da navegação portuguesa²; e períodos menos intensos, sem que seja de relações menos qualificadas: como vários outros cabo-verdianos, fui beneficiado com uma vaga na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde fiz o curso de graduação em Psicologia, no âmbito do programa PEC-G³; e, nesta nova etapa, enquanto bolsista do CNPq, sou prova de uma cooperação eficaz que se estende a vários outros domínios entre os dois países. Poderia ressaltar aqui, também, o acolhimento sem receio e muitos *bons encontros*, transbordando de intensidades, no Programa de pós-graduação em Psicologia Social, com os professores, amigos e colegas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Outras espessas pontas localizam a juventude cabo-verdiana na luta cotidiana e multifacetada pela afirmação da sua presença no espaço social. Nos últimos cinco anos de atividade profissional, trabalhei com jovens. Um contato permanente que me proporcionou

¹ Cabo Verde é um país africano de língua oficial portuguesa. O navegador António da Noli chegou a Cabo Verde em 1460 (40 anos antes do *achamento* do Brasil) e em 1462/4 os portugueses se instalaram no que se tornaria *Cidade de Ribeira Grande de Santiago* - primeira cidade fundada pelos europeus nos trópicos -, situada na ilha de Santiago (a maior das 10 ilhas que formam o Arquipélago de Cabo Verde). Independente em 05 de Julho de 1975, atualmente é um país democrático - de direito constitucional - que foi alçado à categoria de país de desenvolvimento médio.

² “Cabo Verde (situado no baricentro entre os principais continentes do Atlântico, oceano que foi palco de variadíssimos processos sócio-político-culturais), então podia ter sido *ponto de encontro de culturas* com o mesmo dinamismo e vitalidade de uma Europa média ou de uma certa América, onde o caldeamento étnico e cultural foi mola-motor de desenvolvimento econômico.” (LOPES FILHO, 2003. p. 312).

³ PEC-G Programa de Estudante Convênio, nível de Graduação.

oportunidades de escuta e despertou em mim uma sensibilidade maior, tanto para as inquietações dos jovens como para os problemas referentes a eles. Nesses anos, em comissão de serviço (por ser quadro do Ministério da Saúde), desempenhei a função de Coordenador Nacional dos Centros de Juventude, num projeto da Secretaria de Estado da Juventude. A principal atribuição era a de ampliar a rede de assistência e diversificar a qualidade de respostas aos jovens. Os laços pessoais e profissionais com o Brasil, porém, se mantiveram, sobretudo pelos contatos permanentes com os amigos e professores que ficaram, após o término da graduação e o retorno ao País em 1998; mas também pelas diversas parcerias técnicas realizadas a nível institucional - ainda há pouco tempo com a ONG BEMFAM – Bem-Estar Familiar no Brasil, com a qual, em 2008, o projeto procurou parceria para um estudo sobre a juventude.

Atualmente, coordeno uma rede de Gabinetes do Empreendedor, a qual, apesar de estar na fase de montagem e de formações, se pretende estender pelos 21 municípios do País, nas nove ilhas⁴ habitadas. Nessa fase, o SEBRAE – Natal é tido como principal parceiro institucional da ADEI – Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação, no reforço de cultura do empreendedorismo em Cabo Verde. Já foram realizadas oficinas de treinamento, tanto no Brasil como em Cabo Verde, reforçando o que se configura no atual programa do Governo de Cabo Verde como um dos pilares estratégicos do desenvolvimento do País: gerar riquezas para combater o desemprego jovem. A parceria bebe também de experiências de Portugal e de outras canarinas.

Pois bem, Cabo Verde, enfim, pode ser descrito de forma sumária como um país de encontros. A história nos conta que não havia população nativa na altura da chegada dos portugueses em 1460⁵. A partir de 1462/4, os portugueses iniciaram o povoamento: povos africanos e europeus se tocaram ali, num lugar inicialmente inóspito, onde a cumplicidade se tornaria condição de vida. A partir dessa altura foi surgindo aquele cujo “caldeamento”, na terminologia do Antropólogo Lopes Filho (2003), o tornaria, então, igual a si mesmo. E o fazer-se cabo-verdiano é um desafio permanente, num país onde 2/3 da população vive na diáspora, e o desenvolvimento acentuado e mudanças subsequentes impõem ajustes permanentes. Todavia, preservou-se o hábito de acolher, configurado em forma de

⁴ As 10 ilhas do arquipélago de Cabo Verde são: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (habitat de muitas espécies endêmicas, mas, ainda, sem a presença humana), São Nicolau, Sal, Boavista, Maio, Santiago, Fogo e Brava.

⁵ Conforme Andrade (1996, p. 35), encontraram o país como esperavam, “só e destituído de povos, excetuando alguns genoveses que mais tratavam de colher algodão do mato”. Porém, estudiosos e críticos atuais apontam que talvez houvesse residentes, antes da chegada dos portugueses, mas era conveniente, para o total domínio territorial, uma história que declarasse, definitivamente, ausência ou presenças passageiras.

“morabeza” - categoria histórica e cultural referente à capacidade acolhedora e receptiva dos cabo-verdianos, vangloriada à exaustão na literatura e na música, entre outras expressões culturais e artísticas. Tal categoria permanece como valor simbólico de um povo miscigenado social, cultural e racialmente.

Importa, nessa conjuntura, situar a textura desses fragmentos de imagens, lá onde eles se articulam com o social e o coletivo; e ater-se às questões relacionais de pares (jovens) com seus familiares e nas relações sexuais e de gênero, remontadas pela história em modos lineares, mas também descontínuos, de ser jovem e cabo-verdiano. Também decerto à violência urbana, tomada por imponderável em certos discursos institucionais. Tendo o país passado 515 anos sob o jugo colonial, é nos 35 anos de independência que, enquanto a sua população triplica - chegando atualmente a meio milhão de habitantes -, ele passa por uma série de transformações significativas nos domínios social, econômico e político: uma economia agrícola vai cedendo lugar à economia de mercado de modelo liberal e a democratização alia-se à massificação da educação, antes privilégio de poucos. Cabo Verde é alçado à categoria de país de desenvolvimento médio e assiste à escalada do turismo, à migração do campo para a cidade e à imigração de jovens de vários países vizinhos da costa ocidental africana, procurando caminhos sonhados de uma vida melhor. Tudo isso, associado às novas tecnologias de informação e comunicação, entre outros aspectos, propicia novos modos de ação e tensiona formas de relacionamento cujas continuidades/descontinuidades demandam olhares mais atentos e cuidadosos, mais sensíveis às novas vivências dos jovens.

Apesar das várias mudanças sociais, normativas e legais ocorridas nos últimos anos, que deveriam beneficiar a mulher e os jovens, são visíveis os desconfortos nas relações em vários contextos - cenários que situam certas divergências ou incompatibilidades de modos de ver e de encarar a realidade entre pais e filhos, num quadro moral e institucional restritivo e culpabilizador para com as novas experiências dos jovens e num contexto escolar em que os professores se distanciam cada vez mais da realidade de vida dos alunos. Um conjunto de fatores que se aglomeram, próximos a esses espaços cruciais de educação e de socialização, e dão corpo a uma infinidade de dificuldades que ressoam no corpo social como um todo. E exigem, efetivamente, outro modo de pensar. Pois atualiza-se em Cabo Verde um cenário em que os jovens começam a dar corpo àquilo que vem sendo percebido como um nível considerável de insegurança nos centros urbanos – diferente dos habituais benefícios da nossa história, que caracteriza o cabo-verdiano como um povo simpático e acolhedor e o país como um destino seguro para todos.

Por seu lado, é visível a luta cotidiana nas relações entre pares e entre as “gerações”, onde os dispositivos tradicionais de sexualidade e de gênero, atravessados por orientações institucionais de caráter biopolítico, apropriados pelo estado *moderno*, parecem intensificar o processo de exclusão, de estigmatização e, conseqüentemente, de estratificação social.

É neste contexto que se procurou pensar a juventude, no contexto das relações de sexualidade, de gênero e de exclusão em Cabo Verde. Esta abordagem busca, a partir das informações disponíveis em estudos, documentos do setor da juventude, das histórias ficcionadas em literatura e em memórias coletivizáveis, bem como nas efetuações e afetações inscritas na nossa trajetória individual/coletiva, dar visibilidade aos diferentes operadores categóricos que são comodamente reinstalados, visando a re-“petição” - como convém à reprodução social. Quis-se assim elucidar os regimes de poder que definem as formas a partir das quais vários problemas são reafirmados; problemas cujas reconfigurações, hoje, são transcritas numa lista de comportamentos *inadequados* - muitos dos quais tidos por gravosos - , que se transformam em formas comuns de se referir aos jovens. Por isso tornou-se um imperativo tentar apreciar de novo os fenômenos por outros ângulos de visão, ou seja, pela análise das âncoras de sustentação dos problemas; mas também impôs-se o tentar remover esse lugar de definição e de sustentação das imagens costuradas, verdadeiras, naturais, normais e adequadas, porém problemáticas, e que reconheço no espelho. Trata-se de fazer uma escavação dessa perspectiva pela inversão do modo de ver, levando a que se possa ser visto pelo que se olha, pelos pedaços soltos, pela alteridade, o “diferente” que interpela.

É caso para se ampliar as figuras da alteridade. Pois, como bem sugerem Larrosa e Pérez de Lara (1998, p. 9), “... não sou eu mesmo um outro de mim mesmo, quando sou e não sou aquele que foi construído e sujeitado segundo o acatamento de um princípio de identidade histórica e socialmente determinado?”

Volto então para as minhas experiências, e vejo que os programas estabelecidos se dirigem aos jovens de x a y idades; que os alvos são jovens de determinado perfil (poblemático), localizados num determinado bairro (da periferia). Estes, às vezes, não parecem ter carne nem ossos; tampouco existem enquanto sujeitos nas suas redes sociais. Os programas muitas vezes os enredam, criando ações que dão certo, a ver pelos impactos das reportagens nas TV e nas rádios; porém, de seguida, pouco mais se sabe sobre a forma como os jovens “assimilam” ou contornam as respostas que lhes foram oferecidas. A vontade de subverter aumenta a cada vez que se pode ir um pouco mais longe, discutindo outros modos de sentir e de pensar, outros modos de fazer as coisas, de ver a realidade social... Mas também

de lidar com palavras. Os formatos falam pelos jovens. Cansaço. Alguém há-de aguentar! Então, este caminhante saiu, *buscando luzes*, a qualquer preço. Preço “justo”! O consolo, sim: dificilmente se vai separar de um objeto do qual já não se diferencia. Uma luta que só está a começar. Pelo menos, ela tem cada vez mais, e mais, a ver – que haver – comigo. Ainda que pôr os pés no chão seja necessário, certamente, muito mais que a vontade de escutar o incômodo. Caminhos, entretanto, se farão “sempre” para o caminhante. Tornou-se fervoroso o desafio de fazer esta caminhada porta a fora⁶; a tentar problematizar para construir pontes de diálogo entre os discursos e as práticas - sobre o machismo e o patriarcado, a propalada violência/delinquência dos jovens e aquelas baseadas no género, as categorizações pejorativas de grupos de jovens, gravidezes expulsas das escolas, a “sexualidade desviante”. Entendido assim, ao tom de Foucault (1984),

“problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto de práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e a constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma de reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.) (p. 76).

No corpo do estudo, primeiramente se investiu em indagações históricas e se intentou lançar um olhar sobre as configurações dos problemas dos jovens - entendidas como aquelas que podem criar condições de possibilidade de dar corpo/voz às suas experiências em seu tempo presente, com seus desafios, seus prazeres, suas inquietações e tensões inerentes, procurando-se ao mesmo tempo rever as estratégias políticas de controle social. Neste último aspecto, em jeito de confrontação com as práticas grupal e individual, na tentativa de construir trilhas onde se possam observar as marcas dos encontros e dos confrontos, visibilizadas pelas respostas diante das exigências que imperam sobre a juventude e pelo enigma que esta traz consigo, muitas vezes sob a forma de um silêncio que uiva. Portanto, o primeiro sub-capítulo, introdutório ainda, mas não menos problematizador, faz um traçado histórico e crítico dos problemas, para depois centrar-se sobre a crise social, muito diagnosticada atualmente e quase invariavelmente atribuída aos jovens. Destaca como as crises começam a surgir no quadro de mudanças, mas igualmente associadas a uma certa dificuldade de se adaptar às exigências que as novas configurações institucionais impõem aos jovens. Neste sentido, propõe-se que tais crises poderiam ser alternativamente pensadas justo como efeitos das medidas e orientações de caráter biopolítico do estado moderno.

⁶ Ciente de que, muitas vezes, poderemos não ser compreendidos, inicialmente; ainda assim, ao relento - ao sol e à chuva, alegre por poder estar ao lado da vida, lá onde ela pulsa e exige “saídas”.

No segundo capítulo, a reflexão converge para análises mais distendidas, um pouco mais abrangentes ao contexto de vida atual dos jovens, ao mesmo tempo em que procura problematizar o conceito de juventude e fazer uma escolha. Nesta, desvencilhou-se de complexidades teóricas sobre a “juventude” e a “adolescência”, para situar as trajetórias em contexto reais de vida, assim como analisar os contextos das transformações atuais, seja mais próximas seja mais globais. Em tempos atuais, não é necessário observar as subsequentes gerações, nem situar épocas diferenciadas no tempo para se constatarem mudanças aparentemente radicais diante das aceleradas transformações que ocorrem a nível mundial, que acarretam desafios permanentes e importantes. Discute-se, pois, um campo tenso onde as instituições se tornam contraditórias, exigindo um estado maior de alerta caso se deseje elucidar os contornos da dita violência juvenil em Cabo Verde.

No capítulo seguinte, o terceiro, se propõe pensar como se fortalece em larga medida, em Cabo Verde, o modo capitalístico de produzir assujeitados, numa estratégia institucional que, mais do que reconhecer as diferenças, procura reforçar uma inclusão precária e, a partir dela, perpetrar a mesma lógica do exercício de poder. Começa-se então a indagar como os contextos e as influências de sexo, gênero e poder na política representacional e fora dela têm caminhado. Não só em épocas passadas, como após a transição democrática e atualmente. O capítulo pretende, em especial, analisar as várias dimensões da questão do gênero, sempre situando os diferentes lados e os jogos de interesse associados. Melhor dizendo, as estratégias institucionais, as práticas sociais e as relações de poder que aí se estabelecem, trazendo ao de cima as vozes condicionadas e condenadas a serem dissonantes.

No capítulo quarto, por sua vez, seguem-se as vozes das alunas grávidas nos Liceu (escolas do ensino secundário), dando visibilidade aos pontos cegos que retêm os fluxos do pensamento e da ação diferentes e impossibilitam a vida de muitas alunas. Repara-se na forma como se inscreve a lógica de higienização nas escolas e a inscrição da partição do saber; conseqüentemente, a segmentação da vida das grávidas. Mas também acompanhando dissonâncias, repara-se como os jovens a enfrentam a seu modo, inventando um cotidiano que segue o jogo de caça. Enquanto os jovens saem à caça de modos de escapar, as instituições retomam seus controles, restabelecendo os caminhos para um futuro melhor “para todos”.

O trabalho, enfim, demonstra como os contactos muitas vezes permitiram um corpo-a-corpo que abriu caminhos para o encontro dos processos de afirmação da autonomia dos jovens em Cabo Verde. Seguir um percurso “cartográfico” permitiu passear sobre o corpo

social - situando, porém, a zona onde a trilogia do tempo se presentifica no ponto de mutação, de afirmação e de transformação dos modos de ser, de pensar e de agir no presente. O trabalho procurou libertar-se das amarras que impedem que se comece a pensar sobre condições que possam facilitar, aos jovens, serem efetivamente protagonistas de si mesmos, protagonistas dos processos que conduzem à procura de soluções para os desafiantes problemas que pesam sobre eles.

Caminhando pelo pátio da casa

VÓS SOIS OS FILHOS DA LUZ, QUE ILUMINAM OS CAMINHOS!

SIM:

mas também tu podes ser aquele caminha em noites de luar, cantando e contando histórias de lobisomem e de estrelas cadentes.

Afinal caminhar pela noite é estar entre as estrelas. Pode-se ver os cometas rasgando o véu no horizonte.

Cuidado:

– *“as instituições têm barbas grandes. Enfrentar! Você pode morrer!*

Sei, mas será que

- não se pode ir escovando seus fios, para que caiam!. É assim que elas os perdem!

*- Isso é natural como eles querem parecer – fazer crer. Ou, que tal,
se contarmos histórias a fio desses fios?*

Creio que se envergonhariam.

E os fios já não serviriam para celebrar contratos, não podendo ostentar a honra de serem únicos e verdadeiros.

Não poderiam refazer promessas, diante das memórias de esquecimentos daquelas não cumpridas.

*Não poderiam usufruir da prerrogativa de dar a morte nem de deixar viver,
porque vivem a agonística.*

1.2 Tacteando o invisível

A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos - sua perda de sentido - e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos. (ROLNIK, 1989)⁷

⁷ Trechos de Suely Rolnik: Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo, Editora Estação Liberdade, São Paulo, 1989

Apesar de em vários momentos anteriores o contexto nacional ter sido apontado, é conveniente salientar uma realidade marcada pela descontinuidade territorial em razão da dispersão das ilhas. Nesse contexto, além do atlântico limitar os passos, cada ilha tem sua particularidade histórica. Por outro lado, a partilha de universos simbólicos não legitima necessariamente a generalização de experiências. O modo singular dos processos da integração de cada ilha no desenvolvimento nacional, a constituição de grupos humanos em coletivos locais, forçaram uma geografia mais precisa, como convém à sensibilidade da pele que procura fazer-se “parideira” de afetos. Nesse contexto, o foco se fecha na Ilha da Santiago, não por ser a ilha mãe - em termos históricos - ou porque aglomera mais de 50 por cento da população, mas especialmente porque é lá onde as experiências individuais (nossas) se afinam com as vivências e as experiências dos jovens. Se é certo, entretanto, que a interpretação de uma certa cultura juvenil (problemática), quando generalizada, produz uma teia que se ramifica por todo lado, também certo é que as reflexões, as experiências práticas, singulares e localizáveis poderão encontrar, por afecção e contágio, ressonâncias que se irradiam por caminhos nunca previstos.

Tal processo se dá por uma dinâmica de propagação da força potencial que certos fragmentos da realidade trazem consigo. Propagar é ampliar a força desses germes potenciais numa desestabilização do padrão. Nesse sentido, conhecer a realidade é acompanhar seu processo de constituição que não pode realizar sem uma imersão no plano de experiência. Conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, construir esse próprio caminho, construir no caminho. Esse é o caminho da pesquisa-intervenção. (PASSOS & KASTRUP, 2009, p. 30-31).

“Portanto, para um aprendiz-cartógrafo, o campo territorial não tem a identidade de suas certezas, mas a paixão de uma aventura.” – dizem, em linha análoga, Passos e Alvarez (2009, p. 138).

A despeito de não se ter precavido, em sentido amplo, com um método (nem como referência teórica, nem enquanto procedimento técnico), ir ao campo pressupôs alguns equipamentos. Em primeiro lugar, um diário de bordo, como dizia Lourau (1998) em *Le journal de Recherche: matériaux d’une théorie de l’implication*. O autor ressalta um certo exercício de escrita íntima que se articula com a necessária restituição, permitindo ao pesquisador fazer a análise de suas implicações. Esse procedimento, acrescenta Lourau, assegura o incremento da transversalidade pela abertura das viseiras e contribui para dissolver o ponto de vista eventualmente onisciente do investigador. Assim, é o próprio corpo que se disponibiliza para a experiência, para afetar e ser afetado, pois cultivar a receptividade do campo implica habitar um território existencial - por não saber de antemão o que busca, o

pesquisador se abre para a multiplicidade. E cumpre ainda dotar-se de uma ética guerreira que o conduz, ao tomar para si o desafio de re-constituição de um campo de intervenção, problematizador e crítico, intensificador de encontros, no qual se torna possível firmar a criação de uma política e de uma estética de existência⁸.

No fazer deste caminho, alguns *nós* começaram a se formar. As questões foram se posicionando como uma meada a delinear, constituindo-se em verdadeiros dispositivos a analisar. Como prefere Foucault, seguiram-se processos em desequilíbrio que ora se aproximam ora se afastam, procurando fazer emergirem novas linhas de produção de saber e de poder. Os analisadores (discursos e práticas instituídos e transversalizados, e desvios discursivos e comportamentais) serviram, a um só tempo, de dispositivos de desnaturalização de verdades estereotipadas e de caça a processos de singularização. Assim foi possível seguir ouvindo as alunas do nível secundário de ensino, os homens e as mulheres que optaram por práticas comportamentais e sexuais diferentes da heteronormativa e também os jovens excluídos por motivos diversos. Analisadores são tomados ao modo dos socioanalistas franceses - entendidos como aqueles que permitem a enunciação das contradições institucionais que habitualmente não são perceptíveis -, uma vez que os regimes de determinação das posições institucionais não são visíveis, assim como inviabilizam as linhas de dissidência. Acompanhar esses analisadores permitiu apreender melhor os processos de produção de subjetividades. Aliados às varias ferramentas conceituais, foi possível seguir a descrever, a discutir e a coletivizar experiências, visto que não se tratou de construir um mapa, e sim de cartografar, delinear pistas através das quais se poderia ensaiar as discussões concernentes às inquietações dos jovens, e para com os jovens, no contexto da sexualidade, gênero e exclusão em Cabo Verde.

Assim, foi possível fazer também operarem os dispositivos de análise, de escuta e de espreita, porquanto o ver-se como uma produção coletiva individualizada se alinha ao foco de visualização de linhas de dissidência, fissuras que anunciam outros regimes de existência.

Como Deleuze (1996) orienta ao revisitar Foucault, “é preciso conjurar os universais” e fazer o eterno dar lugar ao novo. As permanências e/ou eternidades, ao invés de explicarem tudo, deveriam ser, elas justamente, explicadas. Repetidas vezes, nas crônicas matutinas na

⁸ Tal como um equilibrista que, a um só tempo, se engrandece com a satisfação dos aplausos da platéia e desconfia das garantias do seu treinamento - vivendo uma contradição positiva entre as alegrias e o risco-, foi-se penetrando na trama sociocultural, numa perspectiva de análise institucional – onde os ângulos de visão estabelecem uma interface indivíduo-instituição. Lá onde as subjetividades surgem carregadas de historicidades é também onde foi possível situar e problematizar um campo alargado de discussão, considerando um tempo histórico de vivências e de experiências diversas.

rádio nacional, se denuncia até o “excesso de solidariedade” para com os jovens, quando tal mídia se mete a analisar os comportamentos destes. Assiste-se a contradições do instituído que organiza a sexualidade e o comportamento de jovens, provocando choques, rupturas, abalos, e assim permite também esse olhar sentir os acontecimentos que impelem a pensar de novo. Que solidariedade é essa que pode ser declarada excessiva? Talvez precise ser desnaturalizada enquanto dádiva de alguns. Desnaturalizar o cotidiano é denunciar os segredos, os atravessamentos que constituem o inconsciente da sociedade. É por esse caminho que se procura levar transitoriamente à suspensão da dominação das formas pré-fabricadas que se querem neutras, naturais e universais. Inaugura-se assim, qual equilibrista, o desafio às instituições de viverem a própria contradição, a fim de a reflexão posicionar-se como possibilidade permanente para a invenção de outros modos, e de se aperfeiçoar permanente e diferentemente. Isto é, de se experimentar como um estar ali - na corda bamba.

Os comportamentos que as jovens têm atualmente (iniciativas de vinculação e desvinculação, procura de prazer) são atitudes historicamente consagradas ao sexo masculino. Neste sentido é preciso, parafraseando Foucault (2004, p. 81), ao mesmo tempo espreitar, por baixo da história, o que a rompe e a agita, e vigiar um pouco atrás da política o que a deve incondicionalmente limitar. O intento foi desfocar a lógica da centralidade do poder, para observar o seu exercício e suas direções que, como uma rede capilar, se constituem por toda a sociedade. As constantes crispações anunciam novas formas de relação; e é quando se acessam as erupções que se fazem no corpo social como enunciadores de novas formas de sentir e de agir que se pode pensar como acabam agredindo, ferindo, pelo que representam como avesso à norma. Desta forma e deste lugar foi possível sentir as tensões que as inquietações suscitam, o *mal-estar* que as experiências dos jovens trazem consigo; e se permitiu igualmente estabelecer um modo de pensar que aceite o desafio de acolher o incômodo que chega. Pois ele chega num corpo a corpo onde a abertura para o mundo e as experiências na prática relacional permitem vislumbrar certos pontos cegos que, por seu lado, sugerem reflexões acerca de modos pelos quais a liberdade, a reponsabilidade e o compromisso possam constituir-se em fatores de diferenciação, distantes de qualquer obrigação, explícita ou velada.

Assim, a história, os estudos institucionais e universitários (acadêmicos) foram interlocutores especiais deste trabalho. Em cada época, nos diferentes estratos históricos, existem camadas que comportam regimes de enunciação e de visibilidade, e o saber forma-se

na/da combinação entre eles, produzindo palavras e coisas. Como Deleuze (1992) afirma referindo-se a Foucault, seria preciso rachar as palavras e abrir as coisas.

Conscientes nos fizemos de que a mudança de posição do foco de luz incita à enunciação de outras palavras e torna visíveis outras coisas. Desestabilizando certezas tradicionais e históricas, ganha corpo aquilo que escapa à repetição, libertando o próprio presente e os novos modos de experimentar, de ser, de pensar. Certamente isto será somente uma entrada, pois as saídas não são passíveis de antever. Libertando processos, as práticas virão, talvez, a dizer de seus e de nossos próximos rumos.

Fez-se conveniente, então, cartografar e pôr em relevo as condições de existência das subjetividades dominantes, seus regimes de poder e suas linhas de força, seus contornos hegemônicos, explicitados pelas lutas que se travam nas bordas da sociedade caboverdiana. Neste contexto, a função foi a de fazer durar um pouco mais o presente, o tempo das experiências, quando estas tocam o limiar e sugerem uma dobra; dobra esta onde as linhas que diferem permitem extrair as variações e desprender a multiplicidade dos sentidos.

Eis que esta caminhada se configurou também como um exercício de si. Como mostram Kastrup e Benevides (2009, p.76), “os fenômenos de produção de subjetividade possuem como características o movimento, a transformação, a processualidade”, “onde conhecer é criar uma realidade de si e do mundo”. Prática, então, pela qual “... o processo de pesquisar ganha uma complexidade que nos obriga a forçar os limites de nossos procedimentos metodológicos.” (p. 30).

Outras das pistas indicativas foram os des-caminhos da história oral. Procurou-se, com ela, fazer um percurso marcado pela conjugação entre histórias ficcionadas em literatura, depoimentos, testemunhos, memórias e reflexões. E este cenário diverso e heterogêneo, cultural e histórico, que se imbrica sobre o presente e o encrava, exige modos sensíveis de análise. Eles conduzem a um campo de *confrontação*⁹ de informações produzidas em estudos oficiais e institucionais - linhas duras, práticas instituídas de regulação – e de modos de subversão e de construção permanente de estilos de vida. Ambos se entrelaçam e tecem, assim, a dinâmica das transformações sociais, mais libertárias ou mais contidas.

⁹ Confrontação significaria pôr frente a frente uns e outros. Não se trata de sabatinar a verdade, mas de tactear as rachaduras produzidas nos pontos de encontros, onde a história e a memória produzem efeitos; e de observar a rede da trama intrincada de sensibilidades que significam e ditam o jogo das ações.

Intentou-se, por conseguinte, desestabilizar fronteiras entre histórias ficcionadas em literatura e aquelas inscritas na memória, indelevelmente marcadas nos corpos. Se a história e a literatura nos trazem o passado projetado e projetável, o seu disfarce e as suas intenções podem ser lidas no presente através de posições e ações nas quais as reconfigurações se presentificam no aqui e no agora; porém, conseqüentemente, sem negações nem determinações memorialísticas ou memoráveis. Pura antropofagia do tempo e da história, numa magia que exige atenção para a apreensão e elucidação das remontagens. Nesse contexto, o estudo em pauta preocupa-se tanto menos com a verdade dos fatos quanto mais com as verdades moduladas nas compreensões e leituras *explicitadas* nos contatos sociais. Ou, dito de outra forma, com os traços e as marcas reafirmados nas memórias individuais, bem como rabiscados, retratados e insinuados na literatura. As versões permitiram que o percurso de pesquisa se encaminhasse às substâncias e motivações dos diferentes atores; aos papéis que desempenharam ou desempenham nas construções de modos de vida. As semelhanças e as diferenças, crê-se, representaram enriquecimento, e não desvios ou superficialidades.

A implicação nossa tornou-se a força essencial. Pois o corpo da pesquisa se mescla, sensível, no campo sobre o qual fomos constituídos enquanto subjetividade. Nesse caso, a análise de implicação faz com que nos desloquemos permanentemente do lugar daquele de quem se espera um contributo para a sociedade cabo-verdiana, quanto mais não seja de reificação de modelos e lugares instituídos; inaugura-se, ao contrário, um lugar que procura não confundir demanda com encomenda. E que se satisfaz ao divisar como se pode, eventualmente, fazer caminhos andando, e construindo outros intercessores, seguindo e abrindo trilhas¹⁰.

O trabalho de pesquisa deve ser sempre acompanhado pelo registro não só daquilo que é pesquisado quanto do processo mesmo do pesquisar. (...) O pesquisador está, portanto, incluído no processo de pesquisa e se restitui, ele também, na operação da análise de implicação. O registro do trabalho de investigação ganha função de dispositivo, não propriamente para concluir o trabalho ou apresentar seus resultados, mas como disparador de desdobramentos da pesquisa. (PASSOS & BENEVIDES, 2009, p. 179 - 180).

Foi-se então tentar deixar fluir outras linhas de criação individual e de produção social. Deste modo, um processo com muitas idas e vindas – seguindo, desconfiado, tanto dos rastros

¹⁰ E, assim, imaginá-lo como um lavrador que visita a nascente, a ver como as águas são barradas e conduzidas em levadas construídas histórica e socialmente rumo à plantação; mas podendo sentir os ímpetos de forças das águas *transbordantes* que fazem ceder as margens. Esse lavrador é qual pesquisador que, ao desapossar-se das memórias “levadas” de outrora, volta-se a si e se encontra com novos cursos por onde águas cantarolam a vida.

da própria memória quanto tentando escapar dos lugares para onde certamente se estaria sendo arrastado como interlocutor desse processo.

Encoraja também Portelli (1997) esta posição quando, no contexto das discussões sobre a ética na história oral, sugere que esta

... tende a representar a realidade não tanto como tabuleiro em que todos os quadros são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos – a menos que as diferenças entre elas sejam tão irreconciliáveis que talvez cheguem a rasgar todo o tecido. (p. 16)

Ao mesmo tempo, enveredamos pela compreensão de Schmidt (2000), segundo a qual “(...) o indivíduo não é o ‘motor da história’ mas uma construção discursiva própria de um determinado tempo histórico.” (p. 198). Como este ainda sublinha, trazendo à baila Allain Robbe-Grillet, rompeu-se com a idéia do indivíduo unitário, assim como “o real é descontínuo - formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo interessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório.”¹¹ Ademais, segue-se novamente na linha de discussão de Portelli (1997), quando este afirma que “... o reconhecimento de existência de múltiplas narrativas nos protege da crença farisaica e totalitária de que a ‘ciência’ nos transforma em depositários de verdades únicas e incontestáveis”, da mesma forma que “a busca utópica¹² da verdade protege-nos da premissa irresponsável de que todas as histórias são equivalentes e intercambiáveis e, em última análise, irrelevantes.” (p. 15)

Um ponto de mutação se estabeleceu – ponto de ruptura e de afirmação, *nas bordas* do tempo, da memória e da história. Uma certa rachadura da história representativa, seja de teor mais ficcional ou oficial, possibilita a visualização de outros desdobramentos com toda a legitimidade, potencialidade e função. Com isso, corremos atrás de processos estéticos, distantes dos artifícios assepticamente epistemológicos, sempre na busca de construção do presente e não da repetição, deliberada ou negligente, do passado, ou a projeção de um moralizante “futuro melhor”. O nosso olhar, por ora, se motivou – e permaneceu inquieto - devido a leituras, a interpretações e representações cujos efeitos, ao contrário do que propalam, parecem abrir caminho para a exclusão social. Um quadro sobre o qual - com o qual - se pretende construir pontes de diálogo entre discursos e práticas sobre o machismo e o

¹¹ Textualmente, conforme anotado na rodapé nº 16 em SCHMIDT, B.B. (2000) sobre Allain Robbe-Grillet: *Apud Pierre Bourdieu. A ilusão biográfica*, in: *M. de Ferreira e J. Amado, op cit. p. 185.*

¹² “Busca utópica” entendido no sentido que o autor traz: um compromisso com a verdade, uma vontade de saber como as coisas realmente são, equilibradas por uma atitude aberta às variáveis de ‘como as coisas podem ser’.

patriarcado, a propalada violência baseada no gênero, as categorizações pejorativas de grupos de adolescentes, gravidezes de adolescentes, homossexualidade etc.

As entrevistas podem levar a espaços de troca onde as desigualdades precisam ser enfrentadas, seja quando se apresentam através de palavras ou de gestos, seja quando silenciam via não-ditos que, eventualmente, paralisam as experiências de singularização. Trata-se de seguir assim, quebrando barreiras: juntando todas as mãos, exercendo todo o pensar possível, alentados pelo brio e o vigor dos novos afetos. Foi simplesmente este o nosso intento.

Somos mediadores, canal onde as palavras passam de um espaço comunicativo a um espaço mais amplo. A primeira responsabilidade é apresentá-las com sua linguagem na esfera pública. A segunda, quando suas palavras voltam para nós para ocupar um espaço público, é preciso que tenhamos consciência do limite que tem esta [relação]. (PORTELLI, 2009)¹³

“Saíamos de nós mesmos: podemos respirar um vento fresco, sem dúvida, mas em nada hostil¹⁴.” A imagem de mural no espelho constitui-se, assim, como um panorama feito de múltiplos olhares e sujeito a influências diversas; onde as imagens soltas e costuradas se refazem, em cada olhar, da mesma forma que o mural se recompõe depois de cada lufada de vento e a cada brisa da manhã.

1.3 Pelas bordas do espelho

A questão da juventude eclodiu em Cabo Verde - uma geração com a qual se pode perceber um diálogo de surdos. Seja com os pais, seja com as escolas, ou com as instituições sociais de um modo geral. Derivação de modos de ver e de enquadrar os jovens onde, sujeitos a olhares hegemônicos, parecem solitários. São objetivados então: como *delinquentes* sob a bandeira de *thugs* (grupos de jovens assim ditos, com idade compreendida entre 12 e 18 anos, e alguns mais velhos em certos casos, que têm como grito de guerra *seus nomes adotivos* e o nome de seus bairros, que brigam entre si e espalham insegurança nos centros urbanos); como *descomprometidos* (que, apesar de todos os esforços dos programas de educação para a saúde, da educação sexual e da formação humana nas escolas, dos reforços via programas de saúde, de formação pessoal e social, de igualdade e equidade de gênero, não

¹³ Palestra “História Oral e Poder – XXV ANPUH” – Fortaleza, CE, 13.07.2009.

¹⁴ *Les Cahiers de l'implication* n°. 1, hiver 1997/98, p. 13

praticam a sexualidade responsável, vendo-se apanhados pelas gravidezes não planeadas e, por isso, confessos incapazes da utilização adequada do preservativo); como meninas *descuidadas* (abandonadas pelos “namorados” e orientadas a abandonar escolas por terem ficado grávidas); como “prostitutas”, pelas *descobertas* de meninas denunciadas de modo diversificado a utilizarem sexo como meio de vida; como rapazes *irresponsáveis*, que abandonam as namoradas à sua sorte quando as engravidam, nas escolas e fora delas; entre tantos outros comportamentos *inadequados* e estilos *impróprios*, muitas vezes *localizados* em bairros desfavorecidos, como sendo oriundos de famílias *desequilibradas*, conforme sugerido em estudos de vários programas institucionais¹⁵.

Dentre os estudos e relatórios institucionais, podem-se encontrar alguns que, embora desejosos de ter uma representação geral e generalista dos problemas da juventude, trazem no seu bojo alguma autocrítica. Caso do estudo sobre *A Saúde e os estilos de vida de adolescentes escolarizados*, realizado pela Associação Zé Moniz (AZM), em 2005¹⁶.

Tendo em conta que o conhecimento objetivo de aspectos importantes da juventude cabo-verdiana é muito limitado e que por isso intervenções no seu seio alicerçam-se em dados gerais, nem sempre adequados à sua realidade, torna-se necessária a realização de estudos que permitam o conhecimento de aspectos relevantes dos seus comportamentos, atitudes bem como de suas representações em relação a questões importantes do seu quotidiano. (AZM, 2005, p. 8)

A exclusão social marcou as diferentes épocas da história de Cabo Verde. Após o fim do calvário da época colonial - este bastante conhecido por não ter sido muito diferente em outros contextos -, a exclusão foi ganhando novos contornos.

Se há bem pouco tempo podia-se ter certo orgulho em afirmar que em Cabo Verde não havia crianças vivendo na rua, nem assaltos à mão armada, nem filhos de quem não se conhecesse o pai (diante de suas inexpressiva visibilidade), o êxodo rural, o crescimento pouco organizado dos centros urbanos, o nascimento/crescimento de bairros periféricos, a preponderância do “individualismo capitalístico” voltado para o mercado, aliados aos processos migratórios e diante das novas configurações das políticas sociais, a marginalidade social ganhou as faces da mendicância, da “delinquência violenta” e da “promiscuidade”.

¹⁵ Em Cabo Verde, os jovens menores de 15 anos representam 34,9 por cento da população (QUIBB, INE - 2007), e em 2010, acentua-se a baixa da taxa de fecundidade, com a redução de 3,3, situando em 31,6 por cento da população (RGPH - INE, 2010). E os menores de 25 anos contam com uma fatia de 58,9 por cento da população.

¹⁶ O estudo debruça-se sobre a saúde e os estilos de vida de adolescentes escolarizados, e foi realizado nas escolas secundárias de Cabo Verde no mês de Dezembro de 2003, por pesquisadores portugueses do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica e cabo-verdianos da Associação para a Solidariedade de Desenvolvimento Zé Moniz. Este último foi responsável pela sua divulgação em Cabo Verde.

Atualmente, nesse contexto, as políticas sociais levaram à entrada numa engrenagem produtora de desigualdade permanente, difícil de abordar.

Assim, a única razão pela qual se procura manter e trazer os problemas identificados tem a ver com o fato de estes se terem tornado “questões a resolver”. Com o propósito de manter as preocupações, cultivar o hábito de problematizar o que parece ser linear e idêntico, e muitas vezes avesso às transformações¹⁷, ao invés de negar e instaurar com os interlocutores a mesma forma de diálogo que, explicitamente, se pode reparar entre os olhares institucionais e os jovens.

Se a lente for aproximada um pouco mais às instituições, poder-se-á sentir o lampear de outra ordem de inquietações, onde fragmentos de imagens deslocados escondem a presença invisível de uma teia histórica machista e patriarcal. Como Bourdieu teria razão, é-lhe dada a razão; pois essa teia é sustentada e retroalimentada por uma constância simbólica, desimplicada ou sobreimplicada com as relações de poder e com as mudanças que poderiam advir de um novo olhar sobre o cotidiano, onde se poderiam construir novas trilhas para a prática social.

Nesta aproximação, pode-se reparar que, enquanto se constata que ainda há certa limitação da conversa sobre a sexualidade - em casa, raras vezes se discute o assunto -, as famílias ainda incentivam a iniciação masculina, ao passo que procuram retardar a feminina. E enquanto pouco se discutem a participação e as responsabilidades masculinas quando da ocorrência de uma gravidez; enquanto estudos e abordagens sobre a gravidez nas escolas fazem crer que as moças são as responsáveis, multiplicam-se discursos sobre as conseqüências da gravidez para o desempenho acadêmico, para a inserção social e suas implicações no mercado de trabalho. Especula-se, ainda, sobre a (in)capacidade dessas mães jovens de cuidarem do bebê, entre outros aspectos. Ao mesmo tempo, procura-se mapear a vulnerabilidade em termos de classe social, estilo de vida, rendimento econômico, perfil familiar, bem como identificar com precisão os fatores de risco.

As escolas, por seu lado, parecem ter dificuldades em suprir as fraquezas e dificuldades sempre atribuídas às famílias, na medida em que há uma deficiente preparação dos professores para lidar, para além do estritamente biológico, com questões de sexualidade.

¹⁷ Creio que a possibilidade de cultivar novas flores está diretamente ligada à entrada em/no campo, a cortar troncos secos, para dar espaço à germinação de novas sementes; a podar até certas árvores de fruto - não por serem más; mas porque se tornaram “amargas”. E também porque é preciso reforçar a dieta e diversificar a experiência de cultivar. Quem sabe, o chão guarda segredos sobre o que mais pode fazer brotar.

Eis “Tristes Ecos” vindos dos encontros tidos com Diretores de algumas escolas secundárias em 2010: *a gravidez é um problema social, não é das escolas; é preciso que as escolas se libertem de certos problemas, para poderem cumprir o seu papel; à nossa escola não pode ser atribuída a imagem de ser aquela que tem alunos mais irresponsáveis; estes, de entre muitos vamos falar..., vamos discutir..., vamos sensibilizar.*

A pretensão das escolas de colocar a gravidez no campo social, entendido como algo alheio ao espaço escolar, passa a ser uma estratégia que parece motivar e justificar, de forma sutil, as orientações para que as jovens grávidas abandonem a escola. Há muito que essa forma de intervir tem levado as famílias a entenderem a posição das escolas, no que diz respeito à educação sexual, como um incentivo à prática. Já as famílias são responsabilizadas pelas escolas, como se ali fosse *lugar-nascente* da educação, de modo que às últimas não caberia nada mais além da instrução. A fragmentação acaba desresponsabilizando a todos. E as respostas deixam de ser significativas para a vida dos alunos. A Igreja Católica (que beneficia de grande aceitação social), por sua vez, mantém a perspectiva de utilização do método natural, distante da idéia dos contatos pré-conjugais e do uso do preservativo. O Papa acaba de orientar a utilização do preservativo em caso de defesa das pessoas, um Eco logo enquadrado em Cabo Verde *como positivo, para a defesa da vida, sem pôr de lado os princípios religiosos.* E não ficamos no mesmo pé? Uma abertura que continua pouco útil aos jovens, uma vez que não muda a direção do olhar, ao manter a compreensão distante da prática imanente dos jovens. Afinal, não se sabe bem quais são os casos em que a vida está em jogo!

Estes espaços tradicionais de socialização e de educação são atravessados, assim, por dificuldades diversas que os tornam adversários e impotentes - sem negligenciar o modo costumeiro de localizar os problemas e de atacar seu suposto centro, sua suposta raiz. De modo que, de uma forma generalizada, as instituições se abstêm, se ausentam face às imputações de responsabilidades. Elas devolvem os problemas, sob a forma de culpa, a endereços jovens. E estes a recolhem como um desafio que, entretanto, não parecem poder vencer sozinhos.

Neste cenário de combate sem tréguas, os problemas se redobram e se remontam uns sobre os outros, enquanto as instituições recorrem a instâncias de avaliação científica. Como se os saberes não fossem mais efeitos das práticas sociais e os jovens já não estivessem no mundo... As dificuldades destes, de relação de pares, familiares e sociais se transformam em questões médicas, psicológicas, sociológicas, pedagógicas, antropológicas - bases sobre as

quais se fundam as justificativas das instituições e as âncoras de defesa social e institucional. Resultam em atitudes de defesa nas/entre as instâncias familiares, escolares e o mundo social de um modo mais geral, enquanto não se coíbem de culpabilizar os jovens.

Os comportamentos dos jovens são assim associados, numa relação causal, a notórios “desajustes” nas estruturas da organização social. Por isso mesmo, são atacados por todos os lados, porquanto não se analisam a aparente isenção dos professores, a suposta passividade dos pais, nem o propalado envolvimento descomprometido dos rapazes na proteção contra uma gravidez “indesejada” e contra doenças sexualmente transmissíveis. Por esse caminho, segue-se a pressão sobre as famílias, particularmente quando sua configuração é monoparental, destacando-se o fraco nível acadêmico dos pais; e sobre os jovens, uma vez mais, as subsequentes acusações de irresponsabilidade.

No contexto atual, quando as atitudes e iniciativas das jovens já algo se assemelham àquelas tradicionalmente atribuídas aos rapazes, elas são categorizadas de prostitutas. Efetivamente, jovens em idades muito baixas são reconhecidas como fazendo parte desta categoria de “anormalidade” pelo seu jeito de ser (falar, se vestir), pelos lugares que frequentam etc., sendo que jovens da faixa etária de 15 a 20 anos, enquanto objetos privilegiados de desejos masculinos, tornam o fenômeno mais injurioso e deplorado. Conseqüentemente, nas versões oficiais e/ou hegemônicas, as jovens precisam ser identificadas, e referenciadas a partir de um lugar desprezível (prostituta) traduzido em diferentes expressões que catalogam aquelas cuja disponibilidade para o sexo pode assumir modos menos tradicionais, ou menos esperados de uma mulher digna e de respeito. Cria-se inclusive a sua periculosidade, pela influência que exercem sobre as outras, seu envolvimento com álcool e drogas, enquanto se constrói seu processo de degradação. Inaugura-se um lugar de perdedores itinerantes, que, paradoxalmente, são excluídos do jogo, porque sequer lhes é permitido perder. Em suma, tudo se resumiria em uma classe, ou grupos específicos, com problemas comportamentais específicos, que demandam posições institucionais e políticas específicas. Fica-se com a idéia de que tudo ficaria resolvido ao identificar as causas, ao posicionar as instituições e ao se criarem leis para conter e reprimir.

Os tempos mudaram, diz-se de modo lamentoso. Afirmando-o de outro modo, onde a alegria não se ausenta, vê-se que é urgente não só mudar de “parametrizadores científicos”, quanto forçar uma forma de entendimento voltada para o contato permanente com a vida real dos jovens, voltada a ver os novos modos de relacionamentos e de prática nas relações sexuais dos jovens. Há um olhar institucional imponderável: o que vê (e faz ver) as iniciativas

femininas como vício, excesso e doença, enquanto a sexualidade masculina continua livre e, em todos os seus desaires, prova e comprova a sua virilidade. Modo esse semelhante ao que descreve Alexim Nunes (2000), referindo-se ao século XIX, quando a mulher era considerada como portadora de uma sexualidade excessiva e com pouca capacidade moral para manter esse excesso sob controle. Nessa perspectiva, procura-se patologizar qualquer comportamento que não corresponda ao ideal de esposa e de mãe.

Entre o desejo masculino de mostrar-se “macho” e a condição das meninas de não poderem demonstrar seu “desejo” pelas mesmas atitudes e/ou em circunstâncias idênticas, novos problemas podem ser percebidos num cenário caboverdiano de igualdades mais discursadas do que praticadas. Se a poligamia (poligênica) pode ser facilmente aceita pela sociedade, sua outra face (poliândrica) é censurada com veemência¹⁸. Apesar disso, muitas jovens não aceitam essa condição desigual de forma pacífica. Mas não podem contar com nenhuma compreensão social ao ensaiarem atitudes que as posicionem na condição de igualdade com seus colegas. As meninas são censuradas de forma unilateral pelas restantes instituições sociais e suas atitudes são consideradas inaceitáveis pelos rapazes. A poligamia informal, contudo, é histórica em Cabo Verde, apesar de não ser aceita pelas jovens (pelo menos de forma explícita), em tempos atuais, de forma pacífica, como anteriormente. Da mesma forma que se diz que sempre houve poligamia de fato e não de direito, poder-se-ia hoje dizer que há igualdade de direito, mas não de fato.

O Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) limita-se a cumprir seu mandato. Trata-se de equilibrar posições instituídas e históricas. Procura coordenar e reforçar redes de apoio e de empoderamento da mulher; capacitar as redes de assistência às denúncias; apoiar a adoção de medidas políticas e legislativas, entre outras. Desta forma, a questão se repete como a de género: empoderamento da mulher “normal”, com fraca participação masculina enquanto implicado, que não seja por alguma exigência. Por detrás de ações reconhecíveis, escamoteia boa parte dos problemas, ao reforçar o jogo de defesa de posições identitárias. A oposição, o descaso ou mesmo o desprezo manifestos pelos masculinos não são negligenciáveis. Um dos efeitos disso, muito denunciado na literatura, é a imagem de mulher-vítima e de homem-inimigo, enquanto as questões se mantêm incipientes, tanto no contexto das relações de género quanto em relação à diversidade sexual. No que diz respeito às orientações sexuais diferentes da heteronormativa, é perceptível uma certa

¹⁸ Cabo Verde é um estado de princípio monogâmico na formação da família. A poligamia não é reconhecida oficialmente e constitui crime. Mas apresenta-se informal em Cabo Verde, e sua permanência polêmica prevalece.

homossexualidade que se mantém estigmatizada, não muito diferente do que se viveu em tempos mais remotos, embora seja mais expressiva a sua presença. Outras modalidades não ousariam, por ora, desafiar o instituído.

São modos de ver e de atuar que talvez sirvam mais para empurrar os problemas para as margens da cidade, da sociedade e, assim, criar seus atores legítimos, seus lugares adequados e o ordenamento do seu funcionamento diferenciado e paralelo nas “periferias”.

Emerge, então, uma questão chave, como sugere o oitavo-novecentista Charles Fourier (2007): como devemos nos comportar com esses recém-chegados tão próximos e tão estranhos, que parecem furtar-se a toda a tentativa de domínio?

Seguindo os pensamentos de Foucault, conforme sugere Nikolas Rose (2001, p. 39), faz-se questão, então, saber: “onde, como e por que certos aspectos do ser humano se tornam problemáticos? De acordo com quais sistemas de julgamentos e em relação a quais preocupações?” Talvez fosse preciso contextualizar melhor os problemas, situando os regimes de poder e seus “jogos de verdade”, valorizando as experiências reais, oriundas da prática e, assim, procurar ensaiar outros modos de se fazer a igualdade. Pensar estas inquietações constitui realmente o desafio desta caminhada¹⁹. E no programa de Pós-graduação em Psicologia Social encontramos ferramentas suficientes para ajudar a elucidá-las melhor; e poder, mediante estas, ensaiar outros processos de construção social. Porém, desta feita, procurando desencadear modos de fazer que libertem os (as) jovens tanto das amarras históricas quanto da sujeição institucional.

1.4 Olhares travessos

Se o outro me coloca em dúvida a ponto de despojar-me de mim, é porque ele mesmo é o despojamento absoluto, a súplica que repudia o eu em mim até o suplício. Maurice Blanchot, “La escritura del desastre”.

¹⁹ Nessa caminhada, não se descarta nenhuma fonte de informação. Afinal, o Cego-guia tropeça em tudo o que o acaso colocar em seu caminho. Ele sabe como ninguém o verdadeiro caminho, dita o ritmo dos passos, e porque sabe de tudo, pisoteia em tudo o que estiver fora do seu mapa-luz-e-guia. Nesse sentido, este exercício faz ecoar as propostas de Ozella e Aguiar (2008, p.100), de não colocar os grupos, as categorias, no banco dos réus para serem questionados por uma certa ordem institucional que desemboca infalivelmente no sistema judicial para a formalização enquanto réus, ou num sistema assistencial que produz a miséria para se promover enquanto solidarista. Trata-se, melhor, de forma invertida, de avaliar/diagnosticar toda a lógica institucional (de educação, de inclusão, de bem-estar social) para, aí sim, as instituições responderem aos questionamentos destes indivíduos não conformes e desajustados, depositários de nossa vergonha. Talvez uma catarse por essa via possa abrir outros caminhos legítimos às transformações.

As questões e as inquietações relativamente às preocupações com sexualidade e gênero são históricas, apesar de expressas de modo diferenciado em diferentes momentos do país. Não que se pretenda buscar uma relação de derivação, uma causalidade interpretativa entre o passado e o presente. Porém, se os seres humanos possuem capacidades para atribuir sentido às suas experiências, a forma pela qual o fazem tem a sua própria história. De acordo com Kastrup (2008), as configurações subjetivas não apenas resultam de um processo histórico, mas portam em si mesmas processualidade e guardam a potência do movimento.

Nas circunstâncias atuais, entretanto, mesmo em espaços familiares, compartilhados entre pais e filhos, as vivências e as experiências destes últimos, apesar de bastante próximas no tempo, condensam modos de relacionamentos de sensibilidades diversas. A trama do machismo e do patriarcado enquanto roteirizadores dos diferentes modos de pensar e de agir, aliada tanto às expectativas sociais, familiares e ideológicas quanto, mais recentemente, às produções desejantes de ordem da materialidade capitalista, distribuem sugestões imperativas, cujos efeitos ganham *corpo* nas ações micropolíticas e encravam o tempo presente dos jovens. Assim, tanto as questões “geracionais” como as relações de gênero reclamam novas problematizações: um conjunto de transformações sociais, educacionais, econômicas e políticas que, inescapavelmente, trazem questões candentes.

Várias mudanças ocorreram numa conjugação de esforços para modernizar o país. E em Cabo Verde, aparentemente, houve uma ruptura radical com o passado de opressão sustentado durante largos anos por sistemas de dominação políticos. No primeiro corte se reconhece a singularidade da identidade sociocultural de um povo; no segundo, se efetiva a libertação ideológica do Estado. Se relativamente à primeira etapa de mudança se lançaram mãos ao projeto de construir o *homem novo*²⁰, a segunda procurou lançar esse *novo homem* num campo de liberdade em que cada um deve encontrar seu espaço de inserção. Estes pressupostos orientaram novas posições institucionais, cujos efeitos sobre as práticas individuais e sociais se procura apreciar na presente caminhada²¹.

²⁰ Referência à reflexão de Amílcar Cabral, na qual propõe a construção do homem cabo-verdiano/africano para conquistar e viver após a independência, numa lógica de (re)construção permanente.

²¹ A estes passos, se não for passível dar volta inteira à variedade de questões e inquietações que se colocam neste céu aberto, certo é que, de agora em diante, enquanto as sandálias e os pés suportarem os tropeços e as idéias sugerirem alentos, com as ferramentas que for possível conjugar, a caminhada seguirá seu curso que, de resto, se confunde com o curso da vida.

A referência à libertação do jugo colonial, à democracia e à liberdade de expressão, e vários outros referentes institucionais e legais – de igualdade e de direitos, proporcionados pelo estado de direito constitucional – trouxe uma lógica diferenciada de orientação, de controle e de regulação sociais que traduzem, situacionalmente entretanto, uma prática de liberdade pouco efetiva - a ver pelas práticas relacionais a nível micropolítico. Como bem analisa Foucault (2004), “(...) a prática de libertação não basta para definir as práticas da liberdade que serão em seguida necessárias” (pp.265-266). Não garantem que os “indivíduos possam definir para eles mesmos formas aceitáveis e satisfatórias da sua existência da sociedade política.” (idem).

São visíveis as tensões no interior do tecido social, particularmente nas relações de pares; mas também dos jovens para com os familiares e as instituições sociais afins. Talvez pela desconfiguração de *figurinos históricos* sem que houvesse outras composições mais moderadas no corpo social; ou ainda, de outra forma, porque os novos e “exemplares” figurinos, em circunstâncias atuais, estejam sendo tensionados - tanto pelos modos históricos ainda perceptíveis, quanto pelas forças “desviantes” presentes em relacionamentos sociais²². Percebem-se ainda relações tensas que tornam quebradiços os diferentes espaços de contato, e cujos efeitos podem ser sentidos pela noção de liberdade, pouco sensível às diferenças no que tange aos menos favorecidos. Nessa conjugação de forças, os relacionamentos muitas vezes assumem tons e modos violentos. Não seria o passado um dos recursos (refúgios) possíveis quando o presente é apresentado como impasse? Não seria ele ainda uma justificativa subsidiária das incertezas do próprio tempo presente?

As famílias são percebidas distantes de seus compromissos históricos e tradicionais de transmissão de valores fundamentais aos jovens para a estabilidade social. Se, por um lado, foram sistematicamente criticadas nos últimos anos por se servirem de orientações educacionais repressivas, por outro, são responsabilizadas pelos principais problemas que afetam a juventude - porque teriam de dotar os jovens de mais responsabilidade, dignidade, respeito social e para o sucesso escolar. Todavia, a sua desvalorização pela configuração monoparental, distante da família ideal, torna-a uma realidade problemática, e as questões dos jovens aparentemente insolúveis.

²²Ao que parece, o *novo homem* não pôde se desvencilhar de seus velhos trapos, da mesma forma que não parece ter conseguido tecer sua nova farda. Dir-se-ia, se o *homem novo* foi libertado e o *novo homem* é livre para agir, o que querem esses jovens que, perante o *esforço das instituições* de lhes proporcionar condições melhores de vida, andam a desafiar as normas e supostamente destroçam suas vidas e as de outrem também?

Ao encadear a rede de reflexos que se formam nalguns pontos do espelho, é possível perceber que a configuração familiar atual monoparental, mesmo que pareça um fenômeno recente e global – “problemática”, em Cabo Verde – parece ter sua especificidade histórica. Lopes Filhos (2003) lembra que “(...) os significativos contingentes da emigração masculina tiveram repercussões na estabilidade familiar, na medida em que para os que ficavam, era a falta do elemento masculino do casal” (p.137). E, na estrutura social cabo-verdiana, o homem goza de ampla liberdade relativamente às aventuras ou uniões fora do casamento, motivo por que o princípio de fidelidade era, apenas, apanágio da mulher, pois a opinião pública condena a adúltera, mas tolera o adultério masculino”. (*idem*. p. 132).

O homem, mesmo quando fora do país, era tido como o chefe de família. Já as mulheres, mesmo as que constituíam núcleos residenciais somente com seus filhos, tinham como referente-chefe o pai desses últimos. Estes fatores escondiam atrás de si a monoparentalidade e numerosas famílias chefiadas por mulheres.

O estranhamento atual dessa configuração histórica certamente não é gratuito. Mas que condições terão propiciado a eleição da família monoparental como um dos vetores dos problemas dos jovens?

É possível reparar como anteriormente os adultos (vizinhos, familiares, desde que adultos – mais velhos) tinham autoridade sobre qualquer criança, quando esta não estivesse em presença de seus próprios pais²³. Por assim dizer, quando fora de casa, não era necessária uma autoridade oficial para despertar na criança e num jovem suficiente respeito social. Perante qualquer adulto, o respeito pelos mais velhos ditava posições de autoridade e de obediência. E eventuais “correções”, feitas por adultos e professores, especialmente, muitas vezes ainda eram elogiadas e recompensadas pelos pais. Porém atualmente o controle, digamos, “do social pelo social” foi pressionado a passar sua função à mediação jurídica e moral. A lei regula as ações individuais e as responsabilidades recaem sobre o indivíduo. E se a família não pode cuidar da educação dos filhos, que doravante passam mais tempo fora de casa do que com a família (na escola, nas ruas com seus pares), pode-se reparar então o que se passa com essa célula básica da sociedade. Ela terá mudado certamente! E efetivamente mudou muito. Mas talvez “não o suficiente”!

Agora então aparece a família nuclear “trípode” que, ao que parece, não desapareceu porque a sua existência era menos real do que liminar - como ideal distante da prática social.

²³ Dentro de certos limites e variável, dependendo do grau de familiaridade ou de aproximação da família.

Inclusive porque o que atualmente pode parecer como escândalo, há pouco mais de 40 anos era uma prática corrente de alguns padres: terem muitos filhos e com mulheres diferentes. Entretanto, do que se pôde constatar, eles assumiam junto dessas mulheres os cuidados com a educação. Já, hoje, a expectativa universalista e hegemônica centrada na perspectiva de modelagem da estrutura social básica pela família-modelo produz a necessidade de valorização da família ideal ocidental e, conseqüentemente, de seus desvios – como condição de sua estabilidade. Talvez esteja aí a motivação para a sua visibilidade dentro das análises estatísticas. Segundo o *Inquérito de Receitas e Despesas das Famílias* (IDRF) de 2001/2002, 44% das famílias são chefiadas por mulheres²⁴. Tanto os dados do estudo sobre as *Condições de Vida dos Agregados Familiares* (QUIBB) quanto os do *Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva* (IDSR-II) - estudos oficiais do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) - demonstram que 36,9% das famílias é monoparental. Pode-se constatar, portanto, que a família desejada está longe de ser a família real. E menos de metade das crianças menores de 15 anos vivem em conjunto com a mãe e o pai - o que mostra que a família ideal, nuclear, está aquém da família real.

Há cerca de 40 anos ainda prevalecia a ordem colonial, patriarcal e de dominação masculina. Os papéis eram bem definidos para as mulheres, a quem cabia a obediência a seus maridos, o cuidado da casa e a *criação* dos filhos. Um controle social apertado que também responsabilizava os homens, obrigando-os a “trabalhar” para sustentar a mulher e os filhos. Apesar de a mulher ter a autodeterminação na gestão da casa, o espaço familiar incluía, muitas vezes, certa cordialidade à rede de mulheres *comborça*²⁵ e aos filhos destas. Mas deviam, ambas, servir e obedecer às determinações dos homens. Toda a rede social e institucional era regida no masculino; eram barrados os caminhos de acesso à emancipação da mulher. A preocupação com a educação escolar das moças era quase nula. As atenções destas estavam mais voltadas para as *prendas* domésticas. Nesse espaço estavam sob o olhar provedor do pai e protetor da família.

²⁴ Trata-se da pessoa responsável pelo agregado familiar, considerado como tal pelos restantes membros. Habitualmente é a pessoa que sustenta o orçamento da família.

²⁵ *Comborça* (s) é o termo utilizado, nessa altura, para designar a relação entre uma esposa e eventuais outras mulheres do marido, fora do lar oficial e principal. Segundo António Carreira, citado por Lopes Filho (2003, p.135), “pode dizer-se que existe uma poligamia de fato, que não de direito. Estes tipos de ligações havidas por irregulares não são (nem nunca foram) exclusivos dos grupos mais pigmentados, nos quais talvez se pudesse apontar o costume como sendo uma reminiscência africana do regime poligâmico em que assentasse as comunidades africanas, de onde provieram os descendentes dos atuais cabo-verdianos. Não. Em algumas ilhas (por exemplo, no Fogo) o homem, reinol ou «branco da terra», fez sempre gala em manter ostensivamente uma ou mais amázias, e delas haver bastardos, facto nunca escondido da mulher legítima. (...) a mulher tem sua ação definida, sobretudo no tocante à orientação e educação dos filhos próprios e de suas comborça (ou comborças), quando necessário, e por vezes, dos próprios afilhados desde que órfãos, às lides de casa, carreto de água, apanha de lenha, auxílio nos trabalhos da lavoura, vigia do gado, criação de porcos e de gados etc.”

À medida que o ideário da igualdade vai sendo construído, aliado à idéia da educação como recurso fundamental, começa o processo de expansão das escolas ao mesmo tempo que as famílias começam a tomar a educação como herança certa a deixar para os filhos. Até o final dos anos de 1990, por exemplo, *o Liceu Domingos Ramos* - herança colonial - era a única Escola do Ensino Secundário da Capital²⁶, à semelhança de outros importantes municípios do País. Nos anos subseqüentes, à medida que se procurava cobrir todas as camadas da população, as escolas foram sendo expandidas, conforme necessidade dos municípios, sendo que na Capital, atualmente, tem-se mais de uma dezena, muitas delas com valências técnicas a fim de proporcionar saídas profissionais já no ensino secundário. Todos os jovens podem ter acesso ao ensino fundamental (obrigatório) e secundário, assegurado pelo Estado a nível nacional (ainda que não se possa dizer que seja em condições idênticas). Entretanto, esse ganho considerável - centrado em um combate focado na luta contra o analfabetismo herdado da época colonial - parece deslocar os problemas para os níveis secundário e pós-secundário. E traz ao de cima algumas fragilidades do sistema de educação nacional que se traduzem em dificuldades diversas para os jovens. Pois as oportunidades de entrada destes no mercado de trabalho ou de ingresso ao Ensino Superior, quando terminam o nível secundário, não são claras. Se o ensino é gratuito no nível básico (fundamental) e secundário, já no nível universitário não se pode dizer o mesmo, nem dentro da rede da universidade pública nem nas universidades privadas. Sem contar que a variedade de cursos oferecidos no País é limitada. Os cursos médios e profissionalizantes são incipientes e o mercado pouco absorve jovens com nível secundário. O recurso a bancos para financiar os estudos tem sido uma das saídas, seja para os que pretendem estudar no País ou os que se tenham beneficiado de uma vaga em Instituições de Ensino Superior (IES) no estrangeiro. Nesse sentido, a cooperação internacional desempenha um papel essencial: procuram-se vagas em IES de parceiros como Brasil, Portugal, França, China, para indicar alguns dos mais importantes. As bolsas que o sistema oferece aos bem colocados num *ranking* concorridíssimo são notoriamente insuficientes. O apoio dos pais torna-se indispensável e, neste momento, a condição financeira destes assegura vantagens para alguns finalistas, em detrimento de outros. Nesse contexto, tal como ocorre nos níveis intermediários, qualquer

²⁶ Cidade da Praia, capital de Cabo Verde, concentra cerca de ¼ da população.

perturbação na relação com os pais e com a escola, seja resultante de uma gravidez, seja por outro motivo, dita o fim da carreira escolar²⁷.

A grande mobilidade escolar posterior à independência jogou o analfabetismo (19%) para o setor dos adultos; a liberalização do comércio e a entrada do País na esfera econômica global propiciaram condições para o surgimento de outras configurações no sistema de valores, onde o capital se posiciona como pivô catalisador dos modos de relacionamento e da orientação de estratégias institucionais. Estas instituições, frutos do liberalismo, começam então a cumprir seus mandatos.

O tempo virou de forma radical e algumas imagens permanecem sob a forma pendular. Pois se todos os mecanismos formais para a igualdade foram, ou estão sendo acionados - o Governo chegou à paridade algumas vezes, a partir de 2008, e procura a todo o custo protocolar e sancionar as convenções internacionais de igualdade, de direitos e de oportunidades; as conquistas feministas são traduzidas em exemplares batalhas de gênero que restaurariam a dignidade da mulher -, há perguntas que ecoam, paradoxalmente indizíveis: o que mais podem fazer estas instituições? Ou, de outra forma, o que mais pode querer uma mulher? Que assuma a sua incompetência por não se situar melhor perante o espaço formal que coloca tudo a seu favor? Talvez o gênero enquanto categoria que elucida a construção social das diferenças precise aceitar seus próprios limites. Talvez o diagnóstico, as denúncias, não possam por si só curar o mal. Talvez o reforço categórico institucional esteja construindo (ou melhor, reforçando) o que pretende combater.

No espaço familiar, inicia-se assim o distanciamento entre o universo jovem e o mundo adulto. E nas circunstâncias atuais, parecem longe de uma cooperação pacífica. É de remarcar que os primeiros têm maior nível de instrução, mas dependem financeiramente dos pais, inclusive, muitas vezes, para prosseguir os estudos além do nível secundário²⁸. Muitos pais, por sua vez, com francas dificuldades em acompanhar a desenvoltura dos jovens, trazem uma perspectiva de educação e controle ainda muito marcados por práticas repressivas. Os jovens, então, parecem mais bem posicionados para absorver e subscrever, ou para impulsionar transformações. Porém os limites estão igualmente à vista.

²⁷Para o Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem Estar (QUIBB), INE – 2007, a taxa de abandono escolar entre 6 e 17 anos é de 11,3 por cento sendo 13,5 por cento para o sexo feminino e 9,2 para o sexo masculino. Já na faixa etária de 12 a 17 anos é de 19,5, sendo 23,6 para o sexo feminino e 15,2 para o masculino.

²⁸ O ensino básico (obrigatório) e o ensino secundário garantiram que Cabo Verde atingisse o dito “acesso universal”. Acredita-se que esteja em torno de 99 por cento. Já para a faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de alfabetização é de 95,9 por cento (95,6% – masculino e 96,6% – feminino) de acordo com QUIBB de 2007.

A crise instalada em relação às alunas grávidas, orientadas pelo Ministério da Educação a abandonarem a escola no nível do ensino secundário, configura-se como uma tentativa de recuperação retardatária da moralidade tradicional²⁹. As justificativas e justificações que o debate suscitou trazem à tona a estratégia biopolítica enfatizada por Foucault (1978): a de potencializar a vida (proteção das alunas, salvaguarda da saúde dos bebês e das jovens mães), mediada pela garantia de reingresso das alunas no ano seguinte e a criação de figuras institucionais para acompanhar esses casos, promover ações de sensibilização e de prevenção da gravidez/maternidade na adolescência - porquanto não devem ficar na escola e servir *de mau exemplo* para as/os colegas. Além de deixar a nu todo o pendor machista, escamoteia-se uma série de questões pouco problematizadas a nível micropolítico, como as desigualdades de gênero na negociação do preservativo, a culpa das meninas pela não proteção - como se fosse possível realizá-la sozinhas. Reforçam-se assim as dependências das famílias e dos companheiros atuais ou futuros, tudo isso intensificado pelos desdobramentos desse discurso a nível social e nas famílias. Tornam-se assim as gravidezes efetivamente indesejadas (e precoces) e as meninas entregues, física e moralmente, às famílias e aos namorados.

Em relação às preocupações sobre a idade precoce, muito veiculadas no discurso médico, Heilborn (2006) destaca que em diversos países foi demonstrado que os riscos de uma gravidez estão mais relacionados com as características sociais do que com a idade, e que, por exemplo, as mulheres de 15-19 anos e suas crianças não correm mais riscos de saúde do que suas colegas mais velhas. Acrescenta ainda que, perante esta desconstrução, o discurso médico se associa ao discurso do psicólogo e, então, definem o risco psicossocial, “dando como diagnóstico a imaturidade psicológica dos jovens”. (HEILBORN, 2006, p. 31).

Tal discurso passa a ser utilizado por diversos atores, destacando os graves problemas dos adolescentes e crianças, adentrando assim o campo da moral e sustentando as intervenções dos atores/multiplicadores sociais, cujas intervenções oscilam entre a condenação e o apoio ao adolescente. Heilborn (2006) demonstra que as gravidezes ocasionais, sobretudo entre os adolescentes, se tornaram mais um problema social do que biológico ou psicossocial das próprias grávidas. É por este caminho que as coisas se tornam mais complexas. A interrupção dos estudos por motivos de gravidez traz preocupações colaterais como o emprego, a inserção social, a independência familiar, etc. Se o mercado tem

²⁹De acordo com o (QUIBB), INE – 2007, a gravidez é uma causa objetiva de abandono escolar, mencionada por 1,6% das jovens (1,3% no meio urbano e 1,9% no meio rural), não estando os rapazes implicados no abandono.

fraca capacidade de absorver jovens formados com níveis médio e superior, muito menos possibilidade de emprego haverá para o jovem que abandona a escola em etapas próximas do nível secundário. Tais condições tornam a gravidez na adolescência um fenômeno social “não desejado” - desesperador para a adolescente, temida pelos pais e receada pelos professores. Neste chão, podem-se destacar as críticas à irresponsabilidade dos jovens, à ignorância e à falta de autoridade dos pais, à ausência de diálogo entre jovens e seus familiares, à incapacidade dos professores.

Os contatos dos jovens antes se davam no contexto do matrimônio. As preocupações, as expectativas e toda a organização social eram diferentes. De modo que, ao se tornarem problemas, será preciso lembrar que as expectativas sociais atuais em relação à juventude estão associadas ao aumento da duração da escolaridade, sendo a gravidez um elemento perturbador do desenvolvimento ideal dessa etapa da vida. Certamente, de forma contrária, se espera dos jovens um percurso acadêmico mais longo, o que necessariamente empurra as uniões para a idade mediana de 25,7 anos. (IDSR-II, 2005). Em contrapartida, os contatos sexuais são informais e se dão mais cedo³⁰. Porém, considerando os últimos 12 anos, segundo os IDSR³¹, a idade média da primeira relação sexual variou de 16 anos em 1998 (15,3 para os rapazes e 16,3 para as meninas) para 17 anos em 2005 (17 anos para os rapazes e 17,3 para as meninas). Paradoxalmente, contudo, considerações críticas e responsabilizadoras vêm sublinhando o início cada vez mais precoce das relações sexuais.

Para Heilborn, apesar de ser inegável a necessidade de enfrentá-los, “a maioria dos problemas sociais que preocupam os poderes públicos e a sociedade civil já existia mesmo antes de sua ‘descoberta’.” (LENOR, 1989; JENKINS, 1996, apud, Heilborn, 2006, p. 30). Demonstra ainda a autora que não seria o caso somente de desconstruir o problema, submetendo-o a um exercício de relativização, mas de evidenciar as condições sociais e históricas de sua emergência, bem como de salientar como sua condição atual pode escamotear realidades sociais distintas e possíveis consequências danosas. Lulianelli (2003), por sua vez, afirma que “não há novidade em observar a juventude. Há novidade, porém, nos olhares que se lançam sobre a juventude.” (p. 45).

³⁰Mais cedo - relativamente à forma como as uniões se davam nos tempos em que as vinculações entre jovens passavam por uma certa negociação prévia entre as famílias, as vinculações geralmente só aconteciam de fato após a maioridade que, por sua vez, apesar de variar de idade no tempo, geralmente fora sempre legalmente considerada em idades posteriores a 18 anos.

³¹IDSR (Inquéritos Demográficos e de Saúde Reprodutiva - IDSR-I de 1998 e IDSR-II de 2005).

Neste sentido, os comportamentos inadequados, indesejados, ditos “comportamentos de risco” podem ser entendidos, na verdade, como denúncias. Indesejados seriam mais, portanto, os achados conclusivos que rotulam os comportamentos dos jovens; a crítica e o sacrifício a que ficam expostos e o ônus adveniente da imputação da culpa pelo social institucional - política de saúde, educação familiar, ensino escolar etc. E até mesmo, vale ressaltar, pela lei civil e criminal, pois há criminalização das relações sexuais com menores de 16 anos, sendo considerados crimes públicos com menores de 12 anos e crimes semi-públicos no grupo etário de 12 a 16. Este é um exemplo que, por sua vez, particularmente no momento inicial, traz à baila uma espécie de “epidemia de pedófilos”.

As avaliações dos programas se tornam retóricas, uma teia de interrelações numa visão interdisciplinar e causal - crostas sobre as quais não se pode agir, a não ser sob a forma de uma nova denúncia que vai dando forma a novas tipologias de riscos. Perde-se assim, sistematicamente, o compasso para “uma dança – uma vida”, enquanto a musicalidade do tempo passa.

Muitas são as perturbações pelas quais os jovens passam num cenário de dificuldades várias. Porém, quando os problemas ganham vida própria, distanciando-se dos contextos de vida atual, é preciso demonstrar os pressupostos, os atravessamentos institucionais de poder, as determinações que os tornaram possíveis e sobre os quais se baseiam, sob pena de se estar a reduplicar o problema e a aumentar a perplexidade. Gagnon (2005) afirma, citando um eminente teorizador e pesquisador de campo em Ecologia, que quando se tem um problema, “o melhor procedimento é pegar um nó e desatá-lo delicadamente, e o pior seria de puxar agressivamente pelas pontas”. (p. 317). Seria o caso, de certa forma, de resistir ao impulso de recortar o problema a partir de um conhecimento prévio e especializado, evitando, desse modo, transformar uma perturbação num problema, pelo seu recorte.

De outro modo, a compreensão das questões como desvios de comportamentos, sua localização na “periferia”, sua identificação junto à classe popular e a sua redução a determinados comportamentos de jovens denotam a parcialização/simplificação da questão e o conseqüente deslocamento para a ordem de culpabilização moral, o que torna difícil qualquer possibilidade de ação. Mesmo que haja ações específicas sobre determinados grupos de indivíduos considerados desviantes - seja pela coerção/negação ou pela recodificação -, os determinantes do problema, as categorias de remontagem social mais abrangentes, seus esquemas de produção, permanecerão intactos na sua invisibilidade operante.

Assim também, pensar o prazer como um dos exercícios da sexualidade e as iniciativas das meninas como atitudes não necessariamente danosas passa por descalcificar figuras históricas, adentrando à trama dos agenciamentos coletivos que enformam os problemas e podendo, assim, criar condições para que surjam outras discussões.

Ao invés de pensar que os jovens não se preocupam com o futuro, não têm *razão* e só querem prazer e diversão, parece necessário estabelecer novos dispositivos de ver, que permitam colocar a juventude face-a-face com o seu tempo; e assim, pensá-la não mais a partir dos problemas reais ou virtuais, mas a partir daquilo que emerge dos encontros e dos confrontos, seja com os colegas, com os pais e professores ou a sociedade de maneira geral, seja voltado à formação, à educação ou à saúde, emprego etc. Deste modo, poder-se-iam analisar as condições que se instalam no quadro das novas expectativas sociais, familiares e ideológicas, em relação ao que se quer e se espera dos jovens; bem como considerar as preocupações destes, refletidas ou opacas em seus modos de sentir, de pensar e de agir, como possibilidades de desencravar experiências e possibilitar práticas de si e práticas sociais mais libertárias.

As transições entre regimes políticos levaram a que, de fato, a experimentação de liberdade fosse intensa. Muitas posições institucionais foram questionadas com atitudes irreverentes dos jovens. Isso aparece nas relações várias para com as diversas instituições sociais, pois alguns momentos foram marcadamente instituintes ou desinstitucionalizadores.

Esta conjuntura de experiência de libertação, particularmente após a democratização do País, leva a uma desconfiguração das organizações de controle social, que levarão algum tempo para serem reorganizadas. Tudo esteve em campo e em jogo, quase que ao mesmo tempo. O fim e o começo de novos jogos foram instantes de experiência de vida nas *bordas*.

A crise social, muito diagnosticada atualmente e atribuída aos jovens, começa a surgir nesse quadro de mudanças. Associada a influências externas, mas também a uma certa dificuldade de se adaptar às exigências que as novas configurações institucionais impõem aos jovens, poderia ser pensada, igualmente (quicá preferencialmente) como efeitos das medidas e orientações de caráter biopolítico do estado moderno. Mas os jovens, esclarecidos, informados, criativos e críticos, se posicionam querendo a voz, querendo a vez. Efetivamente, o cenário atual é de mudanças e de transformação permanentes, mas a transição da juventude é mais certeza daquilo que se deixou para trás do que a realização de

expectativas. Os jovens (individualmente ou em grupos) se posicionam, experimentam, desencadeiam os processos de vida que lhes cabem. Dão o que pensar.

A aproximação das escolas das comunidades e o ideal de educação para todos criou espaços para que determinadas atitudes fossem pensadas, ainda que não fosse possível mudá-las imediatamente. Aliadas à massificação da educação, são criadas militâncias sociais e organizações de promoção da mulher e surgem diversos movimentos sociais de emancipação feminina. Momentos marcados também pela vontade coletiva de se distanciar do período anterior (hábitos, rituais, valores tradicionais ligados à sexualidade e matrimônio), de modo que os rituais prévios foram se tornando folclore para os jovens - quase sem valor, embora sujeitos a um quadro de formalidades ainda esperado pelos pais. Os dois momentos de ruptura – independência e democratização – permitiram pensar novas normalidades para a estrutura social prevista em Cabo Verde. Os modos pelos quais as normalidades foram restabelecidas após os momentos quentes de mudança social levaram à transformação de alguns problemas. Muitos ganharam formas mais provocantes. Pois então não seria de estabelecer um fim de etapa no qual se constitui uma nova normalidade, nova fórmula de se relacionar, mas sim de ensaiar uma articulação social que seguisse os processos de transformações sociais permanentes. Instalar processualidades, conforme salienta Deleuze (1992, p. 211), remontar aos acontecimentos, instalar-se nos acontecimentos, nascer e morrer neles; processualidades que derivam quanto à história presumidamente linear e instalam o devir-revolucionário nas pessoas; onde, enfim, os processos de singularização podem passar antes pelo crivo da apreciação do que pelo da rejeição. Também Guattari e Rolnik (2005) lembram que uma revolução, uma mudança social a nível macropolítico, macrosocial, diz respeito também à questão micropolítica de produção de subjetividades. O processo macropolítico, por exemplo, não garantiu à homossexualidade qualquer expressão. Retrancada pela moral, permanece na sua doença, como desvio da natureza e com o seu jeito afeminado. É a reviravolta atual, entretanto, que capta a atenção para uma análise acurada, seguindo os processos de subjetivação e de singularização. Cenário onde se procura apartar-se dos discursos de “crise”. Pois admitir a possibilidade de pensar a juventude, ante as “crises” já cansadas de tanta culpa (crise de valor, crise do sujeito, crise de paradigmas, etc.), incita, como afirmam Larrosa e Skliar (2003), “a desconfiar de todos esses discursos sobre a crise nos quais tudo está em crise exceto o discurso seguro e assegurado que a nomeia, a diagnostica e antecipa sua solução.” (p. 9). Por isso, aqui se segue os que aceitam entrar no jogo de esconder/revelar para encarar novos ângulos de visão da questão, ou melhor, os que aceitam o desafio de pensar. Como sugere Michel Foucault (2008), não o de *bem pensar ou pensar bem*; mas talvez o de *pensar*

de novo, de outro modo. Um pensar que, ao mesmo tempo, não pretende reproduzir conhecimentos e escapa às grades das representações e dos compromissos messiânicos. Talvez seguindo os processos mais pelas “criações coletivas” do que pelas “representações”. (DELEUZE, 1992, p. 209).

Talvez, igualmente, uma análise histórica possa criar condições para se ver os velhos e os novos dispositivos e seus regimes de poder, de saber e de produção de subjetividades postos a operar em momentos próprios, situados em épocas e em circunstâncias localizáveis. Uma discussão nesse campo eventualmente possa produzir efeitos analisadores dos jogos de poder-saber que sustentam as práticas relativas à juventude cabo-verdiana. Em tempos outros e atualmente. Como tem sido e como poderá ser pensado o jovem em Cabo Verde?³² Isso requer um encontro com as novas compreensões de viva voz e na voz dos jovens.

Como foi esboçado aqui, em vários momentos se pôde perceber seus contornos. E seguindo descalcificando as figuras, num contato sensível, distante dos conceitos prévios, foi possível ver imagens imprecisas no curso da história. Recentemente, as imagens escaldantes e seus moderadores instituídos (culturais, profissionais, econômicos, afetivos, reprodutivos, educacionais, estéticos etc.) têm regido a sua normalidade; mas igualmente as linhas de fissura que parecem – apenas parecem - delinquentes, irresponsáveis, violentos, polígamos-irresponsáveis. Enfim, valeu, até onde foi possível acompanhar as errâncias a que as juventudes têm estado sujeitas.

Seguir os jovens nesse céu aberto foi exatamente o que este trabalho pretendeu. Lá onde se pode sentir o eco de suas vozes diversas e divergentes; o impacto de suas ações e os limites das suas atitudes. Não para restabelecer a ordem, mas para ensaiar processos - processos do nosso tempo. Ao lado das condições jurídicas, aquém dos valores culturais e além dos valores morais. Um lugar limiar e militante de indeterminação, mas de reflexão, onde se podem construir pontes para encontros com o presente, pela criação de possibilidades da prática de si. Pois se pode sentir e pensar o que, além das determinações, segue pulsando e impulsionando a agir.

³² Na legislação cabo-verdiana considera-se adolescente a faixa etária que vai dos 12 aos 19 anos incompletos, e juventude, dos 15 aos 24 anos.

2 NO TEATRO DA VIDA

2.1 Os jovens no cenário das transformações

‘O que fazer com eles?’, como devemos nos comportar com estes recém-chegados tão próximos e tão estranhos que parecem furtar-se a toda a tentativa de domínio? Charles Fourier: A Infância emancipada (2007)

Cabo Verde das últimas décadas parece um país à caça do tempo roubado. Não há dúvidas de que quando determinadas ordens políticas impõem modos repressivos de existência às pessoas - só tornadas cidadãs para àquelas servirem -, tais pessoas vivem fora de seus tempos, exatamente porque estes – “presentes” para suas existências – lhes foram subtraídos. Pois o Sistema Colonial português manteve, tanto em Portugal quanto em suas colônias, até os anos de 1970, uma ordem sociopolítica e econômica em nada diferente dos modos medievais e históricos bem conhecidos. Sendo assim, Cabo Verde, descoberto em 1460, foi se formando em partidas sociais, linguísticas e culturais, mas só se achou politicamente a partir de 1975, seguindo, após este marco, um processo que muito parece ao descrito por José Saramago (escritor português e prêmio Nobel da literatura): “Cabo Verde fabrica o seu próprio chão, inventa a sua própria água, repete dia a dia a criação do mundo.”³³

Vários autores se mostram preocupados em discutir as transformações sociais, econômicas e políticas dos últimos tempos associadas às condições de vida dos jovens. Se é certo que as transformações vêm sendo cada vez mais aceleradas, seria útil pensar o quê que se transforma, ou em quê nos vimos transformando. Certamente, no caso dos jovens, não se refere às transformações descontínuas - inerentes à existência e às experiências singulares destes. O campo da individualização tornou-se tão volátil, que desafia qualquer posição que se queira diferenciadora, que não se prenda aos mecanismos de captura plantados no terreno movediço dos processos de subjetivação capitalista. Como então estas poderiam rumar para estéticas resistentes às capturas? A emergência de sistemas mundiais, sob o desígnio da globalização e suas tecnologias, invade todos os contextos e os submete a uma hierarquia, de modo que toda a diversidade se torna semelhantemente diferente e os problemas aparentemente idênticos. Se, por um lado, o impacto sobre as instituições, sobre os sistemas políticos e econômicos, são devastadores, por outro, as vidas cotidianas dos sujeitos – mais

³³ In *Jornal de Letras*, Lisboa, 14 de outubro de 1989.

aqueles que vivem à margem ou que são empurrados para a margem -, sob a bandeira da liberdade e da autonomia, se tornam problemáticas, contraditórias e difíceis de pensar. Porém, aqui, não se trata de denunciar a qualquer preço os sistemas globais, uma vez que os modos provincianos podem estar sob o domínio de certos grupos de interesse que acarretam análogas formas de dominação e de discriminação.

Em 5 de julho de 2010 - dia em que se comemorou o 35º aniversário da independência nacional e 550 da chegada dos portugueses e do povoamentos das ilhas – escutamos o Primeiro Ministro de Cabo Verde afirmar, não sem muita satisfação, que em 1975 “Cabo Verde era um país improvável e miserabilista³⁴”. No mesmo discurso, vangloriou-se por se ter conseguido o acesso universal ao ensino, um sistema de saúde pública acessível e de qualidade: a infraestruturação do País é uma realidade que o deixa satisfeito. Tais transformações, a medir pelas palavras do Primeiro Ministro, são inigualáveis e engrandecedoras a um certo olhar: passados somente 35 anos, aquele povo miserável, aquela nação diaspORIZADA à força – recorrentemente lembrada pelos poetas na ambígua dor de “ter de partir e querer ficar” e de “querer partir e ter de ficar” -, aquele país improvável foi alçado à categoria de País de Desenvolvimento Médio e a sua economia, inserida ao grupo de Países de Rendimento Médio. Estas transformações ganharam velocidade constante a partir de 1990, momento representativo da segunda grande mudança ocorrida no país, quando o regime de partido-estado de inspiração “leste”, que vigorara durante os 15 anos que se seguiram à independência, deu lugar à democracia multipartidária - momento de grandes movimentações políticas, a partir do qual as políticas neoliberais começaram a ganhar terreno.

Neste contexto, a esta reflexão conviriam análises distendidas, um pouco mais abrangentes, que considerem os contextos das transformações atuais mais globais que afetam os modos de vida das pessoas. Como é evidente, em tempos atuais, não é necessário observar as subsequentes gerações, nem situar épocas diferenciadas no tempo, para se constatarem mudanças aparentemente radicais. Pois as aceleradas transformações que ocorrem a nível mundial acarretam desafios permanentes e importantes; se estará sempre à distância de algum botão, não importando onde se esteja. Tais mudanças, por várias razões, afetam os jovens de forma muito mais rápida do que os adultos. Por outro lado, criam um campo tenso, onde as

³⁴ “Miserabilista”, conforme referido aqui, tem mais a ver com o discurso histórico que remonta ao período colonial, no qual se procurava produzir e disseminar a idéia de que Cabo Verde não podia tomar para si seus rumos, independente da metrópole, por não possuir riquezas naturais. Daí as recorrentes referências à pobreza do seu solo, à sua situação geográfica a oeste do Saara - o que lhe confere um clima tropical seco como empecilho. Tais descrições ainda reverberam em descrições repetitivas mais atuais, que o destacam como um país pobre, sem recursos. Bem haja os poetas, a colocar uma certa esperança neste quadro desolador, a afirmar que sobreviveremos e viveremos sim. Pois, “as cabras nos ensinaram a comer pedras”. Hoje, a exemplo de muitos países, Cabo Verde começa a demonstrar que é capaz de produzir o que necessita e não possui.

instituições se tornam contraditórias, exigindo um estado maior de alerta. É assim que se podem pensar os problemas da juventude em Cabo Verde. Pois um pensamento que situasse uma derivação histórica ou que decorresse de análises essencialmente domésticas estaria fadado a se surpreender com questões que sequer terá imaginado.

Do conjunto de problemas juvenis bem formatados em Cabo Verde, há dois que se destacam: a violência e o desemprego. Talvez não sejam núcleos a partir dos quais se poderia começar a pensar as transformações ou a centrar-se para as respostas. Muitas vezes estas são infladas porque alimentadas por discursos “inovadores” que, no entanto, pouco mais conseguem fazer além da ação reativa à violência e, quando tidas por positivas e pro-ativas, do que propor um empreendedorismo orientado verticalmente. Este, quando não desconsidera, decapita as iniciativas dos jovens. Nesse contexto, a inclusão se tornou intolerável – “demasiadamente humana”. Os jovens marcados como oriundos de periferias urbanas - porque somente assim se tornariam admissíveis num país que pretende vender uma imagem de marca *à lá modernidade* - poderiam enquadrar seus problemas aos moldes que se espera de uma certa ordem social. Já os “esclarecidos”, informados, criativos e críticos se posicionam querendo a voz, querendo a vez. Os jovens (individualmente ou em grupos) se posicionam, experimentam, desencadeiam os processos de vida que lhes cabem. As transformações vividas nestes anos poderiam ensinar, com propriedade, que só podem ser abordados com alguma seriedade quando se olha pelo viés do cotidiano de vida das pessoas. Pois os modos pelos quais as normalidades foram restabelecidas após os momentos quentes de mudança social levaram à transformação de alguns problemas: muitos ganharam deles formas mais provocantes. É neste contexto que estudos vão sugerindo suas localizações. A realidade de vida dos jovens se torna mascarada. Porém, uma máscara que talvez não fosse de se desprezar.

Neste cenário, acompanhar as transformações, quando o presente impera, não parece ser condição pacífica. Assim, olhar para o mundo e pensar na possibilidade de acreditar nele incitam a acolher a sugestão de questionamento implícito à afirmação do comercial do canal Futura de Televisão: *não são as respostas que movem o mundo e sim as perguntas*. Aceitável desafio, dir-se-ia. Mas não há nada de pacífico nisso, mormente quando se encontra envolto com os modos de pensar, de fazer e de formatar “objetos” que somente existiriam e seriam pensáveis à condição de aceitarem a exata medida dessa formatação. Também não há nada de pacífico em aceitar essa posição quando ela se encontra a braços com sujeitos com os quais se mete a pensar modos singulares de experimentar suas existências, sem ficar “sob a mira”. Os

jovens que o digam. Os jovens o denunciam da forma habitual, problemática, não muito diferente do que se espera deles; a não ser que se afinem às sensibilidades para uma escuta diferente. Afinal, lá onde se vê um problema, um sujeito problemático, poderia ser mais útil observar a denúncia que aí se encontra soterrada.

Na maior parte da abordagem relativa aos jovens, tanto no plano da sua tematização como no das ações a eles dirigidas, existe uma grande dificuldade de considerá-los efetivamente como sujeitos, salvo raras exceções. Uma dificuldade de ir além da sua consideração como “problema social”, e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de contribuir para a solução dos problemas sociais, além de meramente sofrê-los ou ignorá-los. Sempre colocados na posição de dualidade perante os supostos responsáveis pelo futuro e guardiões dos valores. Muitas vezes são violentados e mortos. Porém devem estar sempre lá; precisa-se que estejam lá.

A um olhar diferente, pode-se indagar como a ocidentalização do mundo acarretou mudanças nas estruturas familiares, nos sistemas de valores, individuais e da vida cotidiana. Os jovens já não parecem agentes da transformação cultural, mas sim vanguarda da “cultura ocidental”. Se, nesse contexto, apesar da complexidade das mudanças, é difícil acompanhar como ocorrem à escala global, se torna difícil compreender, também, o que se passa a nível local entre os jovens, entre gerações, para com uma certa ordem social onde pedaços inteiros de subjetividades estão sendo forçados à digestão - particularmente para aqueles que não têm tido oportunidades de as mastigar convenientemente. Quem disse que precisamos nos desenvolver?

“em nome de que, por que e a partir de que critérios, em função de quais obscuros ou manifestos interesses, podem determinadas pessoas, ou um determinado coletivo, governar as condutas de seus semelhantes?” (ALVAREZ_URÍA, 1996, p. 92).

Diz-se de forma corriqueira que são as sociedades que produzem suas juventudes. Talvez fosse mais correto dizer, nessa linha de pensamento, que as sociedades, os pais e os filhos, os professores e os alunos, jovens, adultos e crianças, procuram adaptar-se à forma como uma certa linha de produção da juventude orienta as instituições para a montagem de suas juventudes. E, nesta via, remontando seus problemas uns sobre os outros, a ponto de a sociedade depender de receitas externas para todas as suas dores, como se determinadas forças estivessem sendo banidas do terreno de jogo. Neste, percebe-se somente uma “ausência” (de vivências e experiências) que caminha lado a lado com os novos modelos. Ambas guerreiras, mas com desigual legitimidade. De outra forma, em certos casos, se pode perceber um desespero institucional que, desorientado, sai à caça de mecanismos reguladores

desencontrados. Talvez nesse sentido se possam compreender muitos conflitos que só são aceitos como “legítimos” porque justificadamente globais ou locais. Sem a adequada reflexão e questionamento, contudo, nenhuma resposta pode ter semelhante valor, nenhum processo já pensado pode encaminhar soluções semelhantemente úteis. Tratar-se-ia, no caso, de uma “transformação programada” a partir da qual, muitas vezes, os governos e as instituições precisariam considerar o que se passa com seus jovens domésticos?

Em Cabo Verde, ao que parece, encaminhar-se para as práticas exige um cuidado extremado, para evitar mapear somente os efeitos das linhas e rastros de modelos institucionais – irreversíveis e inconvertíveis porque “impensados” - que atravessam todo o campo social. Não se pretende, aqui, defender qualquer continuidade social, geracional, seja local ou global. Contudo, certamente podem-se reparar diferentes contextos onde certos conjuntos de elementos, particulares, singulares, marcos culturais e históricos, são de tal forma despotencializados, desinvestidos, mesmo retirados no conjunto, de forma constrangedora, do campo de forças concorrentes, nas quais/com as quais se poderia pensar e entender as transformações. Pelo menos é o que tenho perguntado a mim mesmo, e com frequência - se assim também não poderia ser pensado!

Os jovens, por exemplo, tornam-se *thugs*: delinquentes e violentos, prostituídos, etc. As questões se calam, a razão se impõe à sensibilidade; prevalece o visível, como alerta Suely Rolnik, e as certezas escorrem entre os dedos, deixando um vazio. Foi neste contexto, definitivamente, que a inclusão social de jovens entrou na senda das políticas públicas em Cabo Verde.

Como poderão, então, ser sentidos os jovens e as violências, nos mais diversos domínios, mas especificamente aquelas entre os jovens em Cabo Verde? Talvez situando um lugar limiar e militante de indeterminação, porém de reflexão, onde se possam construir pontes para encontros com o presente; onde se possa sentir e pensar o que, além das determinações, segue pulsando e impulsionando a agir. Este foi o caminho aqui escolhido; os jovens encontram-se num céu aberto, exatamente onde este trabalho pretende se posicionar. Lá onde se pode sentir o eco de suas vozes diversas e divergentes; o impacto de suas ações e os limites das suas atitudes. Aquém dos valores culturais e além dos valores morais e dos princípios gerais. Encontros de paz, sem rancor, ainda que ao lado das condições jurídicas. Nesse sentido, não para restabelecer a ordem, mas para poder ver, e quiçá fazer ver, processos ruidosamente silenciados, que, talvez, nem mesmo a própria história quererá lembrar, não

sendo forçada a isso. E, então, forçar uma outra ordem a partir de uma nova política de observação do cotidiano.

2.2 Juventudes: do caminhante e do breu

Todo o pensamento da sociedade e da história pertence em si mesmo à sociedade e à história. Todo o pensamento, qualquer que seja ele e qualquer que seja seu “objeto”, é apenas um modo e uma forma de fazer social-histórico. (*CASTORIADES: Instituição Imaginária da Sociedade*. (1982).

Não sem muito custo, hoje, parece haver uma certa unanimidade entre teóricos e pesquisadores de diferentes áreas disciplinares, em como não há “a” Juventude, e sim juventudes. É certo que esta concepção alerta para as pluralidades das juventudes, para modos de fazer social e histórico. Porém, ainda assim, muitas vezes, parece mais uma questão de ser politicamente correto o dizer “juventudes”. Há muito tempo se denunciou a invenção da juventude nos discursos da ciência e nas práticas sociais regulatórias. Processo caro a muitos pesquisadores, que levou a uma ampla aceitação de que a juventude não é uma referência natural e biológica e sim uma categoria classificatória cultural e histórica. As variedades dos tipos de grupos juvenis (formais e informais) e a diversificação dos modos de organização e de relação no corpo social, o reconhecimento de modos de organização social de outras culturas cuja compreensão supõe a tomada das suas especificidades, a proliferação das *subculturas-jovens* dissidentes, as mudanças cada vez mais aceleradas das reconfigurações atuais – encontros incontáveis de classes, de idades e gerações, de gêneros, de raças e cores, entre outros - obrigaram a que, definitivamente, as considerações sobre a unidade, homogeneidade e universalidade colidissem com o vazio.

Ao que parece, porém, a dialética positivista continua procurando a melhor questão e a resposta definitiva, sendo incapaz de abrir mão de sua antiga gramática. Sustenta-se, deste modo, sobre a radicalização de problemas sociais em problemas sociológicos, psicológicos, pedagógicos, médicos etc. Para cada juventude, agora, uma organização teórica de concepção e de apreensão.

Nas palavras de Gilberto Velho,

a dificuldade de compreender as experiências e interpretações de diferentes grupos e culturas não se dá apenas quando pensamos em sociedades da Oceania, África, Ásia ou mesmo em grupos indígenas sul-americanos e brasileiros. (VELHO, 2006, p.192).

Gilberto Velho chama atenção para a diversidade interna em termos de *ethos*, estilo de vida, visões de mundo e, em geral, modos de construção social da realidade.

Mediante este cenário, muitos estudiosos procuraram outros caminhos de estudo, de identificação e de representação. E se está, evidentemente, nos tempos atuais, perante uma variedade de campos temáticos que trazem visões críticas dos fenômenos, bem como de um grande número de pesquisadores que se propõem a desconstruir a idéia de uma identidade original ou total, unificadora da diversidade. Assim, mais uma discussão pode parecer irrelevante. Porém, afinado com Stuart Hall (2003), o que se procura nesta abordagem não é a substituição de um conceito essencialista e totalitário por outro mais flexível, ambos gerados pela dialética positivista - por almejar, cada um a seu modo, ser mais verdadeiro ou mais adequado à *re-produção* da ordem -, como muitas vezes ocorre. Investe-se em autores que não procuram a criação de um foco de luz substituto, nem a proposição do breu total para o caminhante habituado à luz de uma lanterna. A condição de pensar e da mudança é que a lanterna pisque. Pisque dando a luz de apoio aos pés e, nesse intervalo de tempo-espço, permita ao caminhante erguer a cabeça e aguçar os sentidos à espreita de outros lampejos na redondeza. Sensibilizar-se, em suma, embora muitas vezes o breu total em pleno deserto pareça ser a condição indispensável para que se possa acreditar na possibilidade de outros regimes de luz. Não seria necessário um ponto estratégico posicional de negociação com as rotas e com as trilhas?

Uma vez que todo o posicionamento é essencialmente político, este também não deixa de o ser. Se a construção de uma identidade social é um ato de poder³⁵, ou, parafraseando Foucault, uma ficção da história a partir de uma realidade política que a torna verdadeira, pode-se forçar a ficção de uma política partindo de uma realidade histórica.

A questão-guia, enfim, a ponderar, é como *mudar aquilo que somos sem sermos ainda aquilo em que nos tornamos?* As narrativas do eu, muitas vezes, impõem o mesmo àquilo em que se transforma. Seria preciso “não apenas chegar ao ponto onde não se pode dizer mais eu, mas ao ponto no qual não há a menor importância em dizer ou não dizer eu” (DELEUZE, 1995, p. 9).

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização

³⁵ Laclau, 1990, apud, Hall, 2003, p. 110.

radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. (HALL, 2003, p. 108)

Assim, o que se procura discutir é acertar um jeito de tomar esta problemática como um modo de reflexão, de estudo, de pesquisa e, por que não, também, a um só tempo, uma política e uma estética de existência, construindo possibilidades para uma estilização deliberada da vida cotidiana, como sugere Foucault.

Podemos constatar ainda, com Castoriadis,³⁶ como o *eu*, se não é tomado como simples termo de referência, se torna apenas uma névoa escondendo um abismo. Mazelas da linguagem – da significação linguística, da representação identitária. Que relação há entre estas e o referente? Toda a linguagem é um abuso de linguagem. Não há um sentido próprio, em oposição e/ou fora da linguagem; é impossível captar um sentido em sua propriedade. “Só há *uso* identitário do sentido. (...) todo o discurso é um jogo de guerra, uma vez que, para além da postulação identitária da designação – do *uso* identitário do sentido -, o referente é ele próprio e em si mesmo essencialmente indefinido” (idem), indeterminável e aberto.

Neste sentido, de acordo com Castoriades (1982), a instituição do mundo das significações como mundo social-histórico é *ipso facto* “inscrição” e “encarnação” no “mundo sensível”, a partir da qual este é historicamente transformado em ser-assim. Afinal, se nem mesmo o indivíduo é o mesmo o tempo todo, todo o tempo, não pode haver nada estável que possa ligar os indivíduos (jovens) uns aos outros de forma definitiva ou permanente.

Como observa Deleuze, (...) “a noção de unidade só aparece quando se produz na multiplicidade uma tomada de poder pelo significante, ou por um processo correspondente à subjetivação” (DELEUZE, 1995, p. 25). *Não há* significações “livremente separáveis de todo o suporte material, puros pólos de idealidade; é no e pelo ser-assim deste “suporte” que essas significações são e são tais como são”. (CASTORIADIS, 1982, p. 401). Não há posições fixas, apenas transitoriedade, movimento e transformação. O autor ainda acrescenta que o que imaginariamente unifica a sociedade é a unidade de seu mundo de significações e de sentido, que prende a multiplicidade a uma estrutura. Deste modo, seu crescimento é compensado por uma redução a certas leis de combinação - mecanismos de ordenamento que asseguram a passagem dos significantes sociais aos significados científicos.

³⁶ CASTORIADIS, 1982, pp. 391 a 396.

Tratar-se-ia de rachar as palavras e as coisas – significação e representação. Por enquanto, parece conveniente servir-se de uma construção crítica de *identidade* proposta por Stuart Hall (2003),

para significar o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. (p.111, *Grifos do autor*).

Procura-se, portanto, a tempo inteiro, conjurar as insistências dos geniosos *universais*, das verídicas representações históricas e dos instituídos seguros de si, podendo assim correr atrás das trajetórias, das marcas, para fazer uma história do presente, diferente, feita de outro modo – sem determinações, e que restitua ao presente a possibilidade de negociação com o futuro.

2.3 Juventudes desencontradas entre caminhos

Para seguir os caminhos das juventudes na história torna-se necessário percorrer trabalhos de autores como Philippe Ariès (1981), Bourdieu (1983) e, mais recentemente, Groppo (2000), Pais (1993) Rossana Cruz (2000), Gilberto Velho (2006) - autores que asseguram a abertura da viseira para se poder enxergar os atravessamentos que, em diferentes momentos da história, perpassaram o corpo social e propiciaram transformações tanto nas instituições sociais, políticas e econômicas, quanto nas práticas sociais dos jovens. Estes teóricos com quem se procura dialogar intentam desmascarar as atuações cotidianas dessas instituições, procurando descobrir o que elas revelam a partir do que ocultam; ou, alternativamente, o que elas ocultam a partir do que revelam.

Refaz-se a seguir, neta linha, um ligeiro tracejado crítico da criação da(s) juventude(s), de suas reconfigurações históricas em direção aos tempos atuais.

Philippe Ariès demonstra como a classificação etária da vida é historicamente datada e se relaciona com aspectos mais amplos e intrincados da vida social, sendo que uma consciência e uma preocupação específicas com a juventude se formaram somente do século XIX em diante. Porém, bem antes, poder-se-ia sentir seus contornos imprecisos, distantes da infância e próximos da idade adulta: “Observamos que, como a juventude significava força da

idade, na Idade Média, não havia lugar para a adolescência. Até o século XVIII a adolescência foi confundida com a infância” (ARIES, 1981, p. 41). A infância e a adolescência só apareceriam, respectivamente, nos séculos XIX e XX, com suas marcações etárias mais precisas, e encenando uma série de cuidados institucionais e ideológicos preparatórios para a boa transição para a idade adulta. Já no século XX, sobretudo a partir de sua segunda metade, fez-se a institucionalização da era da juventude, para logo se tornar juventudes. E Ariès salienta ainda que “tem-se a impressão, portanto, de que a cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana” (idem, p. 48). Em linha análoga, diz-nos Groppo (2000):

A cronologização do curso da vida e a homogeneidade etária respondem à necessidade de uma civilização que constrói esferas sociais rígidas por critérios independentes de particularismos e parentescos, baseados numa legitimidade própria que evocam relações sociais universais. (p. 276)

A adolescência teria sido inventada no discurso psicopedagógico, com fortes contribuições do discurso da medicina; e a infância e a juventude definidas e recriadas pela sociologia, baseando-se mormente em critérios etários. Segundo Valkerdine, retomado por Cesar (2008),

as novas instituições criadas ou remodeladas pelo discurso médico e psicopedagógico, surgiram em virtude da necessidade de instituir dispositivos apropriados para a educação de crianças e jovens com objetivo de produção de novos sujeitos. Assim, é possível pensar que a problematização da infância e, quase um século depois, da adolescência surgiu pela necessidade de um contínuo e cuidadoso investimento físico, pedagógico e moral com o intuito de produzir um adulto ideal. (VALKerdine, 1998, p. 166, apud CESAR, 2008, p. 36.)

Sequência desenvolvimentista e reprodutivista, montada pelas instituições oficiais, estatais e pelas classes dominantes, que criam uma estrada preparatória para a reprodução social, através das gerações, agindo sobre (infância, adolescência e juventude), tendo como aliado principal as próprias ciências sociais e humanas. Estes fenômenos, nas sociedades onde se tornaram categorias conhecidas e reconhecíveis, foram geridos, deste modo, época a época, cultura a cultura, nação a nação, a partir de classificações e categorizações convenientes à produção e à reprodução, conforme convier, à continuidade ou descontinuidade social. Categorias de linguagem construídas e reconstruídas para proporcionar intervenções sociais, políticas e econômicas. Assim, como refere Bourdieu (1983), a juventude é uma categoria manipulada e manipulável: o fato de se falar dos jovens como uma *unidade social*, um grupo dotado de *interesses comuns*, e de referir a esses interesses uma *faixa de idades* constitui, já de si, uma evidente manipulação.

Alguns teóricos afirmam, contudo, que a juventude nasceu da revolta (radical ou delinqüente), aparentemente impossível de neutralizar e, por isso mesmo, posteriormente, naturalizada e idealizada pela burguesia e pela aristocracia que se encarregaram de criar seus contornos e de rotulá-la. Modelada por estes, vira-se (urbana, ocidental, branca e masculina) para, posteriormente, se tornar referencial moderador das *juventudes* (rurais, não-ocidentais, negras, amarelas, mestiças, femininas, etc). Entretanto, essa adoção ressignifica os objetivos e signos tomados externamente, através de leituras que, muitas vezes, desenvolvem-nos com significados contestados aos seus detentores anteriores. Embora concordem que se tenha vislumbrado alguma atenção aos jovens desde o início do século XX, estão convictos certos autores de que é no contexto da II Guerra Mundial e anos seguintes que a juventude se afirma, não só pelos interesses que desperta para as transformações sociais pretendidas, quanto pelos seus posicionamentos diferenciados.

Conforme descreve Pais descreve em seu livro *Culturas Juvenis*, publicado em 1993,

As teorias da ‘socialização contínua’ foram dominantes nos anos 50 quando os médicos e psicólogos quase detinham o monopólio do discurso sobre os jovens, ao assimilarem a adolescência à crise de puberdade e ao definirem a juventude como um ‘período difícil’ de maturação psicológica que deveria conduzir à idade adulta. É durante este período que adquirem relevância os conceitos de *identidade* ou *autonomia* juvenil. Mesmo quando a sociologia (nos anos 60, com o *funcionalismo*) começa a explorar a juventude como ‘fonte de problemas’, diversos são os estudos que, na linha da teoria da ‘socialização contínua’, acabam por reconhecer as atitudes positivas dos jovens perante a família, a escola e a autoridade. (p. 39).

Segundo analisa o autor, todavia, é nos anos 1960 e 1970 que “grupos não representativos como *beatniks*, *hippies*, etc. induzem generalizações abusivas ao conjunto da juventude.” Surgem fricções culturais, fazendo com que os jovens acabem ditando, de forma diversa e adversa, certas pautas. “A juventude converter-se-ia, pois, num *grupo de referência externa*, do qual se ‘copiariam’ ou se ‘institucionalizariam’ determinados símbolos de *status* juvenil.” (idem, p. 43), orientandos para o rejuvenescimento social.

Ainda nas palavras de Groppo (2000), as várias posições críticas sobre as classificações da juventude praticamente “coincidem com a história de seu estudo empírico e científico” (p. 9), pois, segundo o autor, é o sistema sociocultural e econômico que determina o início, o final, os períodos de transição de cada fase da vida humana.” (idem, p.11). Sendo assim, afirma Groppo (2000) que “as definições de juventude passeiam por dois critérios principais, que nunca se conciliam realmente: o critério etário (herdeiro das primeiras definições fisiopsicológicas) e o critério sócio-cultural.” No mesmo sentido, seguindo os passos de Machado Pais (1993), pode-se constatar com ele que “a diferentes juventudes e a diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias.”

Com propriedade, analisa ainda este autor duas correntes teóricas sobre a juventude: a *corrente geracional* e a *corrente classista*. Com este propósito, afirma que “a juventude deve ser olhada não apenas em sua aparente *unidade*, mas também na sua diversidade, e que não há, de fato, um conceito único para a juventude que possa abranger os diferentes campos semânticos que lhe parecem associados.” (PAIS, 1993, p. 37). No trabalho *Culturas juvenis* (2003), sem se deixar arrastar por nenhuma delas, segue no fluxo e refluxo das duas correntes, enquanto procura libertar-se da obsessão de *à força ter de encaixar fatos empíricos em teorias pré-estabelecidas*, para então, perceber o curso da vida.

Talvez a desnaturalização da juventude tenha propiciado a emergência de visões relativistas, referentes a épocas, ou, na mesma época, a diferentes grupos (de gerações, de classe, de idade, etc.), chegando muitas vezes, segundo Groppo (2000), “à indefinição, não por silêncio ou omissão, mas por um extremo relativismo”. Modos mais provincianos de trajes locais, mas que, para além da aparência, não são menos pretensiosos quanto ao estatuto de verdade. Ou, de outra forma, forçaram a que os formatos se tornassem tão abertos, flexíveis e abrangentes, que não teriam mais nenhuma capacidade de apontar para um referente. Torna-se assim a “juventude” apenas uma palavra, um termo esvaziado de sentido, diria Bourdieu (1983).

Groppo (2000) sustenta, em acréscimo, que a Sociologia se debate mal com a *Juventude*, um filho que ajudou a criar. Da mesma forma que a psicologia e a pedagogia têm lidado mal com a *Adolescência*.

Conforme Machado Pais (1993) demonstra, a corrente geracional pressupõe que os indivíduos experimentam seu mundo, as circunstâncias e os problemas como membros de uma geração. Algumas perspectivas de vida seriam, nesse sentido, propriedades comuns de todos os membros de uma geração. A socialização contínua poderia, no entanto, através da tomada de dominação pelos mais velhos, fazer com que as gerações se imbricasse *como as telhas de um telhado*; mas o autor salienta que há sempre tensão e confrontação entre os jovens e os mais velhos, obrigando a rupturas.

Mediante sua concepção geracional, Mannheim (1980) supôs uma concepção paradoxal da Juventude: uma ameaça que é impossível neutralizar, mas que deve ser conquistada, no quadro de uma sociedade dinâmica e planificadora. Considera o autor, portanto, ser impossível traçar uma característica essencial da juventude enquanto agente distante dos interesses da sociedade. Ao pensar as contribuições que os jovens devem dispensar à

sociedade, analisa ainda as contradições que o adolescente vive, e afirma que os jovens são potencialidades latentes de uma sociedade, prontos a serem utilizados. Pois o adolescente, à medida que vai crescendo, pelo contato com a comunidade, nas esferas públicas, “deixa de ser apenas um estado de fermentação biológica, para, sociologicamente, penetrar num novo mundo em que os hábitos, costumes e sistemas de valores são diferentes dos que até aí conheceu” na família, ao ponto de começar a desafiar, a questionar o que ao adulto é habitual e natural. A conquista dessa força latente em revolta seria a condição de rejuvenescimento social de uma sociedade dinâmica. De contrário, “essa penetração vinda de fora torna a juventude especialmente apta a simpatizar com movimentos sociais dinâmicos que, por razões bem diferentes das suas, estão insatisfeitos com o estado de coisas existentes” (idem, p. 52). Acrescenta o autor que a Juventude não é nem revolucionária nem conservadora, ou seja, que ela “chega aos conflitos da nossa sociedade vinda de fora.” Para Mannheim, seria preciso abandonar o caminho da “especulação imaginativa” e levar em conta que o ritmo biológico reage no acontecer social. É que é neste acontecer que uma sociedade planejada *para o desenvolvimento e em favor de uma sociedade humanitária* deveria valer-se das potencialidades da juventude.

Por conseguinte, apesar de desmontar as limitações das categorizações naturalizadas pelas *chaves da biologia* e da psicologia – baseadas na *efervescência biológica* –, ainda que em outros momentos considere essas forças incontrolláveis, Mannheim sugere uma espécie de *panóptico*, sob a forma de planejamento, em favor das sociedades dinâmicas, onde os adultos se valeriam das forças latentes da juventude para a revitalização social.

Por outro lado, conforme propõe Pais (1993), “nas *correntes classistas*, ‘as culturas juvenis’ são tidas sempre como culturas de classe, isto é, são sempre entendidas como produto de relações antagônicas de classe.” (p. 48). Os estilos e as condutas de jovens são vistos como formas de *resistência*, e “as culturas juvenis seriam sempre ‘soluções de classe’ a problemas compartilhados por jovens de determinada classe social.” (idem, p. 48). Realça o autor as dificuldades das correntes classistas em explicar a *coalescência* de jovens de diferentes condições sociais a valores relativamente semelhantes, advertindo, desta forma, que “não é certo que a *condição social* determine, entre jovens pertencentes a uma mesma classe social, uma homogeneidade cultural ou de modos de vida entre esses mesmos jovens como fará supor o latente determinismo presente em alguns trabalhos da *corrente classista*.” (idem, p. 50)

Enfim, Pais (1993) salienta que “‘andar ao sabor das correntes’ envolve, não raras vezes, um grave perigo: o perigo de nos deixarmos arrastar por elas, de a elas nos ‘acorrentarmos’ como náufragos à deriva.” (p. 51). Propõe-se então a “descalçar as ‘luvas teóricas’ com que é costume agarrar os fatos que melhor se ajustam a determinadas teorias”, (...) “a olhar a realidade através dos cotidianos dos jovens”, sublinhando que “as trajetórias individuais são também imprevistas, como de resto acontece com a própria vida cotidiana.” (p. 51). Desenvolve assim, de forma associada, a idéia das culturas juvenis, de cursos da vida em seus contextos sociais. Afinal, independentemente das considerações e das apropriações sociais, culturais, científicas e políticas, os jovens sempre forçaram os agentes reguladores a descartar, a ajustar, ou mesmo a trocar suas bitolas, lá onde o passado se cruza com o presente, posicionando a enunciação do futuro; no ponto de ruptura, onde as práticas, surpreendentemente, produzem vieses para a criação e afirmação da diferença, de novos modos de sentir, pensar e agir.

Grosso (2000), considerando as dificuldades da aplicação ideal da juventude como uma fase transitória e de aquisição de maturidade social, pondera que a realidade sociocultural é múltipla e complexa, jamais um puro e simples dado da natureza. Nessa linha, propõe-se a tomar a juventude como categoria social, conforme lhe parece ser traço marcante das vivências juvenis na contemporaneidade, formada por “grupos concretos, que constroem suas identidades juvenis diferenciadas de acordo com os símbolos e estilos adotados em cada grupo em particular, inclusive nos casos em que há coincidência étnica, de classe, gênero e localidade” (p. 17). Pois, conforme sublinha, “diversos estudos descreveram as dificuldades, em geral, de os adolescentes experimentarem todas as prerrogativas dadas aos adolescentes – inclusive dentro do mesmo grupo concreto juvenil”, isto é, mesmo quando se trata de indivíduos de uma mesma classe ou estrato social, do mesmo ambiente urbano ou rural, etnia etc. (idem, p. 16). Sustenta ademais o autor que a categoria social da juventude, tal como outras categorias sociais baseadas em faixas etárias, ao longo dos últimos séculos sofreram alterações, abandono, retorno, supressões e acréscimos. Logo, “tem uma importância crucial para o entendimento de diversas características das sociedades modernas; o funcionamento delas e suas transformações.” (idem, p. 11).

Cabe questionar, neste momento, se haveria uma intenção inicial de criação da juventude. Supõe-se que não. Mas, se não houve uma intenção inicial, poder-se-ia ao menos pensar na sua direção como percurso para o cumprimento de uma missão anterior? Talvez o sentimento de juventude tenha sido um efeito para o qual se continua a procurar um sentido e

uma direção. Seria necessário decifrar o sentido e o conteúdo dessas transformações ininterruptas e grandiosas? Muitos autores ainda procuram descrever e analisar processos mais gerais da construção das juventudes modernas, buscando encontrar um paradigma que apresente uma direção para os diferentes modos de fazer social e histórico. Não estariam procurando superar os limites das relativizações e das categorizações geracionais ou classistas, e dar sentido ao vazio deixado pela desinstitucionalização dos conceitos gerais bem como superar a suposta ininteligibilidade da proliferação das multiplicidades inconstantes dos grupos juvenis? Esta atitude não seria mais uma tentativa de interromper as transformações e a própria história, submetendo-a novamente a algum critério de decisão? Se se constata que grandes pensadores não chegaram a um acordo, então talvez se tenha chegado ao ponto em que não seria necessário, nem mesmo conveniente, tal acordo.

Os discursos científicos, não podendo abrir mão da retórica de diferenciação, de classificação por cortes etários, por localização sociocultural, por posição geracional, por integração de classe, por pertencimento racial ou étnico, por orientação sexual etc. têm tido um trabalho exaustivo de inventar outros critérios de regulação teórica, uma vez que a prática se encarregou da mudança e da transformação, em uma espécie de *complô* com a multiplicidade de atravessamentos que marcam a atualidade.

2.4 Dos relâmpagos no breu: nas trilhas das juventudes em trânsito

Quais seriam, então, após este intrincado percurso pelas reflexões de variados autores, as possibilidades de caracterizar as juventudes hoje? A esta pergunta, no entanto, co-responde uma outra: que relevância tem a categorização ou a classificação da juventude? Ou melhor, como sugere Stuart Hall (2003), quem precisa de identidade ?

Muitos pesquisadores se propõem a discutir indicações de pontos de luz, dispondo-se a construir clarões para essa caminhada. Analisam então culturas e grupos juvenis, situando as trajetórias no curso da vida, imbricadas em contextos sociais e vivenciais. Procuram, outrossim, aproximar-se das reconfigurações das trajetórias individuais, dos projetos inconstantes no campo de possibilidades, das conjunturas biográficas, etc. Esses estudiosos, a nosso ver, abrem um campo de possibilidades e opções para se seguir nas trilhas com os jovens em trânsito, sem amarras teóricas, sem determinismos ou posições definitivas.

Uma pesquisa é um trabalho de construção, que conjuga a prática de si do pesquisador com a edificação de algo. Um complexo trabalho se fazendo, em suma: um pesquisador em devir outro; uma teoria sendo forjada e uma obra despontando - qual edifício onde “as paredes da construção são exibidas umas após as outras à medida que vão sendo edificadas, cercadas pelo que resta de andaimes, de montes de areia e pedra, de pedaços de vigas e de trolhas sujas.” (CASTORIADIS, 1982, p. 12).

Deveria ser uma banalidade por todos conhecida, o fato de que o trabalho de reflexão, retirar os andaimes e limpar os arredores do edifício, não somente em nada contribui para o leitor, mas também lhe tira algo que é essencial. Ao contrário da obra de arte, aqui não há edifício terminado e por terminar; tanto e mais que os resultados, importa o trabalho de reflexão e talvez seja sobretudo isto que o autor pode oferecer, se é que ele pode oferecer alguma coisa. (idem)

Quando se limpam os cacos para apresentar a *obra*, tal como se vê nas primeiras fotos de crianças, tiradas após a supressão quase completa dos vestígios do nascimento, somente observadores mais críticos e desconfiados poderão se ater a certos indícios do nascer ou mesmo aos vestígios de sua ocultação. Neste último caso podem, então, construir outras realidades (histórias - sentimentos, vibrações, colorações), outros mapas de afetos, certamente diferentes daqueles tidos como dados.

Elaine Brandão (2006) elucida melhor esse ponto ao afirmar que,

Entre as diversas possibilidades de interpretação teóricas a respeito da juventude, há uma que a vê como processo de transição ou passagem, percurso ou trajetória biográfica na qual se lançam luzes sobre a construção social e subjetiva dos sujeitos. Ela não é considerada a partir de marcos etários, nem como grupo ou categoria social/sociológica, dotada de certa unidade de representação e atitudes. (p. 81)

Posição também inspiradora é a de Machado Pais (1993) ao conceber uma forma de olhar a juventude que analise os efeitos das ações passadas ou históricas na constituição dos contextos que orientam as atividades cotidianas dos jovens; que localize a forma como os jovens planejam e organizam suas vidas cotidianas a nível familiar e não familiar; que averigüe de que modo e em que medida as trajetórias se inscrevem na história de determinadas estruturas sociais, sem que os ritmos de umas e de outras se confundam; e que tome as trajetórias dos jovens como processos complexos e negociados, em que cada individualidade é o lugar onde se joga uma pluralidade, por vezes incoerente e contraditória, de determinações relacionais. O autor abre, assim, caminhos para o seguimento das trajetórias ziguezagueantes dos jovens, através das culturas juvenis - imersas em suas complexidades que ele mesmo refere como *curso de vida*:

Ao recorrer à perspectiva do *curso da vida* procurei, por conseguinte, apanhar a *convergência* num dado momento da existência dos jovens, de diferentes ordens ‘determinantes’ – econômicas, sociais, culturais, temporais – que levem à constituição de *cunjunturas*

biográficas marcadas por certa singularidade que, por sua vez, estão na base de trajetórias específicas de transição para a vida adulta. (PAIS, 1993, p. 59)

Ainda segundo Pais (1993),

interessa a relação entre essas trajetórias e determinados *contextos de socialização* interditos, a partir dos quais fosse possível descobrir determinados *processos de socialização* que, como sugere Bertaux, se organiza em vários tipos de *transmissões*: de modelos de condutas e atitudes, valores e, de recursos linguísticos, perceptivos, cognitivos, enfim, e recursos econômicos patrimoniais. (p. 57).

Na mesma linha segue Rossana Cruz (2000) ao constatar, inspirada em Margareth Mead, que os trajetos de vida que se poderiam prever pelas suas diferentes etapas e em função das metas a conseguir, hoje mais do que nunca, estão sujeitos aos avatares que um sistema de instituições caducas experimentam, incapazes de entender as demandas sociais e de oferecer alternativas. Veja-se, nesse sentido, “...la crise en el sistema educativo, que no atina a incorporar los cambios acelerados que experimenta la sociedad.” E isso particularmente num momento em que as tecnologias de comunicação fazem do jovem um “actor conectado a múltiples redes e interpelado por discursos muchas veces incompatibles” (p. 61).

Ainda de acordo com Rossana Cruz (2000), Margaret Mead havia proposto, em 1969, um tríplice esquema para retratar três tipos de culturas: *pósfigurativa* – onde os jovens aprendem com os mais velhos (o futuro se ancora no passado), *cofigurativa* – onde tanto os jovens como os adultos aprendem entre si (o futuro se ancora no presente), e *prefigurativa* – onde os adultos aprendem com os jovens (os jovens assumem a autoridade do presente e rumam a um futuro desconhecido). Este último tipo é tomado e proposto por nós, na presente dissertação, como metáfora de orientação de um modo de pensar, de uma tentativa de dupla inversão: tanto pela tomada do ponto de vista dos jovens quanto pela consideração do ponto de vista *implicado* do pesquisador.

Estes são, portanto, alguns dos autores, dentre muitos outros, que se propõem a pensar a juventude, e com quem se dialogou nesta pesquisa, que procura criar condições para se pensar os encontros da juventude com o seu tempo presente em Cabo Verde. Certamente tomando a juventude na sua heterogeneidade e processualidade, se estará seguindo as trajetórias dos jovens, dando visibilidade às estratégias políticas e tradicionais de disciplinarização dos corpos e de controle social, elucidando a forma como os dispositivos de sexualidade e de gênero intensificam o processo de exclusão, de estigmatização e, conseqüentemente, de estratificação social. Nesse sentido, considerando que, no plano da representação, aos jovens são atribuídas as funções de reprodução e manutenção da ordem social e reposição de valores socioculturais, o desafio deste trabalho se estabelece, a um só tempo, em elucidar os regimes

de poder que situam as *formas* contra as quais certos comportamentos aparecem e são “sofríveis”, e ver como as configurações juvenis de iniciativa sexual, enquanto linhas de fuga a esse compromisso, intensificadoras do mal-estar, são *críticas*. A escuta da eventual denúncia que elas comportam abre brechas para possibilidades de existência (de pensar) uma prática de si mais libertária no seio da camada juvenil.

Seria preciso atentar para as condições em que os jovens vivem na atualidade. A ver pelas disparidades e também pelas semelhanças globais, regionais, nacionais e locais, pode-se reparar que as famílias não são as mesmas, que as escolas não são as mesmas, que as redes de sociabilidade não são as mesmas, que os modos de interrelação entre essas instâncias de organização social estão fazendo outros trajetos e por isso, certamente, os modos de interação e os jovens já não são os mesmos.

Para o caminhante que confere toda a credibilidade ao visível - na medida das possibilidades e capacidades do raio de luz de sua lanterna -, qualquer barreira ou obstáculo mais resistente que contrarie seu foco de luz pode torná-lo prisioneiro de si mesmo, sem poder avançar nem recuar, já que desconhece a luz do luar, as posições das estrelas e a capacidade de tactear com seu corpo aquém e além dos limites oculares. Sendo assim, o que poderia se tornar oásis repleto de exuberante vegetação e árvores frutíferas, corre igualmente o risco de revelar-se estéril e desértico.

2.5..Quem são esses “figurantes” em Cabo Verde?

Nesta aproximação prática, seguem-se as pegadas dos jovens. Seguem-se, igualmente, os movimentos claudicantes nas lutas sociais, mais discretos ou mais incisivos, no contexto das transformações em Cabo Verde. O modernismo terá chegado tarde a Cabo Verde, “quase no final do seu período de vigor”; por seu lado, os efeitos de um sistema colonial fechado e hábitos tradicionais medievais prevaleceram muito além da independência em 1975.

Sair à procura de uma dobra visível da juventude no contexto histórico cabo-verdiano, sobretudo em períodos anteriores à independência, é um desafio quase impossível de vencer. A seguir as problematizações e as atribuições práticas, aparentemente ela ocupa o espaço incerto entre a infância e a idade adulta. Ao contrário do que descreve Philippe Ariès (1981) na Idade Média, parece mais próxima da infância. No espaço entre essas duas categorizações

mais tradicionais, preservava sua potência; porém, enquanto conservada de forma discreta, sua força se mantinha na reserva aos pés dos adultos, até que outras manhãs se fizessem.

Nem mesmo na literatura, a essa altura, se podiam ver figurações que dessem visibilidade a um *corpo jovem* que demonstrasse uma presença categórica. Seja nos diversos movimentos de resistência ocorridos, seja em outros contextos da dinâmica social, não se vê uma massa que aglomerasse e sugerisse um entendimento de *comum-jovem*, que demarcasse gerações ou que sugerisse uma derivação de classe. Em muitas das grandes revoltas sociais, como, por exemplo, a de Ribeirão Manuel³⁷, que foi liderada por mulheres, conforme reza a história oficial, nas narrações fica-se com a impressão de que talvez os jovens não estivessem lá. Nesse caso destaca-se (popularmente) que ditos meninos (supõe-se referência aos jovens) somente juntaram ou atiraram pedras. As referências históricas remetem a três categorias de pessoas: homens, mulheres e crianças, o que leva a pensar que os jovens não existiam enquanto categoria social manejável.

A partir dos anos 1960, começam a surgir algumas influências vindas de fora. Nesse momento pode-se ficar encantado com presenças sensíveis de jovens retratadas na história da luta de libertação, na literatura e na música. Ainda que não se marcassem posições como as da contracultura, podia-se então sentir um certo estilo de vestir, de pentear os cabelos, certas paixões pela música etc. Os jovens, portanto, tinham presença ativa, embora não reforçada em termos de categorias. Pode-se vê-los em aglomerações com motivações específicas: a atividade acadêmica, a luta contra o fascismo colonial, mas também o serviço militar - numa referência à *idade* de prestá-lo -, preocupações específicas com um contingente de filhos a servirem uma certa pátria lusitana etc. A Igreja Católica, aliada do poder colonial, contribuía para desviar as forças jovens para compromissos que as distanciassem de uma visão crítica. Mas muitos destes jovens, apesar deste controle, tiveram importante papel na luta de libertação. Não houve categorias juvenis que sugerissem uma unidade nacional de interesse e de influências. Entretanto, muitas histórias contadas, orais e escritas, terminam referindo que *se era jovem* e que se pertencia a grupelhos próximos das organizações religiosas, a determinados serviços sociais ou até políticos a serviço da “pátria”.

Somente certas escavações por detrás da história, aliadas às memórias, podem seguir ao encontro de “corpos” jovens sensíveis, irreverentes, inquietos e impulsionadores das

³⁷ A revolta de “Rubon Manel” ocorreu a 12 de Fevereiro de 1910, um mês após a Proclamação da República em Portugal e a posse, na Cidade da Praia, do Governador Marinha de Campos. Ribeirão Manuel sobressai num contexto em que a forma de exploração agrária agrava as estruturas de arrendamento em anos de intensa seca e de má colheita, reanimando as tensões entre morgados e rendeiros.

transformações em diferentes momentos da história do País; da mesma forma que se pode olhar para as relações que estabelecem entre si em contextos como da sexualidade e de gênero, da violência e da inclusão.

O fato de a autoridade severa do estado fascista revigorar-se nas hierarquias administrativas e sociais, nas escolas (pelo professor), nas igrejas (pelos padres), até chegar às famílias (através dos pais) de modo semelhantemente repressivo demonstra um sistema fechado onde dificilmente os jovens teriam condições de inscrever alguma singularidade, alguma irreverência, e onde um corpo maior pudesse ser visto. Ainda assim, é certo que houve modos específicos, embora descontínuos de ser jovem; dedutíveis, discutíveis, no contexto das práticas sociais: nas atividades sociais, religiosas, culturais e políticas, ligadas à literatura, à música, ao trabalho de campo etc. Deste modo também se pode revisitar a história, e talvez produzir outras histórias dos jovens em Cabo Verde, de seus papéis nas lutas e transformações sociais e nas afirmações de vários ganhos atribuídos aos adultos. Espelhos históricos que podem servir de inspiração não só para os jovens, mas também para aqueles que, a não ser quando os jovens se adaptam aos modelos predefinidos, lhes reconhecem pouco mérito.

Talvez tenham sido tão associados aos adultos de modo a que, antes da independência, toda a sua força tenha sido canalizada e controlada enquanto adultos efetivos. Talvez na segunda metade de século XX, as influências muito tênues vindas de fora tenham permitido que se mantivessem certas distrações, de modo que terá permitido alguma tolerância às irreverências dos jovens, abrindo a possibilidade à sua aparição massiva no contexto da independência.

Com a independência se criou um movimento corporificado e de pretensão unificadora, a Juventude Africana Amílcar Cabral de Cabo Verde (JAACCV)³⁸, que procura a valorização direta dos jovens enquanto grupo específico, embora sob a ideologia do partido-estado. Este movimento foi barrado no início da década de 1990. Apesar de ter sido de caráter ideológico, era um movimento nacional e emancipou uma certa cultura juvenil. Após a transição política, no contexto da democratização do estado, não sobrou lugar para um movimento ideológico, anteriormente suportado e mantido pelo partido-estado e que acabara de perder o poder nas eleições. Nesse contexto, a juventude acabou entrando de novo num estado de invisibilidade,

³⁸ De acordo com o documento *Agenda do Governo Para a Juventude (AGJ)* (2002), a JAACCV funcionou até junho de 1989, “como organização juvenil mais representativa, tendo deixado marcas indeléveis no processo de construção de Cabo Verde independente, através de inegáveis contributos dados em domínios como a formação, a promoção do voluntariado, da animação juvenil – cultural e desportiva – e de intervenção política” (AGJ, 2002, p. 8 e 9)

até que o movimento “associativismo e movimento federativo”³⁹ chegasse para mobilizar a nova dinâmica organizativa juvenil. O impacto desse movimento ainda se pode sentir hoje, apesar das mudanças nas estratégias políticas, pelo *input* ao reforço na organização associativa e comunitária.

De momentos de quase total ausência da juventude, portanto, a uma fase de planificação que a procura categorizar e classificar, com adjetivações positivistas: criativa, dinâmica, força da nação e da transformação, rapidamente ela tornou-se centro das atenções. Categoria agora reconhecida, reconhecível e sujeita a influências, passa a ser estigmatizada, reprimida, violentada/violenta, pobre, desempregada e desinteressada. Tudo isso a ponto de hoje, em Cabo Verde, a juventude, além dos discursos políticos, não se parecer mais com a renovação, com a mudança e a transformação ou o modelo de ser. A idade da juventude, tomada por irresponsável, tende a diminuir, talvez para que a juventude se distancie dos adultos - verdadeiros heróis e juízes da atualidade. Mas os jovens continuam dando o que pensar. Porque continuam lá, com seus problemas, suas dificuldades carregadas em seus corpos.

Em 2002, o primeiro documento estratégico *para a juventude* foi elaborado. Trata-se da *Agenda do Governo para a Juventude (AGJ)*. E tal como atesta, a primeira tentativa de levar o setor da juventude ao nível de pasta governamental foi em Junho de 1990, com a criação de uma Secretaria de Estado da Juventude, na dependência do Primeiro-ministro. Em seguida foi sendo reconfigurado, de forma instável, em setores nem sempre afins: como Educação, Promoção Social, Trabalho, Desporto e Comunicação Social, sem que houvesse grandes transformações práticas das ações. Só em 1996, uma série de medidas foram propostas para a beneficiação da juventude, mas tanto as suas execuções quanto os seus impactos foram incipientes.

Na AGJ (2002), Juventude é entendida dentro de uma faixa etária de 15 aos 34 anos. Nessa lógica de exaltação, ao mesmo tempo que pelos estudos estatísticos e pelos levantamentos demográficos se apercebia do peso da população jovem (74% de população tem menos de 34 anos, de acordo com o Censo 2000 e a idade média da população é de 17,1 anos), as ações advenientes deram visibilidade ao peso social e às possibilidade de influência. A juventude caiu, conseqüentemente, nas graças dos diversos programas multisectoriais. Estes esquadriharam-na de acordo com a faixa etária e os resultados a atingir no quadro dos

³⁹Apoio ao Associativismo e ao Movimento Federativo foi um dos programas pilares configurados da AGJ. Trata-se de uma forma “de incremento do movimento associativo e federativo dos jovens, como forma de promoção da formação pessoal e social, da divulgação e do enriquecimento cultural e desportivo, bem como de combate aos principais males que afetam os jovens; constitui uma das ações prioritárias do Programa do Governo” (idem, p.32)

programas, onde os mais jovens tornaram-se foco e *locus* de análise de todo o tipo, servindo aos mais diversos interesses institucionais.

Por um lado, para o *Programa do Governo para a Juventude*, no seu diagnóstico,

A juventude apresenta-se como um sector complexo (pela diversidade de actores e pela multiplicidade de estrangulamentos) e de interface, por excelência, numa perspectiva de transmissão de saberes e experiências, antecipando, por um lado, a modernização e, por outro, preservando e consolidando os valores fundamentais da Nação cabo-verdiana.

Por outro, a *Agenda do Governo para a Juventude* ambiciona construir

A visão de uma juventude dinâmica e empreendedora, uma juventude que não se identifica com a postura de passividade ou a atitude de «esperar que as coisas aconteçam» mas reivindica para si e assume o direito e o dever de ter iniciativa e de participar. Uma juventude parceira dos poderes públicos na assunção e resolução dos seus problemas, uma juventude protagonista do seu próprio futuro. O que se pretende construir é uma sociedade de jovens qualificados, defensores da tolerância e da democracia, portadores de uma cultura ambiental e estética avançada e orientada para a construção do desenvolvimento sustentado do país. (AGJ, 2002)

A proposta não finalizada em seus componentes operacionais do *Plano Estratégico para a Juventude* (PEJ), iniciada em 2008, segue uma visão que desmistifica a perspectiva da juventude homogênea, localiza a dispersão dos problemas e clarifica a diversidade de projetos jovens. Para este plano, são jovens todos os rapazes e raparigas que têm idade compreendida entre os 15 e 24 anos – alvos prioritários, embora se reconheça, em termos de montagem dos programas institucionais, a necessidade de considerar maior abrangência tanto em termos a montantes, como a jusantes. Conquanto situado no contexto de uma tentativa de planificação institucional, ensaia uma visão que poderia, em seus componentes operacionais, ser reforçadora da perspectiva de trajeto/projeto, ao considerar como elemento de força “a inserção positiva da juventude cabo-verdiana nos desígnios da sociedade cabo-verdiana, respeitando os seus projectos de vida”.

É assim o que o PEJ caracteriza:

A Juventude, enquanto categoria sócio-demográfica, caracteriza-se por sua heterogeneidade, transitoriedade, irreverência e inquietude na busca de realização de um projecto de vida que, umas vezes, se encontra *explícito* e outras difuso e num limbo de dúvidas, inquietações existenciais profundas.

(...) Em todo o caso ela é, sem dúvida, portadora do devir das sociedades humanas, cabendo-lhe a responsabilidade pela transição intergeracional, pela garantia da transmissão de valores e da cultura das gerações mais velhas de toda uma formação social, como também responsável pelas inovações indispensáveis às transformações sociais, económicas, políticas e culturais, enfim, pelo desenvolvimento e progresso das sociedades humanas. (PEJ, 2008)

(...) A inserção de Cabo Verde no contexto global permitiu aos jovens cabo-verdianos desenvolver novas aspirações, novos sonhos e projectos de desenvolvimento que, embora individuais, se realizados, acabam por se traduzir num desenvolvimento do próprio país. (...) Contudo, a criação das condições que permitam a concretização desses sonhos e projectos de vida continua a ser um desafio para os jovens, os decisores e toda a sociedade cabo-verdiana. (idem)

De outra forma, a juventude cabo-verdiana torna-se cada vez mais esvasiada, também porque os jovens se tornaram avessos, desconfiados, e pode-se arriscar a dizer desafiadores de toda a razoabilidade que se tentou montar à volta deles. Dentre muitos outros fatores que se poderia entrecruzar aqui, assiste-se então ao nascimento de uma geração, com a qual há um diálogo de surdos.

2.6 Jovens, violência e inclusão

O nosso mundo está doente de sua infância. Sofre e consome-se com estes patifes, estes selvagens, esta corja que, porém, ele próprio criou e na qual já não se reconhece. Detesta-os e ama-os ao mesmo tempo. Odeia-se por gostar deles e ao mesmo tempo os execra. Sobretudo, teme-os. (*Charles Fourier. "A infância emancipada"*).

A violência em Cabo Verde, há já alguns anos, tem um rosto. Ela é *thug*. O termo, se não trazido pela onda de repatriamento de jovens descendentes de cabo-verdianos residentes nos Estados Unidos da América e acusados de alguns crimes violentos, ao menos terá sido forjado nesse contexto. Desde o final da década de 1990 começaram a surgir atos de violências (ainda na altura categorizados de delinquência) pouco habituais e, em muitos casos, envolvendo esses jovens oriundos dos Estados Unidos - muito tempo depois de já terem surgido grupos de assaltantes conhecidos por “netinhos da vovô”, seguidos por aqueles que praticavam “cash your body”⁴⁰. Estes desapareceram completamente nos últimos dois anos, perante os temíveis *thugs*⁴¹.

Usam camisetas largas e compridas, calças escorregando pelas pernas e chinelas ou tênis nos pés. Um estilo cuja pequena descrição, neste momento muito pouca “gente” não concluiria: têm um colega à vista e eles podem estar armados (com punhais, facões ou armas de fogo); não se importam com nada e na presença deles tudo pode acontecer, a qualquer hora. E atenção! Estão por todo o lado. Estes rapidamente tornaram num drama para os centros urbanos. Entretanto, o interesse aqui se volta para os contornos que ganharam nos

⁴⁰ Assalto em que levam o dinheiro que as pessoas tiverem. Tratado na língua cabo verdiana como “caçu bodi”, numa certa corruptela.

⁴¹ Thug, a common *criminal*, who threatens others violently and roughly, often for hire. Often a member of a gang, as an enforcer in organized crime, and misdemeanor (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Thugs> , acesso em . 13 de julho 2010).

últimos anos e, atualmente, motivos de uma atenção diferenciada. Ao que parece, roubos e assaltos não são coisas recentes, porém se poderiam calcular limites das atitudes dos que os praticavam: roubos em que o ladrão não é visto no ato; assaltos em que se procuram tomar certos bens que se leva, em que o assaltante teria que vencer suas vítimas no que, no máximo, poderia se tornar um duelo. Mais tarde, grupos que cercam, intimidam, fazem reduzir a resistência daqueles que abordam etc. Nos últimos anos, entretanto, ganharam dimensões espetaculares, com grupos se organizando em forma de quadrilha, e que delimitam sua áreas de atuação. Procuram aumentar sua temerosidade pela visibilidade que ganham nas manchetes dos jornais e noticiários - onde pouco se busca analisar os contextos em que determinados jovens se tornam assaltantes, as condições sociais, políticas e econômicas dos jovens em Cabo Verde, numa determinada ilha ou num determinado bairro. Recorre-se, antes, à responsabilização de determinados setores, destacando a dimensão espetacular dos artifícios, seu caráter violento e a selvageria dos envolvidos. Seja onde for, e como for, se tornaram coisa de *thugs*. Nasceu, assim, um monstro que não poupa nenhum jovem, principalmente os de bairros periféricos, independente de onde tiver acontecido determinado ato. Parece que esta máscara nominal, sob a qual se ocultam as representações da juventude, é essencialmente fabricação do senso comum e da mídia. Assim, a pergunta que não se cala é: o que acontece quando alguns grupos de jovens são descritos como bandos?

Fazendo eco às palavras de Foucault (2003, p. 242) seria o caso de recusar interrogar os *thugs* a partir dos discursos, e começar a interrogar os discursos a partir da realidade de vida dos jovens (*thugs*). Ou seja, de questionar os discursos que os tornam (os tornaram) grupos; de questionar a imagem da mídia que espetaculariza e explora sentimentos de insegurança. Também de recusar-se a localizar a interrogação no nível das causas, onde provavelmente se localiza uma espécie de doença – abscesso, involução, degenerescência; obstáculo e disfuncionamento a corrigir.

De acordo com Pais (2007) “todo o conceito deriva de igualarmos o que é desigual” (VINTAGE BOOKS, 1980, p. 46, apud PAIS, 2007, p.2). Segundo o autor,

este processo de etiquetagem origina realidades representacionais, discursivas, mitificadas. Há que questionar as máscaras que tais etiquetas representam. Que jovens são esses que levam a etiqueta de tribo? Identificam-se eles com a etiqueta? Que propósitos e efeitos se associam ao processo de etiquetagem? Questões deste tipo podem ajudar-nos a resistir a um efeito de contaminação conceptual que, no caso de algumas culturas juvenis, nos levaria a desenvolver uma sociologia acrítica de “bandos”, “gangs” ou “tribos”, confundindo conceitos com preconceitos.(p. 3)

O que se vive, no entanto, é uma realidade onde os *thugs*, mesmo que se diga que não existem, os discursos devidamente justificados tornaram real algo deles - um fantasma que

assujeita jovens a grupos, que submete grupos às representações que se produzem deles. Tudo isso com valores de uso: armas de arremesso político, de inquietação social, de culpabilização familiar e de recurso à repressão institucional. Quanto a isso, Pais (2007) sublinha que

Os jovens são o que são, mas também são (sem que o sejam) o que deles se pensa, os mitos que sobre eles se criam. Esses mitos não reflectem apenas a realidade, ajudam-na também a instituir-se como uma idealização ou ficção social. O importante é não nos deixarmos contagiar por equívocos conceptuais que confundem a realidade com as representações que a conformam ou dela emanam (p.4).

Thugs existem! Jovens estão se violentando e se matando, mas também sendo mortos pela polícia. A sociedade se sente insegura: à noite, poucos ousam circular com tranquilidades anteriormente insuspeitas.

Na transição do ano de 2009 para 2010 aconteceram, na capital do País, diversas cenas chocantes: roubos, assaltos, brigas entre grupos rivais e confrontos com a Polícia Nacional, que resultaram em mortes de cerca de uma dezena de pessoas, sendo parte delas, membros dos grupos. Já nos finais de 2009, chegou-se a criar duas unidades policiais específicas para o combate à violência: o BIC (Brigadas de Investigação Criminal) e o BAC (Brigadas Anti-Crime). Muitos cidadãos começam a apoiar, enquanto outros se revoltam, criticam e denunciam abusos de poder; especialmente quando, a 21 de Janeiro de 2010, conforme descreveu “liberal.sapo.cv”⁴²,

O Chefe do Estado Maior das Forças Armadas reforçou, hoje, uma vez mais, a idéia de que os militares estão aptos para, a qualquer momento que a Polícia Nacional entender, poderem intervir nos centros urbanos para pôr cobro à onda de criminalidade que voltou a ensombrar a tranquilidade dos cabo-verdianos.

No início do ano, para o espanto de “todos”, o Primeiro Ministro (PM) de Cabo Verde, tido por possuir grande sensibilidade às questões sociais, anunciou que pretendia se encontrar com os *thugs* - aparentemente, com eles e nos bairros. Uma reviravolta então se sucedeu - em meio a jogos políticos -, entre aqueles que são contra e acham os *thugs* indignos - supondo estarem sendo assim tornados numa instituição (consideração de líderes partidários e de ilustres cidadãos) e aqueles que (como eu) estavam desejosos de ver em presença do PM e a discutir com ele, jovens que, não sendo assim e não praticando a violência, não existiriam enquanto parte reconhecida da sociedade.

Assim retratou *Visaonews*, o cenário produzido pelo anúncio do PM:

(...) O Primeiro-Ministro de Cabo Verde tem estado sob um autêntico "civilian oversight" - uns a aplaudirem, outros a deplorarem, mas poucos a analisarem -, mercê da sua inclusão de

⁴²<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=64&id=26815&idSeccao=527&Action=noticia> (revisitada a 26 de Julho de 2010)

jovens ditos “thugs” como parte de um diálogo necessário na busca de soluções para o surto da violência urbana.⁴³

Este texto pondera ainda acerca de uma questão que não prosseguiu no desenvolvimento das discussões, talvez porque centraliza a questão num ponto que não interessa às autoridades e às instituições. É assim que conclui:

A mudança de estilo de vida imposta pelo fenómeno criou na sociedade um profundo ressentimento e o fenómeno que lhe é correlativo, o da estigmatização do alegado delinquente. A sociedade chama-lhe de “thug”, corporizando assim a sua rejeição, o seu medo e a sua condenação. Mas, às vezes e em rasgo de reflexão mais demorada, perguntaria se o ressentimento não é recíproco, se o “thug” não é simultaneamente agressor e vítima? (idem)

Em Cabo Verde, raras vezes se escutam discussões sobre as condições de vida dos jovens e os efeitos das medidas, orientações e estratégias políticas e institucionais adotadas. As posições ainda resistem a acatar respostas que não sejam centradas sobre a culpa dos jovens, a responsabilização das famílias e das escolas, a necessidade de certa contenção social. Há uma forte propensão a recorrer à repressão policial (o que se tornou fátual neste momento, muitas vezes dando a impressão que se trata mais de uma demonstração de força do que de qualquer outra coisa) contra aqueles que, à força, são empurrados para a periferia, para depois serem recuperados por uma suposta tolerância e solidariedade inclusivas. Porém, como é sabido, a violência demasiadamente contida acaba por se alastrar ao redor.

O fato de a exclusão social de jovens estar eventualmente a ser percebida como um problema real motiva esta discussão e incita a ir mais além, pensando e agindo, por onde for possível fazer caminhos.

Efetivamente, o Fórum se realizou a 28 de Abril de 2010 com grande cobertura da mídia. Naquilo que mais parece um ato falho do principal jornal *online* nacional (asemana.sapo.cv), são anunciados a data e os contornos da realização do fórum, com uma foto cuja pertinência para a análise se torna paradoxal. Na lide anuncia: *Por uma Cultura de Paz e Tolerância, assim se chama, e está marcado para a próxima semana, mais concretamente no dia 28. O encontro, que conta com representantes da sociedade civil e confissões religiosas, será aberto por José Maria Neves (PM) e encerrado por Pedro Pires (Presidente da República).* E esta é a foto que ilustra a reportagem⁴⁴:

⁴³ <http://www.visaonews.com/nm/templates/ra.aspx?articleid=4333&zoneid=3> (acesso em 20 de julho de 2010)

⁴⁴ http://asemana.sapo.cv/spip.php?article51997&var_recherche=thugs%20VIOLENCIA&ak=1 (acesso em 20 de julho de 2010)



Não se pode deixar de ler que este jovem pede que se pare de olhar para ele – de algum modo - de lá de cima, pelo menos. Não há dúvidas que às vezes é preciso retornar à afirmação de Larosa (1998): “o olhar do outro não como o que olhamos, mas como o olhar que nos olha e que nos interpela”(p.8), contra todas as posições hierárquicas de “ver”.

O Fórum, estimulado pelo Primeiro-ministro José Maria Neves, teve a participação de representantes do Governo, dos municípios, da Magistratura Judicial, do Ministério Público, dos estabelecimentos públicos de ensino, Forças Armadas e Serviços de Segurança, organizações da sociedade civil (ONGs, Confissões Religiosas, Associações Comunitárias, Desportivas e Recreativas).

Foram elencadas “todas” as dificuldades que o País enfrenta nos diversos setores, e também os ganhos considerados irreversíveis, seja diante do domínio estatal, das entidades religiosas e da sociedade civil (na voz de ONGs). Enfim, percebi que, efetivamente, não há nada que se possa fazer agora. Nenhuma pista por onde começar existe, onde “tudo” foi previsto e é prioritário. E a temática deixou de ser assunto de atenção. Tudo foi feito!

Meses depois, pude contactar uma pessoa responsável por uma conhecida ONG envolvida na questão. Esta logo me diz que foram eles (duas ONGs) que criaram o movimento “tolerância pela paz” e queria falar comigo também. Pelo visto, houve um encontro com *thugs* de um bairro, onde ocorreu uma conversa informal com o PM. Ecos de Calabaceira, um dos bairros periféricos, me chegam: a alegria sentida por se ter podido falar “voz di povo”⁴⁵. Diz que se emocionou e chorou porque poucos acreditaram que era capaz de falar realmente o que sentiam e se passava com eles. Mas que conseguiu dizer tudo o que sentia, apesar de ter sido criticado pelos “ativistas políticos” de que não devia falar assim. Ficou feliz quando o PM falou dele e para os jovens, sobre os problemas que tinha levantado.

A responsável pela ONG descreve como criaram o movimento. Percebo que uma ONG terá abandonado o projeto por motivos explicitados num “não sei por quê”, embora eu não

⁴⁵ *Voz di povo* – aquele que fala real –, diferente dos que aproveitam momentos políticos para dizerem coisas só para agradar; para depois ouvirem promessas que não dão em nada. Associação com o jornal homônimo, que vigorou do período pós independência ao período da transição democrática, símbolo da liberdade de expressão.

tenha dúvidas sobre as razões: o movimento, anteriormente social, foi apropriado pelo Governo.

Uma longa conversa explicita o modo como elegeram um bairro; como, a partir do contato com o líder, conseguiram escutar esses jovens - ouvindo e discutindo as dificuldades. Cerca de seis meses depois, já desenvolveram em A. Grande Trás cerca de seis cursos profissionalizantes, uma série de atividades culturais artístico-recreativas: “Encontramos jovens criativos, artistas e com idéias”, diz-me. Chegaram a envolver grupos rivais nas mesmas atividades que, muitas vezes, se estenderam noite adentro, sem qualquer problema ou receio, “o que, antes, era impossível de ser organizado de fora, sem grandes aparatos de segurança.” Criaram também, com apoio do Governo, um Centro Comunitário. Acrescenta: *Impressiona ver jovens carentes de afetos, simples e trabalhadores; mas muitos com histórias como: - eu só não matei; muitas vezes eram pancadas sem conta que chego em casa fico escutando o rádio e a televisão para saber se morreram ou não.* Mas também histórias como “fui injustiçado (por uma instituição) e cheguei aqui (no bairro), usei tudo o que eu sei para organizar meus amigos para a luta”. As minhas questões muitas vezes se limitaram, diante das gloriosas respostas que conseguiram, a indagações como: quais eram as perguntas deles? Eram essas (as que vocês realizaram) as respostas que reclamavam? E diante do uso subsequente da linguagem (thugs): eles se reconhecem como tal, feito à imagem social que se tem deles? Diante de outras “realizações”, como a exigência de mudar de imagem (cortar cabelos, vestirem-se de modo diferente, terem posturas corretas, serem exemplos e seguidores dos dirigentes do País), as minhas questões se calaram, procurando não ser tão crítico. Na verdade, tinha dúvidas sobre quais seriam os modelos que deveriam seguir para se tornarem normais. Frente ao fato de ela ter orgulho daqueles meninos, suponho, também sem a questionar: quais? Seriam todos? Ou somente aqueles que aceitaram mudar de visual, de estilo, aceitaram os modos como a ONG organizou determinadas respostas? Já com relação ao Centro Comunitário, caso em que a ONG procura agentes de segurança para guardar o espaço, bem como monitores de confiança para geri-lo temporariamente, não me contive e indaguei: por que não são confiáveis e capazes de gerir suas atividades e cuidar da segurança do Centro?

Ao longo da conversa, a responsável pela ONG assegura que houve uma mudança geral (no jeito de se vestirem, de se relacionarem e de se apresentarem). Meu olhar de dúvida, entretanto, talvez a tenha levado a acrescentar: “As pessoas não acreditam”! Naquele momento, só pude pensar, juntamente com ela, que talvez nem todos estejam do jeito que

acreditam; que, talvez, não seja a melhor saída levar coisas prontas e supor respostas definitivas, de cuja formatação os jovens não participam e em que não têm protagonismo - nem sequer semelhante àquele que estão acostumados enquanto grupo organizado.

Apesar de tê-la acompanhado a visitar o Centro Comunitário, comecei a ficar cético quando lhe perguntei como fora considerada voz dos jovens no Fórum com o PM. Isso porque, lendo o relatório, não consegui encontrar um mínimo sinal de que tenha havido presença de jovens (*thugs*) no fórum, nenhuma indicação de algo que tivesse sido sugerido pelos jovens. Nem do que se teve no encontro com eles, nem durante o Fórum. Afinal, ao questionar da ausência de representantes destes, mesmo após o encontro com o PM e do envolvimento da ONG, reafirma que “as questões destes foram levadas ao Fórum na voz do PM”. O que me fez pensar novamente, com Foucault, sobre as estratégias de governo para o controle social das populações. Pude perceber que ela também se calava, demonstrando certa distração frente às minhas questões.

Governar a juventude aparece, há muito, como uma das principais preocupações dos últimos governos. Tornou-se rolante ouvir que a juventude é uma prioridade sob vários pontos de vista. Entretanto, observando de perto os diferentes domínios de intervenção e de poder, pode-se reparar que as coisas não mudaram. A ver pelos dados, pode-se inclusive constatar denúncias de agravamento da situação. Nenhuma atenção que não seja pretensiosa e utilitarista. E os jovens, doravante, deixam de passar despercebidos, não só pelos interesses que despertam e do que significam para usos políticos, como também pela forma irreverente como desafiam a ordem social e institucional - ainda que isso lhe custe sangue e suor.

Ao processo de captura pelos mecanismos estatais, Foucault (2008) deu o nome de *governamentalização do Estado* (p. 292). Governar, aqui, é o esforço do Estado de manter sua própria sobrevivência diante de tudo que poderia ameaçá-lo. “Um Estado governamentalizado é, portanto, o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (FOUCAULT 1979, p. 129), que atua mediante cortes constituintes da população enquanto alvo específico da ação governamental. Assim é possível compreender, com outras grades analíticas, as razões pelas quais, no âmbito das políticas públicas, se acoplou a imagem do jovem, sobretudo dos jovens das periferias urbanas, com a violência.

Quanto a este aspecto, os movimentos sociais perdem-se quase completamente do seu presumido papel – o de movimentos, o de promotores de protagonismo dos envolvidos -, aparecendo como braços de extensão das estratégias de prevenção à violência, haja vista a

necessidade de “defender a sociedade”. O pensamento se encontra paralisado, diante de cenários de impotência. Quando é que um jovem de catorze anos tem uma natureza violenta? Quando é que um jovem pode se tornar uma miséria social? Alguém pode ser responsabilizado, culpado pela miséria do Outro? As políticas excluem pela inclusão, e os jovens se incluem ao modo de “falem mal mas falem de mim” - relação perversa em que a inclusão biopolítica obriga a uma inclusão avessa e pelo avesso, que leva os jovens a quererem ocupar a cena por esse preço.

Não se trataria, ainda agora, de “lutas de libertação”? De lutas pela inclusão refletida e libertadora, que desafiem as políticas de inclusão a serem mais sensíveis aos contextos, às necessidades e às perguntas colocadas pelos próprios jovens?. Em Cabo Verde, a referência à libertação do jugo colonial, à democracia e à liberdade de expressão, bem como a vários outros referentes institucionais e legais – de igualdade e de direitos, proporcionados pelo estado constitucional – trouxeram uma lógica diferenciada de orientação, de produção individual, de controle e de regulação sociais que traduzem situacionalmente, entretanto, uma prática de liberdade pouco efetiva. Como bem analisa Foucault (2004, pp.265-266), “(...) a prática de libertação não basta para definir as práticas da liberdade que serão em seguida necessárias”. Não garantem que os “indivíduos possam definir para eles mesmos formas aceitáveis e satisfatórias da sua existência da sociedade política”.

Considerando que os valores da democracia e da liberdade tampouco garantem justiça social, guardo dúvidas e perguntas sem conta sobre como influenciar as políticas de inclusão social de jovens em Cabo Verde. Como me situar perante estes jovens em tempo real? Como conduzir-me, enquanto interlocutor, rumando-nos (a mim e a eles também) por processos mais refletidos? Como não deixar que se continue a roubar o “tempo de vida” dos jovens? – por mais que a impressão com a qual se fica ao mínimo contato com qualquer jovem seja a de que este está sempre reconciliado com seu tempo, ainda que, muitas vezes, tenha que carregá-lo ao ombro, como um fardo, ao invés de vivê-lo de forma intensa e produtiva.

2.7 Olhares *thugs*

Ao escutar Ecos jovens de Calabaceira e de A. Grande – dois dos grandes bairros situados na periferia da Cidade da Praia -, semelhanças e repetições de situações de vida dos

jovens me causaram imensa inquietação, diante do que me pareceu, à partida, *um beco sem saída. Não tinha nada para fazer, (...) “tinha que estar com meus amigos”, (...) “tínhamos que nos defender”, (...) “não me deram nenhuma chance (na família, na escola ou para o emprego). Não há trabalho”.*

Trata-se de uma sensação de impotência perante uma realidade que insiste na culpabilização de ambos os lados, e onde os olhares dos jovens e os planos de ver institucionais seguem paralelos, sem que possam se cruzar. Lembrando ainda que se têm intensificado campanhas de repressão onde, conforme estes jovens dizem, são mais maltratados pela Polícia do que pelos adversários dos bairros próximos.

Eles só querem impor respeito, podes ouvir muitos tiros à noite e muito barulho quando se confrontam; mas nenhum deles sai machucado. É uma forma de a comunidade ver o poder que eles querem mostrar. Às vezes só para mandar um recado a outros grupos. Depois, escutam o rádio ou a televisão, para saberem do medo e do pânico que causaram e como a mensagem chega aos rivais. Repare que raras vezes se matam em confrontos. (...) mas às vezes complica, porque podem ocorrer situações de alguém ficar envolvido, ou um iou⁴⁶ armar-se esperto. (Ecos de um ex-líder, que agora luta, de dentro e de fora dos grupos, para convencer seus amigos a pararem. Abril, 2011)

Aí reside o sentido de pânico social, embora talvez seja a outra face de suas ações - associada aos assaltos - o que mais provoca pânico nas populações. Por não se circunscreverem a um lugar, as pessoas não podem se precaver, já que não podem saber quando e onde ocorrerá um assalto.

Alguns rapazes, mais receosos quanto ao meu papel, destacam o fato de seus amigos quererem sair, mas não poderem. *Ou estou com meus amigos e fico protegido, ou saio e me afrontam, nem mesmo consegue arranjar uma namorada aqui ou em outro sitio, não dá para ficar em casa a vida toda.* Talvez seja essa uma das grandes dificuldades, diante do cerco que se fechou – tanto pela polícia como pelos colegas de bairros vizinhos⁴⁷.

Em dois dos contactos entre eu e um grupo de jovens que lideram o Centro de A. Grande Trás e mais alguns dos bairros de Vila Nova e Calabaceira, que levei comigo para

⁴⁶ *Iou* é a expressão que usam para se referir a qualquer jovem – inespecífico-, de grupo rival; quando se trata de um colega, é referido por *brother*.

⁴⁷ Vários relatos demonstram dificuldades que têm: de se deslocar e de participar em ações de formação ou de irem ao trabalho. Em vários momentos demonstram que vigiam seus adversários, quando passam de taxi ou de ônibus por seus bairros. Quando apanhados, lhes são dadas lições para levarem ao grupo.

uma conversa aberta, pude perceber que estes rapazes, que se sentem às portas de uma oportunidade - por terem recebido apoio e informação e poderem participar de uma formação profissional em eletricidade -, dizem, ora um ora outro, que já não se consideram *thugs*. Apesar de estarem o tempo todo com os colegas, lutam para fazê-los desistir de entregar suas vidas às mãos da polícia ou *nessas brincadeiras*.

Thug é um sistema que veio ao mundo. No subúrbio todos são thugs- brincamos juntos e fazemos tudo juntos. E quando um brother vai a um bairro diferente e vizinho, começam as ameaças: essa conversa de “ontem te vi, te cobro isso”, obriga a estar no grupo para se defender. Sou obrigado a associar aos meus colegas. Se somos amigos, somos vistos juntos, então somos iguais. Então todos somos thugs.

Muito poucos não querem. Mas, mesmo que não queiram, *Têm que querer. Tu és sozinho. Ou estás no grupo ou não estás. Podes não ir ao ataque. Mas não podes ficar de fora.* (Ecos cruzados, maio de 2011)

Numa visita ao bairro de Calabaceira, pude conviver com estes jovens que passam o tempo em jogos de azar, que se vangloriam de sua capacidade de beber mais do que o colega. Mas também como muitos que ficaram extremamente felizes porque dizem: *tive de ir ter com eles no bairro de Calabaceira*. Não faço perguntas. Só escuto Ecos livres que exploram, ainda que sob o seletivo olhar do líder. Conviver com estes jovens e ver também outros que trabalham duro para receberem o que não lhes chega para apoiar a família. Jovens simples, muitos com histórias parecidas com as minhas - de serem oriundas do interior da Ilha, por exemplo. Alguns ainda com incontornável sonho de emigração, com corpos marcados pelas violências, faces marcadas pelo alcoolismo e muitos outros de 12 e mais anos *enterrados* no submundo do descaso. Dei por mim a falar e a programar com eles coisas a fazer junto de algumas instituições, de oportunidades que não podem perder. Por ora esqueci-me da pesquisa, “do saber deles que me interessa para a pesquisa”. Dei por mim mais tarde a pensar: se algumas oportunidades não se materializarem, serei visto como os políticos. Mas, por estar certo de poder realizar algumas delas, a minha triste inquietação se dissipou. Incluí dois pares deles nos módulos de capacitação sobre *idéias de negócio* e sobre *plano de negócio*, a serem realizados no mês de Julho. Nem por isso fiquei satisfeito, uma vez que os que me pareceram

mais precisar não tinham o *perfil* exigido pelo programa⁴⁸. Outros caminhos abrir-se-ão, consolo-me.

Remarcam esses jovens que apesar da existência dos grupos, o líder não consegue controlar todos os movimentos; sendo assim, alguns se organizam em grupinhos, por conta própria e não precisam dividir o que roubam com todos do grupo maior.

Muitas vezes é para comerem. Alguns se drogam e bebem e ao se sentirem com mais poder, se armam para atacar os de outros dos bairros.

Mas o Eco de Calabaceira se revolta peremptório: *não vão à escola, porque as famílias não têm condições. Procuram dinheiro somente para a comida. Quando se rebelam a família abandona. (não lavam a roupa, não ajudam), e as mães quando apoiam uns e não outros filhos, começa a onda.* Certamente refere-se a alguns, uma vez que muitos outros nesse entorno possuem condições semelhantes a qualquer um considerado “kopu leti⁴⁹”.

Dois dos rapazes a quem pude acompanhar de perto tinham histórias semelhantes. Tinham prestado o serviço militar – uma forma que encontraram para sair do bairro e das lutas e rivalidades dos grupos. Tinham abandonado a escola muito cedo, eram ambos líderes dos jovens e de seus grupos nesses bairros, por saberem melhor manusear a arma e por terem aprendido diversas experiências e táticas de guerra, durante o serviço militar. Ambos tinham vivido infância difícil e precária, tendo sido criados pela avó e pela mãe só, com vários irmãos. E não queriam ser diferentes dos filhos de “copu leti”. Também, na altura do nosso contacto, ambos tentam lutar para evitar que os seus amigos continuem a confrontar-se, a desafiar a polícia e a sofrerem dia-após-dia situações de violência e de violações que conhecem muito bem. Fico ciente, pois já tinha lido e relido estudos sem conta que referem a família desestruturada e monoparental como a principal aliada do que se convencionou chamar *tristemente* e de forma generalista, de “males sociais”⁵⁰.

Quando comecei a indagar as circunstâncias que os levam a participar de gangs, as conversas versaram sobre *ter saído de casa, para não ter que se ocupar dos afazeres*

⁴⁸Neste momento trabalho na ADEI-Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação. Normalmente as candidaturas se fazem pela internet e são finalizadas numa entrevista. Por isso levei as fichas impressas para assinarem. E a entrevista fica institucionalmente justificada no encontro que, por isso, tive que formalizar. A ver vamos.

⁴⁹“Kopu leti” refere-se aos jovens filhos de pais mais abastados, que podem ostentar determinadas posses e frequentar lugares onde outros ficariam limitados por falta de dinheiro.

⁵⁰Em grande parte dos discursos e estudos institucionais quanto aos jovens, drogas, alcoolismo, violência e gravidez são tidos como “males sociais”. De modo que impressiona ver promotores e organizadores das instituições e da sociedade civil a se auto-promoverem referindo os eventos que vão organizar para combater os “males sociais”. Como se a estratégia fosse a de dar o golpe final, acabando com todos eles.

domésticos, de ter abandonado a escola por não ter ninguém que tomasse conta deles de ser mais bem tratado e considerado pela avó. Comecei então a pensar como estas situações possuem componentes de subjetividade invisíveis e históricos, quase sempre deixados de lado nas análises e estudos sociais. Estes não só reforçam e produzem situações incontroláveis e, por isso, distanciadas, como legitimam e reproduzem em larga escala realidades incontornáveis em territórios habitados pelos *fora da ordem*. Sendo assim, olhares sugestivos da maioria reforçam e legitimam repressivas formas de atuação, traduzidas em violência vingativa pelas diferentes categorias de polícias criadas para tal efeito.⁵¹ A esse respeito, Wellausen (2007) relembra-nos que

Dentro *desse saber*, os noticiários policiais, as literaturas de crimes *estudos e estatísticas* ganham o espaço público, atribuindo à delinquência uma existência distante, embora ameaçadora à vida cotidiana. Esse jogo de táticas e discursos produziu múltiplos efeitos: hostilidade junto às camadas populares, análise política da criminalidade com o deslocamento da origem da delinquência para a sociedade. (p.13 – grifo nosso)

Mas venhamos. As subjetividades têm suas componentes de historicidade. Em vários momentos foi realçado o papel do fluxo migratório para as cidades. Também foi destacado mais acima como a família monoparental é histórica, embora as condições de sua visibilidade sejam mais atuais. E as minhas não se quedam, indagando sobre a forma como se pode mudar o rumo da produção deste modo de criar diferenças-justificadoras dos problemas.

Pois a família ampla ou monoparental se manteve até momentos bastante próximos da atualidade⁵², embora não identificada, então, como problema central ou colateral. Em Santiago, sobretudo, pela emigração para Europa de grande parte dos jovens e dos homens. Estes ali labutavam para depois voltarem com a vida feita, apesar de isso nem sempre ocorrer. As moças-mulheres-mães os aguardavam a vida inteira, entre idas e vinda temporárias. Grande parte das vezes, ocorria o retorno. Hoje, contudo, as esposas deixaram de estar protegidas pelas duas famílias progenitoras, tendo que, autonomamente, procurar meios de vida para si próprias e seus filhos, ainda que possam contar com o apoio do cônjuge a partir da Europa. Já para as famílias do interior, ainda que a média do número de filhos por casal

⁵¹Na Ilha de São Vicente, além do BAC – Brigada Anti-Crime - e do BIC- Brigada de Investigação Criminal -, criou-se este ano o que socialmente está a ser chamado de Ninja; porque atuam somente à noite, andam encapuzados, agem na surdina e surpreendem os jovens enquanto estes se preparam para o assalto, ou os que traficam em seus pontos de controle de venda. E estes jovens têm marcas indelévels, efeitos dos confrontos notadamente, inscritos pela polícia quando foram apanhados. Descrevem ambos que, apanhados, algumas vezes por se suspeitar deles quando estão sentados em grupos, são humilhados com castigo físico e revistados depois de postos deitados de barriga para o chão. Caso algum dos colegas tenha uma arma, são todos levados e torturados - pendurados pelos pés e submetidos a choques elétricos.

⁵²Atualmente há menos procura de alternativas de vida na Europa; e Cabo Verde está a passar de um país de partida para a emigração a um país de acolhimento de imigrantes, particularmente dos países vizinhos da região da África Ocidental.

seja considerado satisfatoriamente baixo pelas políticas dos programas de controle de natalidade, as mulheres e os homens guardam o entendimento de que os filhos contribuem para a economia doméstica, e as crianças muito cedo participam dos trabalhos, particularmente os da agricultura da pecuária. Estes são principalmente tidos como amparo para a velhice e, por isso, quando educados pelos avôs, são deixados muito mais livres⁵³, de modo que, apesar de obrigatória, a escola deixa de ser ali a grande prioridade. Há uma real dificuldade de se avançar além do nível básico ou o secundário, quando muito⁵⁴. Diante da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e às instituições de ensino superior, fraco interesse pelas escolas é algo que se vê retomado em certa medida, dada a incerteza quanto à utilidade prática do estudo, mesmo para os que concluem o nível secundário. Apesar disso,

Em Cabo Verde, o mercado de trabalho e os sectores formais não parecem tão propícios à absorção da mão-de-obra infantil. Normalmente, esses espaços produtivos são preenchidos por adultos e, subsidiariamente, pelas crianças de alguma forma vinculadas à estratégia familiar de luta pela sobrevivência. (ICCA, 2007, p. 25)

O estudo “*A criança e o trabalho: um estudo jurídico-sociológico*”, feito pelo ICCA⁵⁵, apesar de não se referir ao trabalho da criança realizado no âmbito residencial, compartilhado por todos os membros da família e atrelado à dinâmica interna do agregado, considera que esse tipo de participação não passaria de pequenos afazeres ou formas de ajuda. Sendo assim, tipificaríamos menos uma situação de trabalho que de socialização e aprendizagem social, no bojo da qual a criança aguçaria o senso de responsabilidade, desenvolveria o espírito de solidariedade e se prepararia para a vida adulta. Porém o estudo também sublinha que,

diferentemente do que se tornou lugar comum afirmar, e que tipifica uma espécie de optimismo ingénuo, o fenómeno do trabalho infantil existe sim no arquipélago e reveste-se de certa gravidade. Por outro lado, diferentemente do que se verifica em espaços flagelados pelo

⁵³É compreensão generalizada que as crianças criadas pelos avôs são “mimadas”- *acarinhadadas muito além do suficientemente bom* (valendo-se da compreensão winnicottiana para ambientes de maternagem, desenvolvidos em seu livro “O Brincar e a Realidade”). Os avôs estariam mais inclinados a ver nos netos mais a esperança em alguém que os acolham do que crianças que precisem de orientações precisas para enfrentar, mais tarde, o mundo social e laboral.

⁵⁴O ensino superior é uma miragem para esses jovens, já que o acesso às universidades, públicas ou privadas, depende de financiamentos. Nunca são gratuitas, de modo que a capacidade de seu financiamento é o principal critério de seleção. O governo atribui algumas bolsas de mérito, mas estas geralmente só beneficiam aqueles que melhor puderam aproveitar o ensino secundário.

⁵⁵ ICCA – Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente. Os dados do estudo “indicam que das crianças que trabalham, 37,2% o fazem no interior do agregado familiar e 58,4%, fora. No que concerne à taxa de participação por faixa etária, o estudo revela que 46% das crianças dos 5 aos 11 anos que trabalham fazem-no fora do agregado familiar, o que indicia uma inequívoca situação de trabalho infantil, já que para esse subgrupo qualquer actividade que não se circunscreva à esfera familiar, enquanto ajuda, é tida como trabalho infantil. No grupo etário dos 12 aos 14 anos, a relação é de 44,8% para actividades no agregado e 51,3% para actividades fora do agregado. A maior concentração de actividades fora do agregado dá-se na faixa etária que vai dos 15-17 anos, com uma taxa de ocupação de 68,8%, contra 28,3, para actividades no seio do agregado.” (ICCA, 2007, p.27)

problema da exploração do trabalho das crianças, Cabo Verde apresenta um índice relativamente baixo de trabalho explorador, em sua dimensão mais extremada. (idem)

Voltando ao contato com os jovens, cumpre dizer que foi no encontro realizado no Centro, sob a forma de confrontação - onde funcionei mais de moderador, redistribuindo e recriando as condições das falas -, que pude melhor compreender o jogo de sedução e de poder dos *thugs* - as estratégias de liderança, de cultivo da imagem pessoal, os aproveitamentos dos embates com a polícia e com a mídia. Na verdade, conseguem lidar com tudo isso com mestria, para o reforço das condições de posicionamento individual nos grupos e de uns grupos em relação a outros.

Entretanto, estes jovens que acompanho sabem que, pela configuração dos jogos de poder, todos perdem. Não conseguem participar de formações profissionais, mesmo quando organizados por ONGs nos bairros. A rivalidade e a ameaça não lhes garantem segurança. Só por tê-los escutado, porém, vejo a alegria em seus semblantes. Consideram-me *figura pública*, algo que não consegui desmistificar. Nos encontros, ao saberem que estou a gravar, me dizem que gostariam que fosse igualmente gravar seus colegas, que os entrevistasse a todos, *ter essa conversa, para dar-lhes “moral”⁵⁶ - e sentirem que podem falar “voz di povo”*. Isto talvez não seja possível, a esta altura. Mas constitui um propósito firme, tanto que passei a ser considerado amigo de uma associação criada por eles e designada de Riba-ponta (nome do lugar onde sempre se encontram para saber dos acontecimentos e preparar suas ações), situado no bairro de Calabaceira.

Nessa caminhada, encontrei também um jovem repatriado dos EUA que, desconfiado, não se abre comigo. Fica rondando para tomar pulso do que se passa. Em outro momento, diz que os jovens em Cabo Verde não sabem o que é *thug*. Descreve então como são os *thugs* nos EUA - *profissionais que não deixam rastros e nunca são apanhados pela polícia*. Parece ter o propósito de ser ríspido, demonstrando querer despachar-me para não entregar o segredo que guarda e que o mantém no lugar do lugar de saber (indisciplinável e rebelde). Ainda bem que meu interesse não é tanto o de de saber como vivem os *thugs* nos EUA, e na imaginação deste jovem.

Relembro, para concluir esta seção - ou melhor, para deixar tudo aberto e em aberto -, um mundo a se explorar e, na medida do possível, fazer ecoar mais além. Bem haja Foucault (2007), para quem

⁵⁶*Moral*, aqui, parece semelhante a “Força”. Mas usam a palavra, quase sempre, quando querem demonstrar poder. “na moral” - sem medo de nada.

não há natureza criminosa, mas jogos de força que, segundo a classe a que pertençam os indivíduos, os conduzirão ao poder ou à prisão”. Deve-se ver, no crime, mais que uma fraqueza ou uma doença, uma energia que se ergue, um poder de agir que desafia todos os poderes constituídos. O discurso da delinquência traz à luz as estratégias e os jogos de força que se opõem reciprocamente, a batalha que se trava entre a rebeldia do delinqüente e os dispositivos disciplinares de controle. Contra a teoria de uma natureza humana, da qual o delinqüente se teria desviado e que seria preciso resgatá-lo, Foucault afirma a existência de uma *microfísica* do poder distribuídas em estratégias, em que forças opositoras se defrontam constante e reciprocamente. Para Foucault, a lei é menos um estado de paz que o resultado de uma guerra vitoriosa: a lei é a guerra mesma, a estratégia dessa guerra em ato, da mesma forma que o poder não é uma propriedade adquirida pela classe dominante, mas o exercício atual de sua estratégia. (p. 13 – 14)

3 NOS BASTIDORES DA CENA: SEXUALIDADE, GÊNERO E PODER

3.1 O que está em Jogo?

O contexto no qual *nós caminhamos* nessa altura, em Cabo Verde, respira eleições legislativas (dos deputados para Assembléia Nacional⁵⁷): listas, participações, gêneros, ditam a agenda da “revolução” das mulheres. Observando os acontecimentos, sigo a teia tecendo a aranha. Vejo-me assim a considerar positivos os ganhos relativamente à condição das mulheres em Cabo Verde, resultado de diversos movimentos institucionais e da sociedade civil organizada; mas também de outros mais recentes, sejam acadêmicos ou de caráter eminentemente político. Embora seja afirmação questionável, vale dizer que os ganhos e as vitórias das mulheres – mais a nível institucional e legal - significaram conquistas, entendidas como melhoria “sensível” das relações no corpo social. Nesse sentido, diante dos meus interlocutores, paro, escuto enquanto penso... Por outro lado, as exigências que se fazem hoje não são comparáveis às de há 20 anos, e os níveis de exigência atuais que dão visibilidade aos movimentos e às organizações parecem avançar mais do que as respostas. Ao acolher este incômodo, começo então a pensar: que gênero é esse?

Sabe-se que há um movimento, de tendência histórica, que problematiza radicalmente o conceito de identidade de gênero, não raras vezes contraditório na sua indicação à prática. Paralelamente, que tipo de luta se pode travar para transformar efetivamente as relações? Na medida em que estas são relações de poder, relações políticas, onde as relações de gênero assentes em políticas de identidade procuram galgar terreno em contextos institucionais e nas relações em Cabo Verde?

Seguindo os meus interlocutores e os pensadores das artimanhas da política da identidade , *o que procuro esboçar é antes uma luta contra o assujeitamento. O que não significa dizer que as lutas contra o assujeitamento desmereçam as demais tradicionais formas de luta; mas que elas, na verdade, podem ser mais incisivas do tempo presente.* Assim, volto às minhas questões centrais: criar condições para que se continue a pensar sobre as condições de vida de sujeitos que são excluídos, minoritários. São numerosos os que só são

⁵⁷ Assembléia Nacional ou Parlamento Cabo-verdiano é comparável ao Congresso Nacional no Brasil, embora não sejam exatamente iguais, pelo fato de o sistema brasileiro de governo ser presidencialista e o cabo-verdiano, parlamentarista mitigado ou semi-presidencialista.

vistos pela linha da solidariedade e/ou da inclusão. O desafio, então, é de seguir pelos bastidores da cena.

Ao colocar as preocupações deste modo, pretende-se apartar a impressão de que, de alguma forma, se tenha empreendido um olhar, para a mulher, situando-a em uma categoria inferior, comparável a outros *grupos vulneráveis*, a exaltar a emergência de uma ou outra categoria de ordem sexual, ou mesmo a embrenhar-se numa luta “comparativa”. Estamos cientes de que o habitual modo hierarquizado de raciocinar tende a acreditar que, tendo-se uma representação equitativa a nível político (parlamentar, governativo e nas chefias intermédias), todas as outras diferenças e problemas seriam menores. Neste sentido, cumpre sublinhar que, paradoxalmente, nessas duas últimas instâncias (governativa e das chefias intermédias), nos últimos anos, as mulheres têm superado os homens. Com a massificação da educação levada a cabo após a independência, a mulher cabo-verdiana entrou no espaço público de forma incisiva, embora relativamente à participação política se possa reparar ainda uma elite muito restrita. E para que haja aumento do número de mulheres nas listas e no Parlamento cabo-verdiano, a forma como se preparam as listas dos candidatos fez a história repetir-se, a seis de fevereiro deste ano. Foram eleitas, tal como na legislatura anterior, 15 mulheres em 72 assentos. Porém é certo que o alcance deste justo intento do movimento *Gênero e participação política* poderá ter melhor sucesso, se se começar a olhar, antes, para as condições de vida das mulheres: sobre os modos e as condições sobre as quais os relacionamentos se mantêm e as famílias distribuem responsabilidades familiares e sociais; sobre a forma como elas se sustentam, cuidam e educam os filhos, enfim, bases práticas sobre as quais os pares sustentam seus modos de relacionamento etc.

Dentre um leque de estratégias levadas a cabo, nos últimos anos, a de participação política tornou-se a mais contundente. Assim, especialmente nessa transição de 2010/2011, em que se respira e se transpira a eleição legislativa em Cabo Verde, pôr-se a indagar sobre as relações binarizadas ganha mais dureza do que a questão *de per se* complexa colocaria na ordem do dia. À partida, os interesses sobre questões específicas como a composição e a paridade entre homens e mulheres nas listas dos candidatos a deputados à Assembleia Nacional tomam a palavra, tanto quanto os jogos de insuficiências para mais participação da mulher na política, ou mesmo os méritos e deméritos políticos de uns e outros – bem entendido, homens e mulheres “políticos” ou “na política”. No momento, talvez. o contexto eleitoral coloca aos meus interlocutores questões mais candentes do que as minhas. Todavia,

acreditei que simples conversas podem transformar-se em portas indicativas para saídas outras – abrir trilhas para as práticas, para a transformação na prática cotidiana das pessoas.

Para orientar as minhas conversas, no entanto, não tomo por orientador o conceito de gênero, mas as relações sociais hierárquicas - tanto no domínio heterossexual como os que dele diferem, como corpo a pôr à luz do sol. Embora seja necessário interrogá-los também. Lembrando Joan Scott (1998)⁵⁸, “aqueles que se propõem a codificar (*ou decodificar*) os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as idéias e as coisas que elas significam, têm uma história”. Neste sentido, “Mary Wortley Montagu acrescentava a ironia à sua denúncia do ‘belo sexo’, ‘meu único consolo em pertencer a este gênero é ter certeza de que nunca vou me casar com uma delas’, fazendo uso, deliberadamente errado, da referência gramatical.” (idem, *grifo nosso*).

Situo as minhas questões em um ponto mais abrangente; na verdade, é a exclusão de ordem sexual nas relações sociais de gênero e poder que mantém uma numerosidade sob controle e à sombra da cidadania, minha atual preocupação. Nas conversas tidas com pessoas, sirvo-me da ironia, propondo questões que, supunha, levassem-nos a mais um passo. Essas discussões põem-me frente ao que seria o valor (de uso) do meu trabalho. Em muitos casos, sinto uma tênue impressão de que as pessoas se sentem perdidas quando faço questão ao gênero ali marcado, como se tivessem medo de perder a identidade. O perigo de não tê-la. Pois, conforme nos lembra Louro (2004), “os próprios seres humanos estão empenhados na produção do gênero, e da sexualidade em seus corpos. O processo, contudo, não é feito ao acaso ou ao sabor de sua vontade.” (p. 17).

Os homens, sobretudo, sentem-se desprotegidos. Quebrar identidades, como comenta Margareth Rago (1998),

não se trata, nessa lógica, de negar a existência dos seres humanos e de suas práticas, como muitos afirmam, e muito menos de encerrá-los nas grades disciplinares, atando suas capacidades criadoras, mas de denunciar estas formas de prisão que não se objetivam apenas no espaço carcerário propriamente dito. Na perspectiva foucaultiana, é bom lembrar, que a identidade é outra das grades que nos encerra, sobretudo a partir do século XIX, assim como os micropoderes da vida cotidiana, com que convivíamos até então com certa normalidade. (p.94)

Nesse sentido, ponho-me a refletir sobre como se fortalece em larga medida, em Cabo Verde, o modo capitalístico de produzir assujeitados, numa estratégia institucional que, mais do que reconhecer as diferenças, procura reforçar uma inclusão precária e, a partir dela,

⁵⁸Joan Scott, “Gênero: uma Categoria Útil para a Análise Histórica”
http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html, consultada a 09/02/2011

perpetrar a mesma lógica do exercício de poder patriarcal. Assim, pensando, comecei então a indagar como os contextos e as classificações de sexo, gênero e poder, no contexto das relações sociais dos jovens, têm caminhado - não só durante o sistema colonial, mas igualmente após a transição democrática e o lançamento do país na esfera econômica global. Quanto às revoluções que se sucederam, na linha do pensamento de Deleuze (1992), guardo receios quanto a seus efeitos. Esse receio se afina, todavia, com a procura dos modos pelos quais as pessoas se poderiam tornar “revolucionárias de si”.

Lembrando Foucault (1995), não se trata tanto de atacar tal instituição, grupo ou classe, mas antes de localizar a técnica, a forma como o poder se exerce no presente. Afinal, aplica-se ele à vida cotidiana imediata, na transversalidade de significação das ações e pelos efeitos que produz. “Elas (as lutas transversais) não objetivam o ‘inimigo mor’, mas o inimigo imediato” (idem, p. 234). Afirma Foucault ainda que é preciso interrogar-se sobre o ‘como’, para deixar de tomar o poder como algo misterioso. Acrescenta que “o exercício de poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: ele se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados.” (idem, p. 247).

Eis por que a análise das relações de poder numa sociedade não pode se prestar ao estudo de uma série de instituições, nem sequer ao estudo de todas aquelas que mereceriam o nome de política. As relações de poder se enraízam no conjunto da rede social. Isto não significa, contudo, que haja um princípio de poder, primeiro e fundamental, que domina e até o menor elemento da sociedade; mas que há a partir desta possibilidade de ação sobre a ação dos outros (que é co-extensiva a toda a relação social) múltiplas formas de disparidade individual, de objetivos, de determinada aplicação de poder sobre nós mesmos e sobre os outros, de insitucionalização mais ou menos setorial ou global, organização mais ou menos refletida, que definem formas diferentes de poder (ibidem).

Sigo, portanto, em busca das vozes que marcam e demarcam tempos e experiências. Quem sabe da análise da história se possa começar a pensar o que estamos e fazer de nós, para nós e para a história? Creio que uma compreensão de si baseada em diferenças sexuais implica hierarquias, lá onde se assentam o patriarcado e um conjunto de valores que remetem as “coisas” menores, minoritárias, ao lado feminino. E essas desigualdades de um gênero naturalizado, culturalizado, contraditório, e pólo menor, têm a ver com outras desigualdades que se organizam nos mais diferentes espaços de significação. Nesse sentido, Joan Scott (1998) orienta “uma certa atenção aos sistemas de significação, pois, às maneiras como as sociedades representam o gênero, utilizam-no para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem sentido não há experiência; sem processo de significação não há sentido.”

Este capítulo começa deste jeito porque muitas das conversas que tentei iniciar tinham sempre à partida um endereço. Eu escutava, porém qualquer questionamento efetuado paralisava a conversa num ponto. Em certos casos, mesmo demonstrando certo acordo, não tinha espaço para um “e”... Não se tratava, pois, de as pessoas concordarem ou não com o modo como colocava as questões, mas de não sentir acolhimento àquelas que não se situassem dentro da perspectiva (oposicionista) de gênero.

Lembro-me das preocupações do Professor Sergio Carrara, expressas no exame de qualificação, “de não amarrar o campo, de não pretender encontrar ou tornar os jovens deleuzianos”, e as tomo como operadoras. Por outro lado, não pretendia acomodar-me em somente ouvir e simplesmente dizer, a mim mesmo, que as coisas são exatamente assim, sem que de algum modo se abrisse uma brecha ao pensamento. Então, fizeram-se outros caminhos, bastante diversos até, por onde se poderia, sem garantias, continuar a pensar e a fazer pensar.

O périplo que se fez mistura os contextos sociais – em seus movimentos claudicantes; o contexto jurídico – insistentemente assenhoreado; e os contextos individuais sinuosos, reais e/ou ficcionados. Bem haja a história e a arte, porque permitem outros caminhos.

3.2 **Recompondo a cena**

A disseminação do conceito de gênero é de há 20 anos em Cabo Verde, ainda que a luta pela melhoria da condição de vida das mulheres seja mais antiga e remonte às lutas de libertação. Hoje, diante das lutas atuais do ICIEG (2006)⁵⁹, das anteriores levadas a cabo pelo ICF (1994) na década de 1990 e das mais antigas organizadas pela OMCV (fundada a 27 de março 1981)⁶⁰, além dos movimentos sociais diversos associados, podem-se reconhecer muitas conquistas institucionais, legais e até políticas. Mas as análises que são feitas periodicamente, e que revêem a prática, referem-se invariavelmente aos mesmos problemas; ou seja, realçam os marcos institucionais e legais anteriores, motivos-justificadores mais que suficientes para se continuar a luta contra as violências e pelas melhorias institucionais.

⁵⁹ICIEG (Insituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género) foi o nome atribuído ao ICF (Instituto da Condição Feminina) em decorrência do reforço institucional.

⁶⁰ OMCV – (Organização das Mulheres de Cabo Verde) foi criada durante a vigência do Governo de partido único, concretamente a 27 de Março de 1981; este dia foi declarado dia da mulher cabo-verdiana.

A Igualdade e a Equidade de Gênero é efeito local de uma luta recente em Cabo Verde e, historicamente, uma tendência abrangente, seja a nível mundial, seja nessa região africana. Muito delineada, nesse último caso, aos países pobres ou em desenvolvimento. Em Cabo Verde, devem-se reconhecer os trabalhos feitos nos seguintes níveis: dar visibilidade a práticas violentas; criar mecanismos de repressão às mesmas; orientar para a denúncia de diversas formas de violência contra as mulheres⁶¹. Tais violências, é preciso ressaltar, em muitos casos estão configuradas como modos tradicionais de relação – por isso mesmo, não entendidos como violência. Dentre as várias respostas efetivas de apoio ao empoderamento da mulher, produziram-se medidas legais e condições de seguimento, e mobilizaram-se redes sociais, jurídicas e parlamentares de apoio e de extensão das lutas. Entretanto, a modalidade de abordagem mantém-se a nível regulador, repressivo e disciplinar, e pouco afeita à análise da produção de subjetividade imanente aos modos mais tradicionais ou mais recentes da violência contra as mulheres. O sentimento de que o gênero é “coisa de mulheres” e de que as mulheres envolvidas nessa luta são “amargas”, bem como o efeito (indesejado) de reforço da oposição entre homens e mulheres são exemplos de questões a serem levadas em conta, e que raramente o são. Portanto, de forma sutil, pode-se estar a construir o que se procura combater. É preciso lembrar ainda que, em Cabo Verde, dificilmente um homem se exporia para uma denúncia de violência perpetrada por sua esposa ou qualquer outra pessoa de *gênero feminino*, razão pela qual a violência contra os homens é uma grande ausente nas estatísticas - o que não quer dizer, decerto, que não exista. Talvez não seja cabível em formatos já definidos para atender às mulheres. E contra orientações sexuais não heteronormativas, tanto menos. Nesses dois casos, é pública e conhecida quando se transforma em crimes violentos, sem possibilidade de defesa por parte da vítima. Frequentemente aparecem casos de mulheres que matam seus maridos ou companheiros com óleo ou água quente enquanto eles dormem; e alguns casos de homossexuais masculinos humilhados, violentados e até assassinados.

⁶¹Na primeira geração pós-independência, com a secularização do Estado e o ideal da educação como recurso fundamental, a escola de nível médio e superior deixa de ser privilégio dos meninos. Nasce a primeira organização de promoção da mulher, para defesa dos interesses específicos da mulher cabo-verdiana nos domínios social, cultural, político e econômico, de forma a promover a sua integração no processo de desenvolvimento. A dignidade da mulher, entretanto, desde os anos 1950 transbordava dos discursos e escritos humanísticos de Amílcar Cabral⁶¹, de igual forma em relação aos idosos e crianças. Após a instalação efetiva do estado de direito democrático em 1990, o Governo de Cabo Verde criou o Instituto da Condição Feminina (ICF), numa mudança que introduz a igualdade e a equidade de gêneros - bandeira assumida e readaptada ao contexto das políticas atuais, pelo Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Gêneros (ICIEG). Este se afirma como uma instituição de coordenação: mobilização de meios, definição de estratégias e coordenação das ações de uma rede abrangente de organismos estatais, ONG e associações locais. Produziram-se medidas legais e condições de seguimento da violência. Há várias respostas efetivas de apoio ao *empoderamento* da mulher.

À semelhança de outros países, houve em Cabo Verde, conforme já assinalamos, transformações formais, a nível legal e/ou jurídico, baseadas no conceito de gênero. A montagem institucional do ICIEG situa incisivamente suas lutas a partir da idéia da construção social de gênero, muito inspirada nos ideais do movimento feminista. Nessa mesma linha, aparecem verdadeiras agências de manutenção das identidades dicotômicas - questão bastante trabalhada pela literatura acadêmico-militante em que se desmistificam os discursos sobre a identidade, a natureza humana e os fatores culturais. Talvez fosse interessante perceber, nesta linha, que depois que se *generificaram* os modos de ser e de se relacionar, o momento subsequente será o de diagnosticar, avaliar e punir. E possivelmente a punição seja, ainda mais, um exercício de reforço da própria ação.

O gênero é uma construção social; o machismo cabo-verdiano é sociocultural e histórico; é preciso empoderar as mulheres e criar mecanismos de punição da violência baseada no gênero - afinal, o lugar convoca o sujeito a agir de forma acertada. Neste caso, para se começar a pensar a *igualdade*, parece ser necessário quebrar a lógica da continuidade social que se reproduz e repõe a ordem natural e os valores culturais. Por isso, aqui se procuram averiguar as condições de possibilidade de mudanças atuais, de ressignificação dos modos de ser e as atitudes das pessoas. Seria de ver como desfazer-se (de modelos prontos) do passado e construir o presente de outra forma; sentir como as escolas e as famílias preparam os indivíduos a assumirem seus lugares, os modos de ser e de estar nestes espaços - problemas a serem analisados não mais com base em discursos solenes, mas no nível das condutas, das práticas, das relações entre crianças, jovens e adultos.

É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. (...) temos que estar atentos/as sobretudo à nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui” (LOURO, 1997, p. 64).

Paradoxalmente, os números (oficiais) da violência estão aumentando à medida que os níveis de resposta são *melhorados* em vários campos. Pode-se argumentar, é claro, que igualmente se criaram melhores condições de denúncia e de acolhimento de vítimas, o que obriga a olhar esses números com cautela. Eles são oferecidos de acordo com a avaliação do Plano Nacional para a Igualdade e a Equidade de Género (PNIEG), que procura criar condições para que exista uma redistribuição igualitária do poder entre mulheres e homens no espaço privado e público, contribuindo, segundo o plano matriz, *para o combate da violência baseada no gênero, a promoção da igualdade de gênero e o reforço da autonomia das mulheres*. O PNIEG também traça caminhos para a criação de mecanismos institucionais de

prevenção da violência baseada no gênero, de proteção e reinserção de vítimas, e o desenvolvimento de ações que promovam uma “*mudança de mentalidade*”.

Hoje, é como se houvesse uma condenação ou um aprisionamento à história e a suas determinações. Além de as construções de gênero instituírem posições e hierarquias, parece ainda prevalecente a idéia de sexo forte e sexo fraco. Isso torna cada vez mais persistentes as desigualdades que, a um só tempo, impedem que a orientação para a diversidade seja pensada em espaços de socialização e de educação. Nossa investida quanto ao problema em pauta pretende, nesse sentido, indagar uma forma de mudar o rumo da (re)constituição desses processos histórico-culturais, não só através da historicização, mas também da montagem de novas formas de compreensão de si dos sujeitos. Seria também o caso, aliás, de encontrar os pontos de transmissão desses processos de identificação e de reconstrução do passado no presente. As posições se distanciam e dão condições de análise quando os jovens, em seus modos de ação e de contato, são impelidos ostensivamente (pelos discursos oficiais e tradicionais, de naturalizações do gênero) a cederem a imposições baseadas em valores históricos e a princípios identitários. Estamos cientes de que, como afirma Lauretis (1994),

a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução.’ Ao aceitarmos que a construção do gênero é histórica e se faz incessantemente, estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança. Sendo assim, é indispensável admitir que até mesmo as teorias e as práticas feministas – com suas críticas aos discursos sobre o gênero e suas propostas de desconstrução, estão construindo gênero. (p. 209, apud LOURO, 1997, p.35)

O que se procura aqui, portanto, é analisar as várias dimensões da questão. De um lado, as estratégias institucionais; de outro, as práticas sociais (dizeres e fazeres) e as relações de poder que aí se estabelecem.

Os contatos sexuais entre os jovens, hoje, aparentam-se mais abertos ao prazer e à exploração de contatos variados, mais livres e estilizados por iniciativas dos próprios jovens. Porém, isso ocorre num jogo de equilíbrio difícil. Embora em formato diferente, a violência insiste e a dominação prevalece. Nosso propósito é o de não só rever a lógica institucional montada nesta curta história do País, como também o de analisar as práticas sociais e as mudanças ocorridas nos últimos anos.

Que condições locais mantêm em silêncio a homossexualidade, apesar das lutas e das vitórias a nível mundial? Será que as novas tecnologias de informação vão facilitar a mudança? Será possível implodir a ordem binária e construir caminhos mais livres, sem que movimentos sociais ganhem corpo? Que condições podem favorecer e viabilizar discussões a nível micropolítico?

Trata-se de uma discussão que ensaia pôr os pés no chão do contexto da cultura caboverdiana: exige especificidade de abordagem e alguma engenhosidade na análise.

3.3 Encenando roteiros

Não existe natureza alguma, apenas efeitos de natureza: desnaturalização ou naturalização.

Jacques Derrida, Donner Le temps

O recurso a Thomas Laqueur (2001) volta-se a elucidar uma trama histórica dos arranjos sociais sobre o corpo. Este autor faz um tracejado no qual demonstra como a materialidade do corpo é perseguida e forçada em modos bastante diferenciáveis nas diferentes épocas, como base para os jogos de poder. Fugidia, ela é porém sempre reencontrada e submetida a diversos exames, situando jogos intermináveis, sobretudo entre os campos biológico, social e moral. Apesar de Laqueur sublinhar que sua indagação não é sobre a criação do gênero, mas sim do sexo, sua abordagem interessa aqui porque analisa, com bastante mestria e com base em evidências históricas, como

quase tudo que se queira dizer sobre o sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido, já contém em si mesmo uma reivindicação de gênero. O sexo, tanto no mundo do sexo único (em vigor até o sec. XVIII), como no de dois sexos (a partir desse século XVIII), é situacional; é explicável apenas dentro do contexto de luta sobre gênero e poder (p.23)

Laqueur (2001) demonstra como a natureza sexual humana mudou no Séc. XVIII, depois de inverter o aparato montado desde Aristóteles, e que Galeno, no Séc. II d.c. dissecara, asseverando, com detalhes, que as mulheres eram essencialmente homens. Os dois sexos, nessa perspectiva mais remota, seriam em tudo semelhantes, mas a falta do calor vital de perfeição teria tornado as mulheres imperfeitas, sendo retidos internamente os órgãos que, nos homens, são visíveis externamente. Laqueur (2001) sublinha ainda que “durante milhares de anos se acreditou que a mulher tem a mesma genitália que os homens, e que – como dizia Nemessius, bispo de Emesa, no Séc. IV- “a dela fica virado para dentro do corpo e não fora.” (p. 16). Somente por volta de 1803 Jacques-Luis Moreau e seus seguidores argumentaram que “ não só os sexos são diferentes, como são diferentes em todo o aspecto concebível do corpo e da alma, em todo o aspecto físico e moral: (...) ‘há uma série de oposições e contrastes’.”(LAQUEUR, 2001, p.17).

O antigo modelo, no qual os homens e as mulheres eram essencialmente classificados conforme seu grau de perfeição metafísica, seu calor vital, ao longo de um eixo cuja causa final era masculina, deu lugar, no final do Séc. XVIII, por conseguinte, a um novo modelo: o de dimorfismo radical, de divergência biológica. Uma diferença sexual em espécie, não em grau, salienta Laqueur (2001), solidamente baseada na natureza. Disso decorre uma série de argumentações para apreciação das diferenças relativas aos papéis culturais. Ainda segundo Laqueur (2001), Patrick Guedds, um destacado professor de Biologia, recorrendo a outras espécies de animais e protozoários, bem como às características de certas células, diante da sua incapacidade de estabelecer ligação completa entre as diferenças biológicas e os respectivos papéis culturais do homem e da mulher, ressalta que “o que foi decidido entre os protozoários pré-históricos não pode ser anulado por nenhum parlamento” (p.18).

Certamente, tendo que estar suportada por pressupostos científicos e morais da uma época, nenhuma lei pode impor-se tranquilamente. Mormente quando tais pressupostos são entendidos como leis da natureza. Em sentido análogo, hoje não se poderia pensar nenhuma lei que tranquilamente ordenasse algo contrário às identidades de gênero. E é diante deste dimorfismo, dessa oposição de dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, que o gênero marca seu terreno. A vida social funciona então segundo uma série de prescrições de gênero impostas ao corpo.

O fato de que em certa época o discurso dominante interpretava os corpos masculinos e femininos como versões hierárquicas e verticalmente ordenados de um sexo, e em outra época como opostos horizontalmente ordenados e incomensuráveis, deve depender de outra coisa que não das grandes descobertas reais ou supostas. (LAUQUER, 2001, p. 21)

Até certa época, havia uma estrutura básica do corpo humano, e essa estrutura era masculina. Quando as diferenças foram “descobertas”, elas já eram, na própria forma de sua representação, profundamente marcadas pela política de poder do gênero. (idem p. 22)

Portanto, as versões das diferentes estruturas tinham como valor estruturar uma continuidade extraordinariamente cultural do patriarcado. O gênero, apesar de já envelhecido, somente a partir da segunda metade do sec. XX encontra sua base social de luta contra uma ordem que, em suas mutações, jamais deixou de ser hierárquica; e é empunhado pelas(os) feministas como uma espada. Interessa-nos explorar como esse instrumento produziu novas realidades sociais, fez novos prisioneiros de guerra, assim como produziu reféns, também em terreno próprio.

3.4 Compendo a memória

Mientras alentamos, nuestra misión es de remover el tiempo para impedir que el tiempo muerto entierre el tiempo vivo del espíritu y de la idea.

- diz Rodrigo a Abel Paz⁶²

Em Cabo Verde, até a segunda metade do séc. XX, o modelo social era, talvez, parecido com os modelos anteriores ao séc.XVIII. O sistema colonial português pouco havia incorporado ou acompanhado as transformações que ocorriam pelo mundo afora. Este contexto se torna mais complexo ainda, considerando o regime escravocrata em vigor.

Ecos públicos de Nha Nácia Gomi, *rainha de finason*⁶³, conselheira social histórica em Cabo Verde, trazidos em Fevereiro de 2011 – na altura do seu falecimento aos 84 anos -, nos interessam. Referindo-se a políticos em campanha eleitoral, tinha dito: *Se cristu é kabeça di igreja e omi kabeça di mudjer. Modi ki omi ta papia sima diskudadu?* (Se Jesus Cristo é a Cabeça da Igreja e o homem a cabeça da mulher, os homens não podem falar à toa.)

A mulher só é integrada seguindo os passos do homem. Por isso, Nha Nácia exige que os homens sejam mais cautelosos com o que dizem, coerentes no que falam, sob pena de as mulheres se perderem. Deste contexto inicial se pode perceber o modelo que vigorou até o sec. XVIII: o homem é a cabeça a partir da qual “as coisas” se organizam; dentre essas coisas, as mulheres - comparáveis a outros pertences da ordem patriarcal.

A subjetividade encorpada nesse conselho remete a momentos históricos em Cabo Verde em que toda dominação da mulher era legítima - o que não queria dizer invariavelmente legal. Mas sempre, em certa medida, justificável. Não se poderiam sequer admitir outras orientações sexuais. Todos se viam obrigados a optar entre ser homem, ser mulher... ou ser louco. Algo que, em tempos atuais, parece sofrer alterações, ainda que não muito significativas. Nesse sentido, trago também ecos que o que têm de sofrido e louco têm de artístico.

⁶² Segundo DE DECCA, E. “Ensaio sobre a memória anarquista: a história como ficção coletiva”. *História Oral* – Revista da ABHO, nº 2, jun/1999. p.122.

⁶³ *Finason* é um dos estilos musicais tradicionais de Cabo Verde.

Tanto na literatura quanto nas vozes das pessoas, há riquezas de detalhes sobre os encontros entre os jovens e entre gerações, bem como acerca dos *modus operandis* para o contato, para o namoro, para o sexo e para o casamento. Nesses âmbitos, percebem-se mudanças, transformações significativas num tempo muito curto, embora se esteja convencido de que não há ainda tempo necessário para as transformações no campo da subjetividade. O tempo necessário, aliás, talvez seja o tempo de seu começo. Muita coisa mudou, o que não significa que os modos mais recentes sejam menos duros. As histórias orais recolhidas ajudam a elucidar algo a respeito, podendo trazer, de viva voz, quem atravessou de corpo presente as diferentes etapas da história de Cabo Verde e as viveu intensamente. Prossigo então com Dona Josefa, a quem chamei de professora dos tempos; Dona Balila, que sabe *sumara* (observar) o tempo; e Germano Almeida, que faz perenizar a memória dos tempos pela arte e pela ficção.

É assim que Dona Balila⁶⁴, de forma orgulhosa, lembra-se desse tempo em que, como diz, “tinha controlo”. Propus-lhe que me falasse de sua vida, como mulher que sabe ler o tempo - como ela mesma repete, quando quer vingar um conselho que considera significativo. Disse-lhe que queria ver se conseguia aprender com ela algo do que está se passando com os jovens hoje, lembrando das alunas e do tratamento que se dá àquelas que engravidam; que estava a reparar que as meninas tinham dificuldades com os rapazes, com suas famílias e com as escolas.

Os jovens não querem mais saber como se fazem as coisas. Elas (as meninas) não têm mais “valor” - assim começa Dona Balila a sua viagem no tempo – *tempu’l bedju ka ta volta más!* (o tempo passado não volta mais) - e eu caminho tentando seguir. Diz que os jovens não se tocavam; que cabia, nessa altura, aos rapazes dizerem aos pais “que já viram a moça de que gostam e com quem queriam casar”⁶⁵; por seu lado, cabia aos pais verificar se a família da moça não teria nenhuma mácula que fosse socialmente danosa. Informada, a família da moça faria o mesmo e, no caso de a família do rapaz ser honrada, digna e trabalhadora, se fazia o compromisso. Caso não fosse entendido desse modo, a menina diria que os pais não querem, ou seus pais informariam aos do rapaz que a moça não tem idade. Conforme Dona Balila, a

⁶⁴ Dona Balila ou, como é chamada na língua cabo-verdiana nha Balila, é “mulher sabida” de 80 anos de idade, cega de nascença, e que, conforme gosta de dizer, procura “puxar pela cabeça: estudar com a memória, ler com o coração e escrever com as idéias”.

⁶⁵ Certo é que havia sinais de interesse por parte das moças, sinais que impeliam os rapazes a explicitarem o interesse como sendo deles. Em seguida, as moças teriam que disfarçar, negando a primeira abordagem e mesmo o pedido do rapaz, várias vezes. Ou então não seriam “sérias”! Porém isso não aparece de forma espontânea nas palavras de D. Balila; quando explicitamente o indago na entrevista, ela sublinha com uma seriedade envergonhada: “As meninas deveriam manter-se sérias para não perder a *sorte*”, A sorte significava poder ser escolhida para o casamento.

maioridade era de 21 anos, e depois baixou para 20 anos. E caso de acordo, e sendo a moça menor, se a família ainda assim quisesse estabelecer o laço, teria que “comprar a idade que faltava” - o que significava pagar ao serviço de notariado uma quantia que duplicava por cada ano a comprar. Por ora, os pares não se tocavam, conforme engrandece Balila, *coisa diferente dos tempos de agora*. Cada família analisava a condição econômica, social e moral da outra família. Porém Balila acrescenta que havia, em certos lugares na Ilha de Santiago, a prática de “tra di casa”⁶⁶. Mesmo assim, mantinha-se grande respeito; e, de modo sério e enfático, ela sublinha que “**nobu é grandi respetu**” (virgindade é grande honra), porque se trataria de uma moça “fechada”.

Por essa altura, na primeira metade do século XX, as noivas zelavam, com muita discrição, para que ninguém desse de beber aos cavalos que as levariam à igreja. Havia também a preocupação de se escolher o melhor fogueteiro da região. A superstição de que, se o cavalo urinasse, significaria que a noiva não era virgem era tão temida como aquela de que os foguetes tinham que “rebentar” quando ela saísse de casa.

Nas estórias contadas em *A Ilha Fantástica*⁶⁷, de Germano Almeida, cujo cenário é a ilha da Boavista, é mostrado como eram construídos os relacionamentos entre os jovens: quando não fossem tratados de forma discreta entre as famílias, começam com piropos - elogios, atirar uma pedrinha na direção da moça; o que pode ser respondido de duas maneiras: com um palavrão que referisse à mãe do rapaz demonstrava desinteresse; comentar agradecendo, mostrar desmerecer elogio ou sorrir simplesmente demonstrava a aceitação, à qual se seguiam outros elogios, presentes, até chegar ao momento de enviar uma carta (os que sabiam escrever) e preparar uma pegada⁶⁸ para selar o namoro. Um processo ‘doloroso’ para as moças, como se pode ver nos estratos da estória que se segue.

⁶⁶ O ato parece rapto, não fosse toda a segurança e apoio dados pela família do rapaz e o ritual que se sucede, de pedir a noiva em casamento. Duas saídas são aguardadas: se a moça fosse virgem, se guardava a prova de sangue para levar no dia do pedido em casamento; caso contrário, não se faria o pedido e os pares iniciavam uma vida de mancebia. Em casos extremos e radicais, pouco frequentes, a menina era devolvida aos pais, sem nenhum compromisso, sendo estigmatizada de desonrada.

⁶⁷ *A Ilha Fantástica* de Germano Almeida, publicado pela primeira vez em abril de 1994. O autor, tendo estado muito tempo distante, coloca o narrador no lugar de quem traz à memória lembranças de sua ilha natal e procura recordar em várias estórias, memórias (tradições, hábitos e costumes de sua saudade) do tempo de sua infância. Afetos vividos com os amigos e com os mais velhos que o fazem lembrar-se de si, de sua existência quase engolida pela imensidão da savana angolana. Conforme anota o autor, parte delas foi publicada em ocasiões anteriores, com o propósito de reinventar, no verde da vasta savana, a tranqüila ilha da sua infância e reencontrar sua gente pacata, com suas tradições, onde a solidariedade e o controle social são apertados. O Autor conta na nota que “estas estórias são verídicas, mas é natural que a Boavista que flutuava nas fantasmagóricas florestas de Angola fosse apenas a invenção de um ilhéu perdido num mundo sem limites...”.

⁶⁸ Pegada (correspondente à ‘tra-di-casa’ em Santiago) “era uma espécie de sequestro, de pé na esquina mais escura de uma rua e muitas vezes com várias horas de pressões, na verdade nem sempre só psicológicas, pois era consensualmente admitido o pretendente torcer o braço ou dobrar para trás os dedos da pretendida ou até apertar com bastante força a sua mãozinha” até que se consiga um sim definitivo. (Almeida, 2000, p. 63).

A sura do primeiro namoro era coisa segura, tão certa como a primeira fralda, por mais que os pais gostassem da família do namorado. (...) mas se acontecer de o rapaz não ser do agrado da família então era o diabo porque pintavam o caneco com ela chegavam mesmo a fazer-lhe outras biquirias como, por exemplo, cortar-lhe o cabelo à escovinha ou esconder-lhe as roupas para não poder sair de casa. (Almeida, 2000; p. 66).

Após uma reação considerada positiva pelo pretendente,

Mandada a carta, esperava-se alguns dias convenientes, entre quatro e oito dias, a dar tempo à resposta, (...) a não devolução da carta encerrava as melhores perspectivas, na medida em que significava, no fundo, uma aceitação tácita do pedido de namoro e o seu autor como que tinha o direito de, através de uma pegada, obter um sim definitivo e irrevogável (idem, p. 64).

A h/estória prossegue mostrando, entretanto, que a carta poderia ser retida ou devolvida, como recusa, no prazo de uma semana. Porém o rapaz teria a prerrogativa de não aceitar a devolução. Mantendo a tensão, ele continua titular prioritário, uma vez que, enquanto a pretendida não se desfizer desse pretendente completamente, não poderá aceitar nenhum tipo de elogio ou aproximação de outro. Vários procedimentos se sucedem até que a mulher seja definitivamente domesticada pelo namoro, pelo casamento e para toda a vida.

Os costumes mudaram um pouco depois da independência. As noivas passaram a ser transportadas de carro para a igreja e quase ninguém continuou a se importar em verificar se os foguetes explodiam sempre; mas os guardiões da virgindade continuaram firmes. Ainda em plena década de 1980 do século XX, se montava um piquete nas proximidades da casa onde acontecia a noite de núpcias, em que não costumava estar presente a mãe da noiva, mas sempre a mãe do noivo ou alguém de muita confiança dele, para testemunhar a prova de sangue. A noiva chamava a madrinha ou algum familiar mais velho e lhe entregava o pano, anágua ou camisola com sangue. De novo, então, o foguete - que era um aviso principalmente à mãe da noiva que, até àquele momento, ficava na sua casa, à espera de notícias

A madrinha ou alguém de confiança da mãe da noiva também ficava por perto e, confirmada a prova de sangue, com ou sem foguete, mandava o seguinte recado à mãe da noiva:

“Diga-lhe que venha com os pés fincados e com o pano amarrado à cintura!”

O que quer dizer: venha segura e orgulhosa. Era um código usado entre as mulheres e que significava que a filha era virgem. Não havendo prova de sangue, é costume a mãe da noiva ficar de cama por semanas e receber pêsames, como se de uma morte se tratasse.

No caso de muitos casais, por terem tido contato sexual anterior ou por certa compaixão pela noiva, o noivo se cortava, sujando o lençol com sangue. Porém muitas vezes o jogo de dominação não era fácil. Vários são os relatos de casos de renúncia vigorosa da noiva ao ato

que efetivamente consuma o casamento na noite de núpcias. E quando os noivos não podem impor a força física, o jeito é aceitar as condições da noiva, uma vez que, em qualquer manifestação de impotência, os noivos eram taxados de *fracos* ou coisa pior. A igreja assumia um papel decisivo quando a moça, na primeira noite, e na segunda e na terceira, não “consumasse” o casamento através da “aceitação” do marido, podendo dar o casamento por nulo; mas era bastante evasiva quando a moça era denunciada como não virgem.

A mesma igreja recusava-se a casar de branco uma noiva que se sabia não ser virgem, ao mesmo tempo que a própria sociedade considerava que ela não merecia o bolo de noiva, nem tinha direito a damas de companhia, garoto de aliança, etc., visto não estar “em condições”.

Durante muito tempo, os homens podiam, no dia seguinte (no *Sambrás*), arregaçar uma “perna” da calça até o joelho, comunicando a todos que a noiva não estava virgem (não existia a figura de hímen complacente).

As relações de sexualidade e de gênero e as condições do exercício de poder podem ser iluminadas a partir dos usos da calça. A calça, interdita às mulheres, funciona como marcador de quem deve ter iniciativa e do estado das posições na relação. Continua a estória:

Porque quando o noivo constatava a sua esposa já do antecedente desflorada, por imperativo de honra e de satisfação à sociedade ele abandonava o quarto nupcial com uma de suas calças enrolada até ao joelho e dessa forma dava uma volta pelas principais ruas do lugar, de modo a todos poderem conhecer e participar da sua desgraça, após o que o piquete postado de serviço nas imediações do quarto nupcial se encarregava de tomar conta da noiva a fim de a devolver à casa dos país. (idem, p. 44)

Por essa altura, eram incipientes ou pouco disseminados a nível social os conhecimentos científicos sobre o corpo da mulher. As condições de possibilidade de sangramento ou não no ato sexual, independentemente de a moça ter tido ou não experiências sexuais anteriores, eram de fraco conhecimento social. Isso pode ser correlacionado a muitos desentendimentos entre as famílias sobre a honra e desonra das moças.

Caso a noiva já tivesse filhos de outro casamento, até 1980 estes não podiam assistir à cerimónia religiosa e ninguém, até hoje, deve ir de preto a um casamento, porque acredita-se que traz má sorte. Pois havendo uma preterida, anterior noiva ou namorada, ela pode acenar com qualquer pano preto para fazer com que a noiva morra. Após a cerimónia de casamentos múltiplos, há uma concorrência por quem chega à porta de saída, porque acredita-se que a última a sair da igreja pode ficar viúva mais cedo.

Não obstante o cenário coletivo fechado de sedução, namoro e casamento, nas estórias contadas em *Ilha Fantástica* aparecem, em vários momentos, sinais de iniciativas que escapam ao controle - atitudes e experiências singulares que desconcertam os cânones e causam mal-estar. Frequentemente os homens e as mulheres abandonam as exigências e se juntam, sem nenhum ritual nem rigor de sangue⁶⁹. Constituem uniões à margem de qualquer ritual *sagrado*. Estas estórias ainda mostram como, apesar de toda a vigia e o controle, os cachorros ferozes são aliciados com pedaço de carne e os muros dos quintais são pulados durante a noite. Ato como esses só eram denunciados pelas gravidezes impossíveis de moças, já que não saíam de casa à noite, e nem mesmo de dia, senão quando acompanhadas por pessoas da família e/ou de confiança. Estas pessoas-guardas muitas vezes facilitavam, dentro dos limites da desconfiança dos pais, as aproximações dos pretendentes; ou se mantinham em silêncio, evitando serem traídas por sua incompetência.

Não raras vezes os compromissos sociais estereotipados viam-se violados. Caso, por exemplo, de emigrantes (com vivência de outras realidades) que chegavam cheios de promessas, conquistavam a confiança dos pais e, depois de deflorarem as moças, sumiam - regressando ao país da emigração. Essas moças, muitas vezes, permaneciam um bom tempo na casa dos pais destes emigrantes; outras vezes, permaneciam em casa de seus próprios pais e buscavam caminhos para encontrar novos pretendentes, por relações informais bastante naturalizadas na época. Por outro lado, as tias, mães e familiares fabricavam muitas vezes a virgindade da moça, dando um jeito de aparecerem manchas de sangue no lençol usado na noite de núpcias, o que legitimaria o matrimônio.

Contudo, sempre houve mulheres envolvidas em relações informais, e nem por isso representavam ameaça à ordem social, estando bem situadas dentro de uma visão e de uma prática social androcêntrica. Apesar do regime matrimonial monogâmico, imposto principalmente às mulheres - de quem se exigiam severamente a castidade e a fidelidade -, desde muito cedo se instituíram como hábito cultural comum e generalizado em Cabo Verde, as uniões livres de um homem com várias mulheres.

Meu pai, orgulhoso, se fartava de rir da afronta que diz ter passado nos anos 1960 quando mandou para a escola as minhas irmãs mais velhas; particularmente, quando, de forma agressiva, teve que responder às piadinhas que lhe chegavam pouco disfarçadas. Por essa altura, um amigo lhe terá dito que as suas filhas iam para escola aprender a escrever cartas

⁶⁹ A mulher que não fosse virgem podia ser despojada, quando fosse constatado, através da relação sexual sem sangramento, na noite de núpcias.

para os noivos⁷⁰, ao que ele diz ter respondido: “Ao menos, no caso, escreveriam *boas cartas*”. É por esse caminho que o cerco social se fechava para as mulheres, para as meninas e também para os meninos até a maioridade, num processo onde quase tudo era controlado de forma restritiva, para depois as margens se abrirem a uma certa independência para a repetição do ciclo.

O Cabo Verde do pós-independência encorajou as famílias a investirem na escolarização das meninas. Na década de 1980, apenas os centros urbanos tinham os chamados liceus, e esses eram para meninos e meninas. Apesar de as turmas serem mistas, as alunas tinham que se vestir de branco, exigência que não era feita aos rapazes. O símbolo da obrigatoriedade à castidade, e sobretudo da virgindade, subtil mas sempre presente, estava subentendido à frequência às instituições públicas. Lembramos que no Ensino Básico Complementar, dois últimos anos antes do Liceu, escolas frequentadas por ainda crianças, eram exigidas as batas azuis quer aos meninos quer às meninas. Mas no Liceu, quando se tratava já de moças dos 13-17 ou mais, elas eram obrigadas a usar batas brancas, de comprimento um pouco abaixo do joelho (na verdade, quanto mais comprida era a bata, mais felizes ficavam os adultos).

Até o início da década de 1990, a maior parte das meninas das zonas rurais, onde a virgindade era mais fiscalizada, passaram a ser suspeitas de se desvirtuarem. O fato de terem de deixar a casa dos pais para viverem nos centros urbanos (com todo o preconceito que havia no interior sobre as cidades da Praia e do Mindelo, principalmente) começou a colocar em xeque a “pureza” das moças. Chega-se a assistir a cenas públicas vergonhosamente violentas em que o sangue da moça, suspeita antes do casamento, é colocado num haste, no *Sambrás*, fazendo uma bandeira, literalmente falando, que passa a circular da casa do noivo até a casa da mãe da noiva. Esta, com olhos rasos de lágrimas, pelo alívio e pelo orgulho, considera ter cumprido o seu dever e recebe os parabéns de todos os familiares e vizinhos.

Ou a virgindade deixou de ser tabu, ou a moda da lua-de-mel calhou bem a muitas meninas modernas. O fato é que os pais e sogros do séc. XXI deixaram de ter coragem de perguntar se a menina é moça, quando se fala em casamento. Pelo menos se o fazem, fazem-no às escondidas.

⁷⁰ Noivos sim. Nessa altura não se aceitavam namoros *inconseqüentes* entre os jovens. Estes estavam sempre amarrados ao processo de união, acompanhados de perto, ou mesmo coordenados pelas famílias.

Para Nha Balila, o motivo dos problemas é que hoje não há mais ‘controle’, os jovens estão *uhaia-uhaia* (à toa). Para quem viveu sua juventude, intensamente, dos anos de 1940 para cá, não pode deixar de marcar na sua expressão contrariedades, apesar de ser sensata e muito afeita às novidades; e quando as mudanças ocorrem rapidamente, muitas vezes permitem às pessoas perceberem que as coisas não estão acabadas e que não há um modo único de se pensar e de fazer. Nha Balila, apesar de orgulhosa, não pensa que se deveriam fazer as coisas do mesmo modo que na época dela. Apesar de tecer críticas aos jovens.

3.5 Rasgando papéis

O ser humano não é uma base eterna da história e da cultura humanas, mas um artefato histórico cultural.

Nikolas Rose, 2001

Para quebrar a cadeia identitária, naturalista, culturalista e histórica são tomados alguns teóricos que encaminham questões para fora de uma estrutura determinista, e que consideram os descentramentos tanto dos sistemas de pensamento quanto da própria estrutura do sujeito. Judith Butler é tomada como referência, uma vez que condensa várias linhas de discussão e de pensamento das relações sujeito/sexo/gênero/poder, em seu livro *Bodies that matter*.⁷¹ Neste, a autora caminha passo a passo desmontando, desligando uma série de combinações estruturadas de pensamento e de práticas atuais e históricas, que prendem a multiplicidade dos *processos de identificação* sexuais a um sentido dado, predeterminado para os sujeitos.

Ao desembaraçar-se de certos pontos passivos que situavam o sexo como dado da e pela natureza - destino inquestionável de ser homem ou ser mulher -, já rebatidos pelos movimentos feministas, traz-se uma série de pontuações que atraem a atenção e renovam um debate complexo. A empreitada de Butler segue a linha dos pensadores como Derrida, Foucault e Deleuze, entre outros.

São também tidas em devida conta, aqui, as preocupações e reflexões trazidas, em moldes semelhantes, por Guacira Louro (1997), já que a expectativa é a de poder estabelecer

⁷¹Ensaio traduzido: “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”, in: Louro G. L. *Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autentica, 2009, 153 a 172.

encontros com indivíduos em seus complexos e diversificados espaços de experiências. Por um lado, distantes dos lugares identitários, determinados pelo mundo natural, social e cultural; por outro, descentrados de um eu unitário e essencial, por considerar que os processos de subjetivação colocam o indivíduo na posição de efeito e ator de sua identidade. Portanto, *impuro* em sua natureza, transgressor de sua cultura e outro de si mesmo. Indivíduo que, por isso mesmo, não pára de se transformar; não pára de escapar de qualquer representação colocada no campo do *a priori* e do visível.

É assim que também Suely Rolnik (1996) analisa com bastante destreza a questão do gênero em seu artigo *Guerra dos gêneros & guerra aos gêneros*, colocando-a em duas dimensões: o visível e o invisível. Na primeira, parece uma cena de teatro, uma guerra entre identidades sexuais, lutando por seus interesses. Ou pelo interesse dos lugares que representam: do gênero feminino oprimido em luta contra o gênero masculino, seu opressor. Pares que lutam pela defesa de posições que representam: contraditórias, contrárias e conflituosas. Na outra dimensão, o invisível não funciona pela lógica binária, as figuras desestabilizam-se, rompe-se o quadro classificatório.

São movimentos de forças/fluxos desenhando certas composições e desfazendo outras; aglutinações de novas composições produzindo diferenças, origem de pequenos abalos sísmicos nas figuras vigentes; acumulações progressivas de diferenças/abalos provocando terremotos. Figuras se desmancham, outras se esboçam; gêneros e identidades se embaralham, outros se delineiam - e a paisagem vai mudando de relevo. Uma lógica das multiplicidades e dos devires rege a simultaneidade dos movimentos que compõem este plano. (idem, p...).

Esta parece ser também a lógica em que Judith Butler inscreve seu pensamento, dando um novo fôlego aos avanços feitos pelos movimentos feministas; pois, para estes, o par sexo/gênero é ponto de partida fundamental, por entenderem que o gênero é constituinte da identidade dos sujeitos. Essa era a ideia que vinha ganhando terreno, envolvendo várias categorias sociais e espaços acadêmicos e teóricos, mas que é tomada como cerne das análises às quais se segue o processo de sua desconstrução. Os movimentos feministas tiveram importante papel na rejeição do determinismo natural biológico e na assunção do caráter social das distinções. Não se tratando mais do sexo frágil, incompleto ou defeituoso, a discussão parece avançar porque passa a envolver também os homens. Mas, segundo Butler (1999), o gênero teria sido concebido como uma essência que funcionaria só dentro da metafísica e a favor do humanismo.

A questão que prevaleceu nesse debate e de certa forma prevalece hoje é a de como sair do campo da representação e da identificação. Já não somente quando estas posicionam os referentes naturais, mas também quando situam a cultura como processos de construção já

marcados pelos códigos e símbolos internos, referenciados pelas diferenças de sexo. As normas da cultura, então, obrigam os sujeitos a assumirem suas identidades e suas posições segundo seus sexos. Butler quis retirar da noção de gênero a idéia de que ele decorreria do sexo e, depois, discutir em que medida essa distinção/cominação sexo/gênero é arbitrária.

Sendo assim, para a autora, a distinção entre partes que operam em conjunto e de forma conjugada (sexo e gênero) é desnecessária, pois,

A categoria do ‘sexo’ é, desde início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de ‘ideal regulatório’. Nesse sentido, pois, o ‘sexo’ não apenas funciona como norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda a força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ela controla. (BUTLER 1999, p. 153-154).

Segundo Louro (1997) os estudos feministas inicialmente se preocuparam com as relações de “poder”. Se pela denúncia deram visibilidade, na linguística e na história, ao que havia sido negado e secundarizado, por outro cristalizaram a vitimização feminina. E isto permitiu que algumas vezes se culpasse a subordinação feminina - posição que marcou e ainda marca a dicotomia de homem dominante e mulher dominada. Para a autora, caso se considere a construção social no âmbito de um jogo de poder estritamente bipolar,

as desigualdades entre os sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das diferenças face a face. Ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros.” (LOURO, 1997, p. 24);

Ainda para Louro, “aprendemos a pensar e a nos pensar dentro dessa lógica e abandoná-la não pode ser tarefa simples”. (*idem*). Pois, o verdadeiro sexo assombra. E sublinha ademais que, enquanto outros estudiosos seguem problematizando, por um lado, enfatizando locais de resistência das mulheres, por outro, o custo dos homens no exercício da sua “superioridade”, os movimentos gays e lésbicas e vários outros desenraizados da heteronormatividade - que o movimento linear do esquema polarizado não dá conta -, denotam toda a complexidade social.

Mas então, se o ideal regulatório do sexo assim permanece, mas a materialização do corpo só existe reiterada pela norma; se só assim o sexo se torna legítimo, então é o gênero que o produz - sendo a palavra de ordem para a materialização do sexo. Nessa remodelação da matéria do corpo, nessa regulação que constrange o corpo para governar, o gênero convoca os sujeitos a assumirem suas identidades. Sendo baseado na heteronormatividade, ao mesmo tempo que produz a diferença e a diferenciação, coloca, para além das suas fronteiras, zonas de instabilidade (de exclusão) em relação às quais, pelo repúdio, se reafirma.

Neste pé, as linhas teóricas *queer* demonstram como todo o discurso de desnaturalização das identidades do sexo não desessencializa de fato os gêneros, porque estes se embasam cada vez mais em corpos naturalmente dimorfos e em branco, aguardando o carimbo da cultura. E sublinham que

os estudos, inicialmente, elaboram constructos para explicitar a subordinação da mulher com base na tradição do pensamento moderno, que, por sua vez, opera sua interpretação sobre as posições dos gêneros na sociedade a partir de uma perspectiva oposicional/binária e de caráter universal (LOURO, 2007, p. 70).

Entretanto se a norma precisa ser reiterada, de forma sutil, em atos performativos, como condição de sua continuidade, os rompimentos e os desarranjos inscritos por subsequentes desafios a lugares instituídos e por aqueles que produzem seus próprios corpos obrigam a reposicionamentos institucionais permanentes. Daí emergem a historicidade nas normas e a pertinência de sua historicização. As identidades de gênero também estão concomitantemente se construindo e se transformando. Foucault já alertara que a sexualidade é uma invenção social. E muitos estudiosos demonstram a impossibilidade de se compreender a sexualidade observando apenas seus componentes ‘naturais’. Ou, de outra forma, apenas pelos seus componentes culturais, de modo que não haveria, talvez, nenhuma distinção entre sexo e gênero.

E não há como compreender o gênero como um efeito cultural que é imposto sobre a superfície da matéria, compreendida seja como ‘o corpo’ seja como seu dado sexo. Ao invés disso uma vez que o próprio ‘sexo’ seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. (BUTLER, 1999, p. 154).

Apesar dos efeitos das normas regulatórias que materializam o sexo, estas estão sujeitas a transformações, pois não conformam toda a variabilidade, toda a mutabilidade do próprio corpo. Se o discurso do poder produz como efeito o que ele nomeia, Butler esclarece que “o fato de que essa reiteração seja necessária é sinal de que a materialização não é nunca totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais a materialização é imposta.” (*idem*, p. 154). Nesta linha, Louro sugere que é conveniente manter uma conexão não-causal e não-redutiva entre gênero e sexualidade: “Exatamente devido ao fato de a homofobia operar muitas vezes através da atribuição aos homossexuais de um gênero defeituoso, de um gênero falho ou mesmo abjeto, é que se chama os homens gay de “femininos” ou se chama as mulheres lésbicas de masculinas” (LOURO, 1997, p. 28). Vale, a esta altura, lembrar a observação de Foucault (2004, p. 85): “No fundo do sexo a verdade. (...). O sexo mantém o que há de mais verdadeiro em nós”.

A reviravolta do pensamento de Butler, em que muito compartilha dos pensamentos de Foucault e Derrida é a de que, afinal, trata-se de jogos de poder e de significação que produzem normas, formam corpos e distribuem identidades em atos performativos - efeitos e produtores da regulação. “De fato ‘referir-se’ ingenuamente ou diretamente a um tal objeto extra-discursivo, sempre exigirá a delimitação prévia do extra-discursivo. E na medida em que o extra-discursivo é delimitado, ele é formado pelo próprio discurso do qual ele busca libertar” (BUTLER, 1999, p. 165).

Prosseguindo com as idéias de Butler, o construcionismo não assegura a processualidade (não aceita as incertezas) do processo, pois o que vai ser construído social e culturalmente na verdade já está dado no gênero. Pois a “construção não é nem o sujeito, nem o ato, mas um processo de reiteração pelo qual tanto os ‘sujeitos’ quanto os ‘atos’ vêm a aparecer totalmente.” (p.163). Assim, a questão deixa de ser organizada através do sexo ou do gênero construído ou da interpretação sobre a materialidade do sexo. Ao invés disso, vale indagar através de que normas regulatórias o próprio sexo é materializado. Segundo a autora, afirmar que o discurso é formativo “não significa que ele origina, causa ou exaustivamente compõe aquilo que admite”. Sublinha ela ainda que “não existe nenhuma referência ao corpo puro que não seja, ao mesmo tempo, uma formação adicional daquele corpo.” (*idem*, p. 164). Na medida em que os esquemas regulatórios não são estruturas intemporais, mas critérios historicamente revisáveis e inteligíveis que produzem e submetem corpos, há brechas para contrariá-los, interferindo nas linhas de determinação, nas linhas de produção de subjetividades e nos jogos de poder.

Se ambos (homens e mulheres) estão imersos em relações de poder, se não há aquele/a que esteja desprovido/a do poder, da mesma forma há a possibilidade de mudar e de construir de outro modo. Pois, como Foucault tantas vezes lembra, não há poder sem liberdade. Na mesma direção, Louro (1997) afirma que a partir da

(...) proposição de desconstrução das dicotomias – problematizando a constituição de cada pólo, demonstrando que cada um na verdade supõe e contém o outro, evidenciando que cada pólo não é uno, mas plural, mostrando que cada pólo é, internamente, fraturado e dividido – pode-se constituir numa estratégia subversiva e fértil para o pensamento. (*idem*, p. 31).

3.6 As falas de outras vozes: primeiro ensaio

“A miséria sexual, finalmente, não é a falta de sexo, a reclusão, a proibição; a miséria sexual é a obrigação do sexo como medida do ser, como essência identitária, padrão de

comportamento, verdade na qual desenho meu perfil, meus contornos, minha inserção no mundo”. (SWAIN, 2002, p. 334)

Aqui se poderia recomeçar de várias maneiras. A vontade é que siga pensante como num teatro real da vida cotidiana. Mas preferiu-se começar pelos menores das minorias. Pelos abjetos do processo de normatização. Aqueles que, além das posições, desafiam a norma. Ciente de que as minorias, em certos casos, não se traduzem numa inferioridade numérica, mas sim em maiorias silenciosas que, como foi o caso das mulheres que ao se politizarem, com a problematização gênero, deixaram de ser vozes silenciosas em territórios domésticos e privados, para se colocarem em territórios públicos, pelos vários cantos do mundo. De outra forma, assim também o estigma tem-se tornado, em certos casos, *orgulho homossexual*. Estas visibilidades, inicialmente, têm efeitos diversos e contraditórios: enquanto alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual, outros setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, dando indicações à retomada dos valores das ordens e das hierarquias sociais e tradicionais da família, e até manifestações de extrema agressão e violência física.

Se antes, pelo menos até o final do sec. XVIII, as relações entre as pessoas do mesmo sexo eram consideradas indesejáveis, mas qualquer um estava sujeito ao pecado da sodomia, já no sec. XIX, foi definido um tipo especial de sujeito; o sujeito desviante da norma, marcado, reconhecido e reconhecível, que da segregação passou ao segredo. E ali permaneceu para escapar da violência e da rejeição impostas pela ordem da sexualidade legítima. Entretanto, mais recentemente, diante das diferentes formas de violência, homens e mulheres contestaram e se arriscaram a sair fora desse limite categorizado como desvio, dando assim visibilidade a uma luta que varia de corpo e de tom em diferentes contextos.

Deve-se sublinhar que, há bem pouco tempo, a diversidade sexual não era questão corrente no quadro institucional em Cabo Verde. Permaneceu em surdina do corpo social. Entretanto, há muitos casos de sofrimento e perseguição e de morte (uns mais antigos e outros recentíssimos). E enquanto permanecendo assim, alguns conseguem de forma artística escapar dessa quadratura, em muitos casos, deixando rastro de enigma. Nesse sentido, são trazidos para análise aqui alguns que passam entre boatos e histórias de vida. É possível que, a partir desta discussão, entretanto, mesmo que não seja possível levá-la adiante como conviria, se possa abrir caminhos para outras investigações. Talvez este trabalho possa servir para abrir

algumas portas. Talvez sua utilidade seja menos a de se amarrar estritamente a uma questão do que a de elucidar um campo problemático em que muito há ainda por fazer.

Nesta primeira cena, Dona Josefa, professora dos tempos, como achei precioso no momento chamar, paciente como ninguém, me dispensa todo o seu tempo - o prazer de contar se encontra com a vontade de escuta. Não me fiz de rogado. *Olha, essas coisas também têm seus mistérios*, fazendo ecoar memórias datadas: Porto - Ribeira da Barca, entre 1985 e 1990. Zinha levantava sempre cedo para seus afazeres de Rabidante (feirante), tomava o carro e seguia com as colegas pelo interior de Santiago, comprando e vendendo, tudo o que se tinha de melhor em hortaliças e legumes. As companheiras gostavam dela porque se sentiam seguras; os homens a respeitavam porque falava pouco e fazia muito. Zinha era mulher na força da idade: - *mais força do que idade*, diziam. Ninguém sabia direito porque ela nunca tinha se casado. Uns diziam que ela espantava os homens com a sua *grandura*, outros que era por causa da sua voz grossa, outros diziam outras coisas que ninguém ouvia ou sabia repetir.

Por que fazia pouco dos homens - *bonita, trabalhadeira e educada*, eram perguntas silenciosas das colegas, dos rapazes para si mesmos. Os mais velhos já andavam preocupados porque parir era ter socorro para a velhice. *“Não preciso de homem. Me deixem em paz. Tenho dois braços, duas pernas, dois olhos na cara.”* Quando não respondia igual a uma pedra.

Nas tagarelices, durante as viagens, ela ficava sempre calada... Mas na hora de negociar, e quando os proprietários vinham com muita conversa a fazer cálculos de máquina e a pesar os produtos na balança decimal, Zinha passava para a frente e fazia de contas cor, por ela e pelas colegas: *Mana, o teu dá x, Lita o teu dá y, Fina, deixa que eu te ajudo – deixa que eu ponho este balaio no carro porque é muito pesado. Deixa que resolvo aqui depois tu me dás o dinheiro.* Enquanto os homens manejam as máquinas, ela estendia a mão com o dinheiro. Estes olhavam, continuavam seus cálculos. Depois, para tirarem vergonha, metiam conversa e ofereciam um produto; e convidavam que viesse para a semana. Mas os homens morriam de raiva. As mulheres engoliam o riso no fundo da garganta. Olhavam para os sacos e balaio como quem queria dizer algo. As mulheres ora invejavam Zinha, ora achavam que ela era muito burra em não aceitar as ofertas. Quase sempre pensavam que Zinha trambicava os homens nas contas. Mas quando chegavam em casa e pesavam os legumes quilo por quilo, Zinha não tinha roubado nada. Era o preço justo. Zinha fazia muitas contas de cabeça. *Que seria das rabidantes sem Zinha?*

Tóti filho de Fica, rengo (baixinho), *runho cima cardissanto* (malvado) andava sempre querendo puxar conversa com Zinha quando os rapazes chegavam perto. Mas ela não o reparava. Matutava ele, então, em como dar uma lição na Zinha.

Mulher que não fala é *kampresta* (sem préstimo). Mulher que não se deixa tocar e olha os homens nos olhos “é *ka pursi*” (não é coisa boa) . E Zinha era daquelas mulheres *armada em bom* que parecem desafiar os homens com suas frases curtas e silêncios compridos. E Tóti não se deixava amedrontar nem por homens, quanto mais mulher. *Tinha que dar uma lição nela. Ela Tinha que o respeitar.* Como todos os homens, como todos os rapazes e como todos os grandes daquela ribeira.

Era ainda escuro e Zinha descia à fonte para apanhar água. No Matinho havia uma nascente de água limpa onde ela sempre ia de madrugada. Contava preparar cedo para viajar no primeiro carro e chegar. Hoje tinham de ir à horta de Tóti e queria fazer tudo direito. Sabia bem do rapaz, e ela não queria complicações. Com ele é pão pão queijo queijo; mas as amigas temiam o marreco.

Na nascente do Matinho, depois de apanhar a água, aproveitou para lavar os pés, antes de pôr a lata na cabeça. Abaixou-se e alguém a empurrou. Tentou se levantar sem entender nada e viu Toti, com uma catana na mão direita. Assustou-se, mas conteve o grito.

- *É hoje que eu te mostro!* Toti sabia que a melhor maneira de domar uma mulher e fazer com que ela respeite um homem para o resto da vida era servir-se dela. Não mediu esforços, tinha passado muito tempo no sereno a aguardar. Mas tinha valido a pena. Ela ali estava dobrada, assustada, com medo.

Colocou-lhe a espada perto do pescoço: - *Se levatares, corto-te.*

Parece que Zinha terá dado um pontapé nos colhões (nos ovos) do Toti. Parece que a dor fez Toti soltar a espada, porque depois a polícia encontrou a espada a metros de distância, na pia. Ninguém soube contar como foi que alguém sentiu e gritou chamando a polícia com posto ali perto. Mas parece que a luta demorou uma meia hora. Muitos dizem que Tóti não conseguiu. O próprio Toti disse ao polícia que não tinha conseguido porque não quis. Mas a polícia não estava tão certa assim e até soltou Toti, uma semana depois, porque ele estava bem pisado, com hematomas por todo o lado.

Fica, a mãe do Toti sofreu muito com as dores do filho. Toti levou muitas feridas espalhadas pelo corpo. Uma mãe de coração partido, quando decide, toma as providências pelo filho. *Sabe-se que Toti viajou para Paris no dia em que foi solto.*

Sabe-se que Zinha demorou uma lua sem ser vista. Ficou trancada na sua casa, sem trabalhar e sem falar com ninguém. Mas todos garantiam que ela estava bem, sem nenhum arranhão.

Passaram-se meses. Zinha passou a fazer só vida noturna.

Um dia apareceu de dia, no dia das Cinzas, toda vestida de homem. - Olha Zinha vestida de Carnaval! Vamos jogá-la na água, vamos. - *Não estou para brincadeiras*, e afastou-se. Depois desapareceu ...

Anos depois se ficou a saber que Zinha vivia em Tarrafal. Só não mudara de nome. Era homem de respeito, trabalhava de guarda noturno. Tinha família e até filhos. *Vai entender isso! E isso não é mais segredo aqui*- arrematou Dona Josefa.

Zinha, nas palavras de Dona Josefa, era um mistério. Com Tânia Swain (2002, p. 331), lembrando Butlher (1994), pode-se perceber que “uma das razões pelas quais a heterossexualidade tem que se reelaborar, reproduzir-se ritualmente em toda parte, é para suplantar o sentido constitutivo de sua própria fragilidade”. A pequena estatura do Toti era desafiada pela *grandura* de Zinha, pela voz grossa e pelo olhar firme; a representação social o obriga a repor a norma. Afinal, tudo o que não se mostrasse macho e viril era fêmea e, conseqüentemente, menor e de mulher. Havia um contraste entre as duas aparências. Diante de uma realidade em que o homem não pode bater numa mulher, sob pena de se ver como um *palerma*, o único caminho era possuí-la. Deste modo, a sua pequenez – feminina era compensada pela dominação daquela que desafia o homem - o *metro padrão*. Pois, conhecendo os hábitos de Santiago nessa época, somente uma intimidade ou a suspeita dela já ditava a submissão da fêmea. Porque ao homem bastava dizer - *que sim*, para que a mulher ficasse maculada. Não tendo mais segredos ficaria impura e pública. A não ser que o homem a assumisse.

Diante de um sexo que não era verdadeiro, Toti terá ficado abismado, estarecido. Não lhe valeram *as espadas*. Amofinou, aceitou ter apanhado daquela que até onde se conhecia era mulher; confessou nem mesmo ter conseguido o intento. Mas viajou no dia que saiu da prisão. Foi afastado pela mãe Fica. Estava maculado também na sua essência de homem, por ter tido

contato com a ausência e com o engano da natureza. Entre o sexo e a verdade, como lembra Foucault (1984), existem relações complexas, obscuras e essenciais.

Somos, é verdade, mais tolerantes em relação às práticas que transgridem as leis. Mas continuamos a pensar que algumas dentre elas insultam ‘a verdade’: um homem passivo, uma mulher viril, pessoas do mesmo sexo que se amam... Nós dispomos talvez a admitir que talvez essas práticas não sejam uma grave ameaça á ordem estabelecida; mas estamos sempre prontos a acreditar que há nelas algum erro. (p. 4)

Em moldes politicamente corretos, Zinha deixou de existir; não tinha mais a identidade, um sexo que a guardasse em segredo. Fechou-se em casa durante uma lua. As palavras de Foucault (1984, p. 4), assim, ironizam que “é no sexo que devemos procurar as verdades mais secretas e profundas do indivíduo, que é nele que se pode melhor descobrir o que ele é aquilo que melhor o determina.”

Porém eis que Zinha resolve o problema e se resolve diferente de muitas histórias conhecidas, na literatura, na história e na ciência. Tomou seu tempo, construiu em si uma nova verdade, determinado, insuspeito, material e socialmente aceite, em outro lugar.

3.7 As falas de outras vozes: segundo ensaio

A vida é um porto onde a gente acaba de chegar é nunca.
(Toaca, no filme Deus é brasileiro).

Para além das diferentes leituras que se possa fazer destas histórias, seria preciso sentir o que se passa no nível das subjetividades atuais em relação às sexualidades desviantes em Cabo Verde. Sendo certo que, nas nove ilhas habitadas, elas mudam de grandeza e submetem corpos de modo diferenciado, mais acolhedor ou mais repressor, por motivos os mais variados.

Nesta cena, caminho pelas memórias revistas da minha infância, porque não pude refazer uma leitura coletivizada pela dificuldade de contato. Por isso esta história é tanto real quanto ficcionada em certos pontos mais sensíveis; também porque, além das minhas memórias, são alguns fragmentos que objetivam a condição de vida de Seven.

Foi possível fazer algumas questões ao irmão de Seven, num encontro aparentemente fortuito, mas pelo qual queria introduzir uma conversa. Nesse meu primeiro e único dia de sorte, pude também encontrar uma irmã que dispensava carinho e atenção ao Seven desde a infância, além da mãe.

Ao situar a minha entrevista, as expectativas dos dois entrevistados relativamente ao que esperavam de mim me causaram algum desnorte. À partida, em ambos os casos, mais enfaticamente num deles, ao invés de perguntar fui surpreendido com uma pergunta afirmativa: então você pode fazer alguma coisa? Nesse caso, vejo que dizer de um estudo, de aprender mais um pouquinho não interessavam naquele momento. Continuei, ainda sem responder claramente; entretanto, procurei entender melhor a compreensão que tinham da situação. Entendo mais adiante que a expectativa da família me seria um grande *inimigo*. Um campo sensível, na medida em que interessaria ao campo familiar tornar o rapaz *normal*. Talvez não quisessem ver! Também o meu interesse não é que vejam, somente. Encosta escorregadia e cheia de pedras a percorrer diante da expectativa de uma restituição a que eu não poderia corresponder. Fico mais tranqüilo ao lembrar de Alessandro Portelli (1997), quando sugere a compreensão da restituição como um processo, afirmando que a responsabilidade primeira nossa no tocante à restituição é “com o nosso próprio desenvolvimento e aquele das pessoas com quem encetamos o diálogo” (p.31). Disse enfim que, a longo prazo, seguindo a nossa conversa, pensaríamos o que poderíamos fazer.

Porém os encontros seguintes falharam por duas vezes, e não insisti. Ainda que não tenha desistido de continuar. De outra forma, não estando perante o sujeito em questão, não tive nenhuma luz se efetivamente eu poderia fazer alguma coisa a médio prazo que não fosse com a própria família.

O irmão, entretanto, me contactou posteriormente, com questões concretas em termos de apoio para que este venha a receber os benefícios da reforma do pai. Nesse sentido pude me sentir útil – não ao Seven, mas pelo menos, no meu entendimento, à família.

No segundo caso em que me aproximei foi com a Bia. Este também teve seus percalços. Corri atrás de várias instituições e ONGs que têm extensão comunitária, para saber se têm trabalhos concernentes aos homossexuais. Era a entrada que eu expectava. Dentre as que me responderam positivamente, houve várias tentativas de... sem sucesso. Ocasionalmente, encontro-me com uma ex-colega das lides com a juventude e combate à AIDS. Esta me refere à Bia de Sucesso com quem ela tem trabalhado bastante, e a quem também refere ser uma pessoa ativa, aberta nessas questões. Bia... lembro então que há cerca de quatro anos, enquanto coordenador nacional de um projeto de reforço de atenção aos jovens, havia, na Praia (cidade capital do país), um grupo no bairro de São Filipe que se destacava pela criatividade, e cujo projeto fui convidado a visitar. O rapaz, franzino, de jeito espontâneo, com habilidades que atraíam mais atenções que seu jeito e seu corpo. Trabalhava com os

jovens do grupo, como líder, sem nenhum constrangimento. Porque, bem diz, deixava claro a todos que se dava ao respeito, pelo que é o que esperava de todos: “*Corto os comentários desde logo.*”

Enfim encontrei a Bia, *bem disposto* - bem disposta, diria ela! E me reconheceu bem antes de nos termos encontrado.

Percebo pelas conversas com a Bia que há diferenças significativas dos modos de acolher homossexuais entre as diferentes ilhas. Possivelmente também depende do estilo que cada um adota nas relações. Na verdade, já ficara a saber, através de uma ONG, que havia um grupo organizado na Ilha de São Vicente. Mas em São Nicolau, onde a Bia nasceu e cresceu até a adolescência, não há nenhuma base de apoio organizado. Porém Bia pôde se assumir muito cedo, sem ser desprezado pelos amigos e colegas de escola. Nem mesmo pela família foi pressionado. E, diga-se de passagem - conforme sublinha-, esta o incentivou a assumir, *sendo o que o fazia mais feliz.*

Com Seven, o que se poderia chamar de apoio da família foi o contrário. Trata-se de um jovem que foi sendo afrontado, sobretudo pelo pai, a ajeitar-se. Segundo o irmão, entendera a si mesmo, desde a infância, como pouco querido pelo pai.

O irmão começa refrescando minha memória, no primeiro encontro.

Era estúpido, não aprendia.

Sabe! Deves lembrar do nosso tempo na escola primária. Alguma coisa piorou, e ele perdeu a cabeça.

Lembro. Não lembro bem do desempenho dele na escola; mas eu sabia que não era bem assim; até porque cuidava do comércio da família até o dia em que resolveu sair de casa.

Ninguém brincava com ele. E ele brincava com ninguém.

Tido por estúpido, embora se desse muito bem com a mãe. Da minha memória, havia lembranças do que se contava: que ele se dava muito bem com a mãe, que esta o elogiava nos trabalhos de casa – casa esta donde ele não saía, de forma alguma; a não ser a correr levando ou trazendo algum recado ou compras. E diziam na vizinhança que era excelente nos trabalhos domésticos. Tinha tudo em ordem. E em casa, enquanto o pai não voltasse, o irmão mais novo sabia muito bem quem dava as ordens.

O pai, emigrante, voltava para casa, aproximadamente, de dois em dois anos. Conhecido como homem de mão de ferro, maltratava o Seven e o desprezava sempre, cada vez que ele se distraísse em algum afazer. Devo dizer novos afazeres, porque este não admitia que ele se enfurnasse em casa a fazer coisas menores – de mulher.

Muito mais tarde, depois de o pai se ter reformado e voltado definitivamente para a terra, num momento de agressão, desta feita em público, sendo ele já adulto com cerca de 27 anos, pela primeira vez explicitou a injustiça que vinha sofrendo e saiu de casa.

Diz o irmão da última fala do Seven: *Se colocam o meu irmão mais novo sempre no meu lugar* (de mais velho – daquele que deveria ter mais responsabilidade). *Se é ele que preferem, então fiquem com ele.*

Desde esse dia não mais falou com ninguém. A não ser em situação de afronta, muitas vezes levada a cabo deliberadamente pelos rapazes do lugar, para o forçarem a falar.

Não tendo podido, por enquanto, dar seguimento à conversa e obter necessário consentimento para investigar sobre a vida deste jovem, através do irmão e da irmã, escondo à medida do possível os identificadores referenciais. Contudo, interessaria nesse momento poder pensar as circunstâncias limitativas e condicionantes dos passos esboçados à partida.

Dentro do bairro, de onde ele não se afasta, é muito querido por todos. A única reclamação mais abrangente consiste na dificuldade de ele tomar banho. Na casa onde nunca mais entrou, pelo menos enquanto os pais eram vivos, só entra para tomar banho quando obrigado pelo irmão.

Às vezes a loucura se afigura como recurso único para a vida.

Bia de Sucesso, como se autoproclama, entretanto, há muito vem quebrando as barreiras. Ela é seu próprio sucesso. Sempre disposta a servir àqueles que precisam de alguma segurança para saírem de si e tocarem a vida. Creio que o individualismo que se instalou no quadro social nos últimos anos, de algum modo, terá facilitado a questão. O outro e seu *desvio* já não parece ameaça iminente. Há mais abertura social, desde que as diferenças permaneçam na sua distância. O Jornal *Asemana* (um dos mais importantes a nível nacional) publicou uma revista com testemunhos e experiências, relatos assumidos de mulheres – bem posicionadas socialmente, que, talvez por isso já não se escondem. Pelo contrário, querem expressão, querem constituir-se em corpo visível. Embora se saiba que a pressão social recai mais sobre o masculino do que o feminino.

Entretanto, para Bia de Sucesso, a abertura inicial da família e dos colegas lhe terá dado toda a motivação que precisa. Mas relata afrontas perpetradas pela Igreja. Devo dizer alguns padres da Ilha, que se referiam a ele, inclusive, em homilias - tratando-se de demônio encarnado. Neste caso enfrentou, tendo vencido uma batalha que se tornou judicial - motivo, aliás, pelo qual ele saiu da sua Ilha para vir morar na Praia. Considerava a Ilha de São Nicolau muito pequena. Entretanto, relata acolhimento de outros nos momentos em que ele mesmo precisava pensar a sua escolha.

Acordai-vos jovens! De vossos prazeres ilusórios; despojai-vos de vossos disfarces e lembrai-vos que tendes um verdadeiro sexo! Aquele (...) que esconde as partes mais secretas do indivíduo, a estrutura dos seus fantasmas, as raízes do seu eu, as formas de sua relação com o real. No fundo do sexo, está a verdade” (FOUCAULT, 1984, p. 4)

4 POR ONDE DESÁGUAM OS RIOS

Cabo Verde não tem rios. Não fossem as barragens e o recurso à dessalinização da água do mar, a terra e suas gentes murchariam; mas os lavradores estão sempre *de olhos no céu* à espera que a água – chuva amiga - caia. *Que retorne e realimente a mesma esperança de riqueza e de fartura* - esperanças eternas dos lavradores de ver “rios-ribeiras” que correm desesperados para o mar de todos os cantos das ilhas nos meses de julho, agosto e setembro - únicos três meses em que chove, pois nos restantes só se vêem vales secos. Assim, por analogia entre a insistência em repisar justificativas culturais e históricas para as questões do cotidiano e a realidade geo-pluviométrica cabo-verdiana, começo então pelo meio; pelo meio de vales secos, de leitos de ribeiras escancaradas que *continuam rios - vales de esperança* insinuando-se para as terras ávidas de seiva. Certo de que o *mesmo rio não passa*, corro – nesse contexto tal lavrador-pesquisador -, desesperado, atrás de nuvens e mares que devir-se-iam águas-mil, a ver se encontro réstias de alento para debelar a secura da terra, enquanto sou outros de mim e em mim, navegando por mares em devir que nos circundam – libertador-, enquanto os poetas fazem lembrar o mar como a versão molhada da terra das ilhas. Pois, pode-se de certo modo afirmar que os modos e hábitos historicamente cultivados vão operar a serviço da regulação, do aperfeiçoamento, da reforma, do policiamento, ou mesmo da eliminação daqueles identificados como contrários ou simplesmente diversos aos princípios da ficção cultural, científica e moral.

4.1 Meninas-mães, alunas-grávidas, mulher ...

Assim quis introduzir a discussão sobre as condições de vida das meninas-jovens-mães, tomadas por “alunas grávidas” nas escolas do ensino secundário em Cabo Verde. Uma problemática assente em fundamentos históricos e sobretudo políticos, que se tornou visível e crítica diante das “*Orientações gerais para uma melhor gestão da questão da gravidez nas escolas*” “impostas” pelo Ministério da Educação em 2002⁷². Embora no corpo social e no

⁷² De acordo com uma dirigente do ME, há um *Estudo de avaliação do impacto da medida de suspensão temporária das alunas grávidas do ensino secundário*. “ Este não é o que seria de esperar pelo próprio ME nessa altura”, afirma. Antes pensava na realização do *estudo de impacto da medida sobre a gravidez nas escolas secundárias*. Aquele foi impulsionado pelo ICIEG e realizado, em parceria de contragosto, com o Ministério da Educação. A sua divulgação está condicionada a uma melhor apreciação do ME, particularmente em aceitar a iniciativa, em acatar as recomendações que incidem sobre uma medida dita “de orientação” que o próprio ME impôs, e a qual tinha defendido com veemência, apesar das polémicas que foram ganhando sentido e pertinência a vários níveis institucionais e sociais. Aliás, o estudo, ainda não divulgado, terá deixado claro que pretendia provar e justificar o que de certo modo era tido como opção mais aceitável – a suspensão da medida; batendo de frente, como era de se esperar, com o Ministério da Educação que não pretende admitir a fragilidade argumentativa da manutenção da medida. E o fato, tornado visível no estudo, de que este mais atrapalha do que ajuda as

cotidiano das pessoas, em diferentes contextos, haja variações nas referências nominativas, percebe-se uma diversidade de posições e de posicionamentos que as justifiquem. Tanto as alunas - quando se sentem perante posicionamentos normativos - quanto os pais e professores - quando situam o domínio da moral - referem-se à mulher-grávida nas escolas. No meu primeiro contato com “Ecos de A. S. F. Filipe”, em fevereiro de 2010, cheguei referenciado por um professor que me facilitou o contato com uma voz de 15 anos, que responde as minhas questões com toda a educação: que mulher-grávida não pode estar na escola; que dá má imagem e que é mau exemplo para as colegas. Quando quero saber sobre o modo como ela se sente em relação à escola e, como complemento à pergunta, em jeito de provocação, indago “se para com os (as) amigos (as) e vizinhos (as) fora da escola era também mau exemplo”, ela se volta para mim com olhar de quem me vê aberto a outras sensibilidades e me diz que cada um faz de sua vida o que quiser; e pondera que na escola também deveria ser assim. Porém, mesmo deixando perceber que não está do lado habitual das críticas contra as alunas, em diversos momentos o instituído se faz presente: a escola é lugar para se estudar. *Certo – mas também é lugar para você (e os colegas) viverem metade do seu dia todos os dias.*

É assim que, também, me ressonei no primeiro embate escutando “Ecos de Tarrafal” em Dezembro de 2010: *Eu sabia que **mulher grávida** não podia assistir às aulas. O nosso Diretor de turma, sempre dizia.*

E em outro momento, quando viramos o olhar para dentro de casa, sublinha, dando a perceber uma produção mais abrangente que incluía contextos de acolhimento como a família. Algo coletivo, que pretende desmoralizadora e pejorativa.⁷³ *Meu pai disse logo que soube que eu estava grávida, que na sua casa só tinha que haver uma mulher. E me mandou sair.*

De forma diferente, nos posicionamentos políticos e institucionais referem-se à gravidez nas escolas como problemática, e às alunas grávidas, como sujeitos de referência.

Não pretendi tomar a questão de um modo ou de outro; tampouco entrar no seu mérito perante meus interlocutores. Por se tratar de escola, escolhi alunas, deixando para o contexto da fala a especificação. De outra forma, procurava sempre situar-me no lugar de estranhamento, tão somente para não deixar cristalizar ou naturalizar posições. Por considerar

escolas e as alunas na gestão desta problemática. Sendo esta (o quê?), bem entendido, ser mais social e institucional, de cujas escolas, sendo seus pontos latejantes, são meros braços de extensão.

⁷³ É como se ser tratada por mulher grávida significasse o fim da carreira para uma moça. Pois a constituição da família, nessa altura, não é viável economicamente; os interesses dos homens diminuem, exatamente porque passam a ser mais firmes nas negociações e nos compromissos, onde procuram em primeiro lugar as condições de sustentabilidade nas relações. O fosso entre as maturidades de uma moça e de um rapaz, colegas de classe, se tornam maiores.

urgente reforçar a necessidade de uma re-consideração atual da problemática, sendo afinado com certas perspectivas e posturas críticas que sugerem a suspensão da medida. Embora esteja ciente de que essa suspensão não resolveria o problema, por ter a problemática pernas estendidas sobre o corpo social, lá onde o efeito da educação escolar poderia significar, e donde os sentidos e significados são também remontados e trazidos para a escola. Supor que os problemas provêm de hábitos, culturas e outros contextos fora da escola, lavar as mãos perante os problemas destas ou empurrá-las como problema para fora da escola se torna uma estratégia que seguramente inverte o sentido da educação. Pois, se *o mesmo rio não passa*, como é que ribeiras secas, ainda assim, podem continuar a ser rios?

Torna-se imponderável a necessidade de esticar as pontas e a análise um pouco mais além, e buscar ensaiar modos de pensar mais abrangentes, que não separem o individual do coletivo – a biologia da biografia, o público do privado, a escola das comunidades, as alunas dos seus familiares e namorados, professores e colegas-alunos, o modo de orientação dada pelo ME e as práticas “escusas” de sua implementação e execução no secundário, a disciplina e a indisciplina das normas educativas etc. Enfim, abrir as vísceras para colocar as veias ao sol, pela abertura da viseira para a rede das relações sociais, a trama institucional que dá forma e corpo às alunas grávidas nas escolas secundárias, à gravidez ali gerada enquanto problema; e então, escutar as dificuldades destas meninas, mulheres e alunas grávidas, de continuar seus estudos e, em última análise, de viver.

O que se deve fazer para que as alunas continuem a estudar? Seu mais caloroso desejo – diante dos sonhos de empoderamento social. Mais informação, educação e comunicação nas escolas; serviços de saúde voltados para jovens nesses e noutros espaços (afinal, a legislação⁷⁴ nacional é favorável à saúde reprodutiva, além de convenções internacionais⁷⁵ ratificadas serem claras em suas recomendações sobre a proteção dos jovens, das mulheres e da gravidez). Este modo tem sido o pão nosso que faz os dias se tornarem cinzas. Pois estas e

⁷⁴ *A Análise da Situação da Saúde Reprodutiva dos adolescentes (2009, p. 19 a 20)* afirma ser favorável o contexto jurídico cabo-verdiano, relativamente à proteção de adolescentes e jovens e algumas leis relativas à SSR, firmadas na *Constituição da República*, no *Código da Família*, nos Códigos Civil e Penal, e em leis como a despenalização da IVG até às 12 semanas de gestação (Lei Nº 7/87 de 14 de Fevereiro), a Lei de Bases da Saúde (Lei 41/VI/2004 de 3 de Abril) que garante a universalidade e a qualidade de acesso aos serviços de saúde.

⁷⁵ *A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1990)*, a *Carta da União Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança (1993)*, a *Declaração Mundial sobre a População e o Desenvolvimento (1994)*, a *Resolução AFR/RC45/R7 do Comité Regional Africano da OMS (1995)*, as *Recomendações da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (Plano de ação da Plataforma de Beijing – 1995)*, a “*Declaração sobre os Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento*” (2000), as *Recomendações da VI Conferência Mundial sobre a Promoção da Saúde (2005)*, as *resoluções da Conferência de Ministros da Saúde da OUA (2007)*, e a *Carta Africana da Juventude da União Africana (Fevereiro de 2010)*.

outras medidas institucionais são pensadas e orientadas por aqueles que, dentro desta rede de relações, ainda que restritamente a favor das instituições e sem se abrir para outras sensibilidades, supõem estar a dar o melhor deles. E pela luta de posições - deixar ou tirar -, pode-se estar a adiar, mais uma vez, a oportunidade de uma transformação institucional efetiva, pela abertura do campo de visão e de ação que incluía efetivamente “os interessados”.

4.2 Inclusão e exclusão: composições de um jogo

A vida é uma teia tecendo a aranha. Que o bicho se acredite caçador em casa legítima pouco importa.

(*Mia Couto, Cada homem é uma raça, 1990*).

Relembramos que uma das grandiosas materializações do pensamento de Amílcar Cabral, o pai da nacionalidade cabo-verdiana, no contexto do rompimento das correntes coloniais, foi a abertura das portas da escola às populações pobres (ao povo). O legado de Amílcar Cabral enquanto poeta, escritor, político e líder cativou e cultivou mentes das diferentes esferas e níveis sociais. Às crianças havia escrito que *lápiz e papel eram suas armas e bancos de escolas seus postos; que era o que a revolução lhes reservava, para o progresso da sua terra*.

Uma lógica de segmentação social foi quebrada. Uma nova disciplina é instaurada e, resultante disso, novos processos de gestão das populações e das políticas sociais escolares começaram. Inicialmente gloriosa e integradora porque generalizadora de políticas sociais. Se no tempo colonial as mulheres tinham acesso limitado às escolas e os princípios da gestão social e das populações incluíam a moral religiosa, quando grávidas, as moças já não estariam próximas de espaços de educação. O processo as segregaria em etapas anteriores. Nessa altura, mesmo as professoras, quando grávidas e solteiras, não poderiam exercer a profissão. Evidentemente a inclusão não era a questão. A lógica era outra. O sistema mudou completamente. Entretanto, como toda a dobra tem seu lado de fora e de dentro, um novo processo se iniciou.

A professora Maria Josefa, que atravessou com corpo e voz ativa esses tempos com várias transições, é tão paciente quanto repetitiva para me fazer entender melhor. A escola era considerada um espaço onde qualquer manifestação de sexualidade era proibida. *E era a última estação; o que for decidido ali é que valia*. Mas, mesmo após a independência, assim

continuou; de modo que, durante muito tempo, a gravidez se manteve distante dos espaços educativos. Os rapazes e as meninas já poderiam se sentar no mesmo banco, mas não deveriam se tocar; nem dentro na sala nem nos intervalos. Nessa altura, muita coisa mudou para as professoras grávidas - não era impeditivo lecionarem, mesmo sendo solteiras. Mas com o alargamento de acessos, em meados dos anos de 1980, os casos de gravidez nas escolas deixaram de ser esporádicos para se colocarem como questão - sem que o modo de tratamento, no entanto, se movesse a favor das alunas que engravidam sem serem casadas. *Quem já era casada tinha todo o direito. E quem não fosse tinha que se casar logo*⁷⁶.

Até que dois anos após a instauração da democracia pluripartidária, no contexto das mudanças educativas, foi permitido, incondicionalmente, que as alunas que engravidassem permanecessem nas escolas. Somente nessa altura as alunas grávidas se tornaram parte de “todos” na educação.

No final dos anos de 1980 havia uma pressão extraordinária sobre as escolas secundárias, que tinham dificuldades de acolher a demanda de alunos que chegavam do ensino básico. Nesse sentido, nos municípios mais populosos, foram sendo criadas escolas secundárias. E nos anos 1990 e seguintes, à medida que aumentava a pressão do nível básico sobre o secundário, foram sendo criadas escolas secundárias em todos os municípios. A luta pelo acesso universal que, nessa altura, incluía 6 anos de escolaridade, levou à superlotação das escolas. Em municípios grandes como o da Praia, o número de escolas secundárias aumentou de 1 para mais de 10. Deve-se entender que é tido como certo que todos os alunos tinham que ter acesso à educação. Por princípio, todos deveriam: o direito lhes assegurava a entrada no nível secundário.

Começou então a baila de critérios, cujos objetivos eram regradar e regular⁷⁷. No contexto das reformas educativas, procurou-se então, com base no Decreto-Lei 18/2002 e Decreto-Lei nº 41/2003, determinar os limites de acesso e permanência em diferentes níveis de ensino - limitando as idades de acesso, o número máximo de repetências aliadas à avaliação da

⁷⁶ Marco itálico porque a professora Josefa me sugere e a repete, vezes sem conta, até que meu olhar de estranhamento resolvesse confirmar, o que “de princípio” eu já deveria entender.

⁷⁷ Diante da generalização da reforma educativa, até o fim do ensino secundário, se estabeleceram três ciclos. E foram estabelecidos os limites de acesso e permanência: para o I Ciclo - idade de entrada 15 anos e permanência até 17 anos, não podendo ultrapassar duas reprovações; para o II Ciclo - idade máxima para entrar 16 anos (via geral) e 17 anos (via técnica); para permanecer o (a) aluno (a) não deve ter mais do que uma reprovação nesse ciclo e duas ao longo do ano letivo; Para o III Ciclo: idade máxima 18 anos, classificação igual ou superior a 12 valores nas disciplinas específicas obrigatórias do II Ciclo e/ou consideradas nucleares pelo ME, para acesso a uma área específica de estudo de escolha no III Ciclo. Desde que o processo disciplinar lhe seja favorável, não tendo sido penalizado nos últimos seis meses.

aprendizagem e comportamental (a situação disciplinar pode favorecer ou penalizar). Nesse contexto ainda, os custos com educação aumentaram para as famílias que tinham que contribuir, pagando propinas (mensalidades), tendo como finalidade anunciada a sustentabilidade, a garantia de qualidade.

Nesse rol de leis e decretos, a medida se firmou como orientação, por estar diante da liberdade e da democracia, de um estado de direito constitucional que garante a igualdade e o direito à educação, da valorização dos jovens, da promoção da mulher, da luta pela igualdade de gênero etc. Surge como uma orientação discutível, flexível, que não depende de discussões e consensos legais obrigatórios. E suas aplicações, de acordo com esclarecimentos do ME, devem ser analisadas e assumidas localmente, enquanto que, a nível local, justifica-se estar a cumprir as orientações. E, como era de se esperar, a medida de orientação teve a força de lei, na prática. Permite que os responsáveis lavem as suas mãos. Nos primeiros anos, afora casos bem sabidos de filhos de altas entidades sociais e políticas – que obrigaram as escolas a aceitar de volta as alunas-parentes-grávidas -, sempre que detectadas, as alunas eram expulsas – melhor dizendo, *orientadas* a anularem as matrículas. Salvo raras exceções.

Esse rio também deságua. Pois essa norma pode ser dobrada, desfeita e quebrada; embora no lugar dela possam surgir outras não necessariamente melhores. Michel Foucault, em *Historia da Sexualidade I: a vontade de saber* (1984), clarificou como o sexo e, portanto, a própria vida, haviam se tornado alvos privilegiados da atuação de um conjunto de poderes normalizadores, que já não tratavam simplesmente de regradar comportamentos individuais ou individualizados, mas que pretendiam normalizar a própria conduta da espécie. E que o que se produziu por meio da atuação específica do biopoder não foi mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas a própria gestão calculada da vida do corpo social.

Assim se pode compreender o novo modelo de gestão das políticas públicas relativas à vida da população.

O processo de transformação do direito ao genocídio numa necessidade social e política já tinha suas origens no genocídio colonizador, que perdura, sem diminuir, até o momento presente. O fato novo no processo político contemporâneo está no discurso legitimador do genocídio de seus cidadãos, apresentado pelos Estados como uma prática imprescindível para levar a cabo a regeneração da própria raça: “quanto mais morrem os outros, mais pura será nossa raça” (FOUCAULT, 1996, p. 209).

Muitas alunas levadas a anular a matrícula não foram aceites no ano seguinte por limite de idade previsto para o nível, ou por dificuldades de integração social na escola. Tal situação

deixa escancaradas as intenções ocultas da medida, porque estão assim, definitiva e maciçamente, excluídas do sistema educativo⁷⁸.

Nessas condições, a volta à escola das alunas cujas matrículas foram anuladas fica dificultada. A escola, apesar de tudo, é lugar de convívio, de reforço e de valorização da rede de amizades. Estas alunas, categorizadas de mulheres-grávidas que se afastaram da escola e perderam o ano letivo, tendo por isso perdido do seu núcleo de amizade nas escolas, terão dificuldades acrescidas na volta à escola. Num contexto em que, usando de todos os argumentos, o ME argumenta estar a defender a saúde das alunas e dos bebês, mas também a garantir-lhes que, diante das dificuldades de conciliar a maternidade e a escola, retomem os estudos, no ano seguinte, sem constrangimentos.

Castelo Branco (2009) reafirma, revisitando Foucault, que

Nossos tempos, assim, têm alicerçado muitas relações hegemônicas de poder fundamentando-as em justificativas e metáforas de caráter biológico e médico, onde o que está em jogo é a defesa da ordem social e da vida, contra os perigos biológicos, desagregadores e desordenadores, que certos tipos de pessoas carregam consigo. Toda uma tática política que assegura o modo pelo qual o Estado opera, a partir do final do século XIX, vem deste tipo de funcionamento: ‘a partir do momento em que o Estado passa a funcionar baseado no biopoder, a função homicida do Estado passa a ser assegurada pelo racismo’ (FOUCAULT, 1996, apud CSTELO BRANCO, 2009, p. 207).

Na verdade, esta forma de atuar clarifica o contexto de exclusão como forma de gestão de estado que muito se parece à chantagem, numa associação entre eliminação do outro para a purificação da sociedade.

Serve-nos ainda visitar Castelo Branco (2009) para lembrar que

O neoracismo que se inicia na era do biopoder, por um lado, se exerce segundo uma crescente e renovável divisão da população em grupos e subgrupos, em raças e sub-raças, numa escalada sem fim, de modo a que seja sempre possível, no interior de uma sociedade ou coletividade, apontar para grupos inferiores, patológicos, doentes, anormais, em oposição a grupos saudáveis, superiores, viçosos. (p. 32).⁷⁹

O neo-racismo ou o racismo, nesse caso, nada têm a ver com as habituais lutas entre raças. Trata-se, antes, das diferenças entre os que, numa determinada ordem social, se impõem como superiores, firmando essa condição sobre os desfavorecidos “inferiores”, sujeitos a diferentes formas de discriminação - o que Foucault (1996) compara ao genocídio por parte dos estados. Foucault (2006), aliás, afirma ainda que o Estado tem várias faces e

⁷⁸ No estudo sobre os estilos de vida dos adolescentes, realizado pela Associação Zé Moniz, este sublinha que a gravidez na adolescência é a 4ª causa do abandono escolar. E, segundo o Instituto Cabo-verdiano de Acção Social Escolar (ICASE), no estudo sobre a saúde escolar, no ano letivo de 2005-2006, 92% das alunas que engravidaram, interromperam o estudo por motivo da gravidez.

manifestações: “(...) quando falo de homicídio, não penso somente no assassinato político direto, mas em tudo que pode ser, também, morte indireta: o direito de expor à morte, ou de multiplicar para alguns o risco de morte, (p. 207). A escola torna-se uma grande máquina de vigilância da modernidade, que é colocada no lugar privilegiado de legitimação do saber. Por isso também é o local onde, através do ato de educar, os sujeitos são tirados do estado de selvageria para serem realocados na “marginalidade”, na periferia⁸⁰.

Por isso, a forma de pensar que aqui procuramos desenvolver, a um só tempo procura desculpabilizar as alunas, as famílias, os professores, os atores que assumiram e assumem as direções nas escolas; e devolver a todos a possibilidade de análise mais sensível do cotidiano, de modo que, a partir da análise institucional, se possam repensar as práticas sociais, se possam encontrar pistas para pensar de outro modo, implicar sem culpa nem receios e procurar formas de pensar e de intervir de modo incondicionado. Menos em modos verticais ou unidirecionais, mas situando os diferentes componentes e interventores como partes de uma rede, para, assim, dar visibilidade a pontos cegos que retêm os fluxos.

Afinar-se acolhedor dos incômodos é o desafio. Sobretudo fazendo-os durar um pouco mais no pensamento, a ponto de sentir suas teias e as indicações por onde sugerem pistas para pensar seus e outros caminhos. De outra forma, é evidente que a gravidez nesta fase da vida torna-se uma questão abrangente, uma vez que, apesar de ser habitualmente individualizada, é coletiva; apesar de institucionalmente tida por a-histórica, é historicamente alinhavada para construir presente/futuro. Para as meninas, é eventualmente adaptativa, sem deixar de ser inventiva, descontínua e sujeita a novas influências. Nesse sentido, as “alunas grávidas” e as escolas são pontas de um iceberg.

Tomar as gravidezes como doença e as meninas implicadas como únicas (ir)responsáveis; reprimi-las, alegando “maus exemplos”, para higienizar as escolas; deixar de lado os rapazes; posicionar-se indiferente às questões familiares e comunitárias e das próprias meninas grávidas é uma estratégia bem conhecida de individualização de fenômenos coletivos, de segmentação da vida individual para a estratificação social, como convém ao governo.

⁸⁰Centro e periferia, não se referem à geografia, mas à produção da diferença, da periferia, base justificativa sobre a qual a norma se afirma como centro.

4.3 Gostar, namorar e engravidar

Doze, treze, catorze, quinze anos,
retumbam-se os tambores:
estes rapazes são inocentes, eles são imaturos.
Não se pode ensaiar outros versos!
Ciência e devir não se casam!
... *elefantes de retalhos* continuam parindo *ratos imbecis*.⁸¹

Nos ecos dos três municípios que escolhi, havia uma repetição: “O pai da criança é/era de fora da escola”. Comecei então a tentar entender o que isso significava e o que estaria por detrás desse anúncio/denúncia. Assim, indicaram-me um caminho por onde poderia entrar em discussão. Ao fazer reverberar esta indicação junto de algumas alunas de A. S. Filipe – Praia, em Dezembro de 2010, num intervalo de aulas, diante da minha indagação, uma toma palavra pelas três colegas: *não gosto de ter como namorado um colega de sala. Além disso, eles são todos crianças. Não sabem nada. O que deveriam saber? - indago. Ao que a colega se anima, acrescentando: não sei, só falam asneiras.*

Nos ecos de Tarrafal, em dezembro de 2010, a questão voltou. *O que faço se são mais interessantes os de fora? Eu gosto mais deles.* A pergunta seguinte me ficou presa. Na verdade, fiquei pensando em como se fazem os gostos.

Em Cabo Verde, na preparação para a vida, aos rapazes são dispensados menos afetos, atenção e informações objetivas do que às moças, porque é suposto serem suficientemente fortes e auto-suficientes. Valentes, corajosos e de corpos fechados. Subjetividades e corpos moldados no forno da cultura, onde homens não choram e mulheres são seres frágeis e “abertos”. Esse contexto social e familiar dispensa maior proteção, pelo aconselhamento e orientação, às moças, ainda que estejam muito associados a formas e a imposições mais duras e às vezes intransigentes. E pode-se reparar que elas, antes de chegarem *a vias de fato* nas relações, já dispõem de um vasto conhecimento (de defesa) disponibilizado pelos pais, pelos familiares particularmente. Uma condição que, paulatinamente, foi tornando os rapazes inseguros diante das colegas da mesma idade. Eles recebem informações estereotipadas, relacionadas aos modos de fazer curvar. Talvez a isto estejam relacionadas as indisciplinas escolares e os altos índices de absentismo e abandono, comparativamente às meninas. Estes modos são insistentemente reforçados nas lides das práticas sociais e, certamente, formativas,

⁸¹ A grandeza do elefante, não fosse de retalho, jamais pariria ratos. Pois quando uma certa cultura, na sua lógica de reprodução de hegemonias, torna os indivíduos que afeta vítimas de si mesmos, enquanto o artefato não for confrontado com o teste de realidade que se tem diante dos olhos, a realidade não poderá ser transformada.

a ponto de terem como efeito certo a percepção de que as meninas amadurecem antes, mais cedo do que os rapazes.

De forma diferente, os rapazes mais velhos procuram, também, as moças mais novas para o namoro; mas o contrário já não é *rolante* - desvalorizaria a moça porque ao rapaz não é esperado ter essa capacidade. Nessas condições, as atitudes dos rapazes seriam pouco dadas a terem efeitos compensatórios nas relações, de modo que lhes restam poucas saídas além da timidez e da violência sob a forma de desprezo verbal. Embora a mídia diversificada e o contexto do combate à AIDS, desde o início dos anos de 1990, tenham mudado um pouco a perspectiva da compreensão masculina – do suposto saber, ser e ter, à negociação e partilha de poder.

Os pressupostos representativos e cientificistas assim constatarem, e vêm então justificar a aceitação da condição de os rapazes serem imbecis nesta idade, pelo menos comparativamente. Eles acabam, de fato, tendo que sentir e vivenciar a experiência de serem preteridos pelas colegas. Diferente das meninas que, nas mesmas faixas etárias, já possuem postura mais assertiva nas situações de abordagem sexual, afetiva e relacional com os colegas da mesma idade. Entretanto, ao que parece, ao procurarem os mais velhos, os de fora da escola, em busca de uma compreensão compatível “mais madura”, parecem ficar expostas em presença daqueles que têm mais experiência do que elas, onde menos podem equiparar-se diante das estratégias de sedução. Deste modo, as práticas de pesquisa representativas legitimam e alimentam discursos “científicos” que, por sua vez, tornam a realidade um dado que mais se deve aceitar do que compreender para mudar. O patriarcado, uma vez mais, não favorece nenhum dos lados: não garante nenhuma vantagem aos rapazes e coloca as meninas frente-a-frente com dificuldades variadas.

Alguns relatórios institucionais da Saúde e da Educação apontam os motoristas, policiais e guardas, sobretudo; ex-alunos e militares-novatos também, além de alguns colegas.

Professores e alunas com quem tive contato reforçam esse entendimento. Muito diferente, aliás, das análises que têm sido feitas em vários documentos de estudos institucionais, conforme se pode atestar em *Análise da Situação da Saúde Reprodutiva dos Adolescentes*⁸²:

⁸²Estudo publicado em Dezembro de 2009, refere na página 21, ao *Diagnóstico da situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua face ao IST/VIH/ SIDA*, realizado em 2005, pelo Instituto Caboverdiano de Menores, hoje Instituto Caboverdiano da Criança e do Adolescente (ICCA).

As jovens-meninas de classe popular, pressionadas pela urgência da chegada à vida adulta, geram filhos antes de seus parceiros terem condições socioeconômicas e a maturidade psicocultural para assumi-los plenamente e acabam constituindo famílias em que elas estão sobrecarregadas com os encargos da educação. É assim que a gravidez precoce, a constituição de famílias chefiadas por mulheres, a indisposição de grande parte dos jovens rapazes em assumirem responsabilidades pelos filhos gerados, contribuem para aprofundar o ciclo vicioso da pobreza. (...)

É assim que sobre uma suposta classe indefesa se instalam gravidezes e meninas precoces e culpa (não suportam a pressão)⁸³, rapazes imaturos (psicológica e culturalmente), bem como o lugar onde se justifica a pobreza. As instituições, quando a culpa não foca o indivíduo, voltam-se para campos indefesos como o da pobreza, o da periferia e, conseqüentemente, contra aqueles que “não queriam saber de si e de seu futuro”, como convém aos cidadãos, preocupados com o desenvolvimento do país.

Vale lembrar que, a partir do século XIX, os saberes, em especial as Ciências Humanas, criam uma complexa rede de instituições, multicausal e heterogênea, que trabalha em prol da defesa da sociedade. O resultado deste processo complexo de gestão da vida humana são indivíduos formados, constituídos pelos poderes. O poder, entendido no plural, deste modo, não apenas adentra corpos e normaliza comportamentos e atitudes, mas constitui as próprias individualidades. Mais ainda, produz as formas de vida e o dia-a-dia dos indivíduos, voltados para si e distanciados das demais pessoas, centrados quase que exclusivamente para seu próprio mundo e para seus pequenos rendimentos e recursos - o que Foucault chama de “individualismo”.

De onde vem a obrigação dos pais para com a educação e da escola para com o ensino, postura hoje sustentada de modo radicalizado? Quando a educação dos filhos se tornou responsabilidade familiar, dos pais? A certa altura, no séc XIX e XX, a ordem médica, o sistema educacional, o sistema judiciário, enfim, todo um complexo de saberes é crescentemente chamado a atuar. Os pais devem cuidar dos filhos, não devem deixá-los morrer, devem educá-los para entregá-los prontos, mais tarde, para exercerem a cidadania, o

⁸³ Quem pode suportar todo e qualquer tipo de pressão? Pois, é a questão que o pensar suscita, diante desta que se apresenta aqui como estória sem dono! (...) **Porque “pedir” é da lei.** (Ecos de um cotidiano, novembro de 2010). E despedir-se logo, vem da prática do não compromisso ou de “compromissos” vários.

Isso é uma arte... e ter meu carro me dá grande jeito. 12:50mn (estão a 10 minutos da escola, mas não querem andar a pé). Passo pelos grupinhos de braços esticados, pedindo boleia (carona). Vou devagar, devagar escolhendo grupos com aquelas “ki dja da kabeça” (mais maduras). Elas entram no carro em grupos. Eu vou logo reparando melhor. Puxando uma conversinha a me mostrar simpático. Mas também selecionando aquela que quero. Tem que ser rápido de uma para outra, caso esta não entrar na conversa. Querem ser sempre simpáticas e maduras. Quando vejo que há abertura, ofereço-me para trazer de volta. E vou logo buscando contato. Se conseguir um, já marco um lugar perto da escola para apanhá-la sozinha, porque dá para combinar melhor, pelo celular onde apanhar. Se não, combino de trazer todas de volta. Logo se vê. Mesmo que todas entrem no carro vou deixando uma a uma perto de sua casa. Deixo a escolhida para o fim. Convido um sorvete e depois ... é o vamos vê se dá.... Todas querem dinheiro e privilégios.

civismo, a vida laboral. Os pais passam a ser responsabilizados pelo desempenho dos filhos na escola. Passam a competir com os outros pais pelo bom desempenho de seus filhos, de preferência com desempenhos melhores do que os outros. Para ter êxito nesta tarefa educativa, os pais passam a solicitar e a obedecer a uma série de regras fundadas em ‘padrões’ de racionalidade prescritos por médicos, educadores, guias morais. E estes agentes do bom desempenho escolar constituem um discurso bastante paradoxal: pedem, chegam mesmo a exigir a total abnegação dos pais na educação de seus filhos, para depois, com total despreendimento, deixá-los partir, jovens adultos, para cumprirem, por sua vez, as suas ‘obrigações’ sociais, econômicas, políticas.

4.4 Entre as divisórias da casa.

No nosso contexto, às vezes os professores, as escolas e os pais são adversários; e às vezes cúmplices, responsabilizados ou culpabilizados, dependendo da análise. Muitos pais asseguram junto das escolas a permanência de suas filhas, outros declaram sua indignação para com as escolas que as toleram. Certos pais pressionam suas próprias filhas, censurando-as ou mesmo fazendo-as abandonar a escola. Muitos professores denunciam os casos, pressionam e castigam; outros são acolhedores, embora insatisfeitos.

Por isso, nesse contexto, muito há que pensar. Neste sentido, faço minha a questão de Luz e Silva (1999):

como fazer com que nossas intervenções possam contribuir para que o e a adolescente consigam cuidar-se e prevenir-se de situações que coloquem em risco a sua integridade e felicidade? E ainda por que para alguns adolescentes, mesmo participando de grupos e tendo acesso às informações sobre prevenção, não conseguem se cuidar e acabam tendo de enfrentar situações que podem constrangê-los. (p. 93).

Pode-se reparar a forma como se inscreve a lógica de higienização nas escolas. Está atrelada à inscrição, cada vez mais crescente, da partição do saber e, conseqüentemente, da segmentação da vida: questões da Saúde com o sector da Saúde; questões de ensino e da escola com as escolas; questões de delinqüência e indisciplina com as autoridades. Deste modo uma gravidez é, para as escolas, problema da menina, ou tem a ver com serviços de saúde; mas também é dos pais, na perspectiva de ver a educação contraposta à instrução; e enquanto problema, para as famílias, é questão das meninas e dos seus namorados, inicialmente ao menos; para os namorados, uma responsabilidade das namoradas e desafios

das famílias de ambos; em certos casos relacionados com a menoridade, questão da justiça, da polícia; para as meninas, um calvário - e só elas não podem exteriorizar culpas a ninguém. Falam, pois, de momentos difíceis e da relação de exclusão/expulsão das escolas e até do lar.

Dissonantes, as jovens enfrentam a segmentação de suas vidas de modo diferente. A seu modo, digamos. Certeau (1996) lembra como o cotidiano está articulado às *artes de fazer*, de inventar saídas. Pois a vida segue pulsante, muito além das segmentações que se fazem dela.

Diante de várias revisões da literatura recente a nível mundial, os estudos e pesquisas já são reticentes em afirmar que as gravidezes nessas idades são todas indesejadas. As instituições as assumem claramente. Como se vê no discurso do Ministro da Saúde de Cabo Verde, no prefácio do documento de *Análise da Situação da Saúde Reprodutiva dos adolescentes*, (2009).

Os dados estatísticos revelam que cerca de 10 a 12 por cento de jovens do sexo feminino se engravidam antes dos 18 anos, na maior parte das vezes *sem o desejarem*. Para além da questão da imaturidade biológica e psicológica para ser mãe, a maior parte não tem condições económicas para assumir a responsabilidade da criança, não raras vezes abandonam a escola, comprometendo o projeto de vida. A gravidez na Adolescência em Cabo Verde é um problema sério e que merece medidas adequadas (p.7, *grifo nosso*)

Apesar de o documento de análise em questão referir-se a estudos institucionais do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional de Estatística, mantém-se um campo cuja indagação mais apurada talvez possa esclarecer frente a quais perguntas e em que condições essa percentagem menor de jovens teria confirmado seu desejo por uma gravidez. Sendo certo que hoje se reconhece, através de esforços de vários estudos cartográficos, que muitas gravidezes tomadas por indesejadas não são entendidas deste modo pelos próprios jovens. E as instituições parecem diante desse fato, ter outros problemas a resolver. Assumir não chega. Pois, diante da constatação de um certo desejo da adolescente, uma aceitação por essa via em nada serve para facilitar a vida destas jovens. Pelo contrário, aumenta suas culpas e o peso das responsabilidades que recaem sobre elas. Não é evidente que aceitar que as gravidezes sejam desejadas represente alguma mudança na direção das políticas que dizem respeito às jovens-meninas. Se as jovens desejam as gravidezes, seria talvez mais útil pensar sobre o contexto e as condições em que esses desejos são produzidos. Aquela que pode ser uma expressa vontade adolescente de ser mãe, ser adulta e ser reconhecida pelos familiares e pelo namorado não quer dizer que tenha sido planejada. E muitas vezes o desejo de seguir com a gravidez diante da possibilidade de aborto⁸⁴ legal é tornada gravidez-desejada. Neste caso, talvez, está-

⁸⁴O aborto é legal em Cabo Verde. Em 1989, nas vésperas da abertura política, numa decisão pouco pacífica, o Governo de então, resolveu legalizar o aborto, diante do florescer do problema de gravidez na adolescência. A decisão agradou a

se mais próximo do desejo de ter o filho em gestação, do que o de engravidar como um projeto pessoal e social.

Certo é, ainda, que muitas gravidezes são sentidas pelos pais como um desafio à autoridade. E quiçá não deixem de o ser também, enquanto elemento de mais valia na luta pela autonomia e liberdade.

Como situar-nos, então, não só perante essas jovens “desejosas” da gravidez, mas também diante desses desejos de afirmação inoportuna pela gravidez?. Não podemos guiarnos por novos modos instituídos de enquadramento do problema sem que se tenha em devida conta a produção coletiva do indivíduo. Esta análise representa o início de um percurso contínuo, em diversas frentes, de cartografar, sem *pré-concepções*, as linhas de produção de subjetividades dos jovens nesta faixa etária, no contexto cabo-verdiano. Sendo assim, a questão se retoma: como evitar que os desejos, ou não, das gravidezes, sejam tomados em si mesmos, como problema ou não, para transformá-los numa entrada para análise, provavelmente de outras questões?

A caminhar nessas entrelinhas, sigo *Ecos* do pai de 15 - agora com 16 anos - de A. S. Filipe (dezembro 2010): *“a mãe dela fechava e trancava as portas à noite – e ela, saía pela janela. Foi uma medida que ela tomou. A medida foi o bebê. Além de demorar a chegar e não dar satisfação à mãe dela, tinha um menino para trazer. A partir do filho, ela tomou juíz:, não quer mais saber do rapaz que vem aqui algumas vezes para ver o menino.*

E ela quase não sai de casa, além de ir à escola. Agora resolveu estudar a sério.

No começo ela tentou se matar, tomando remédios quando estava na casa do seu pai-de-filho. Teve que ir a um psicólogo durante algum tempo.

Mas não tirou seu bebê.”

As atitudes das jovens como artes de fazer, apesar de problemáticas, podem ser entendidas de outro modo, de forma a ler a indicação de como há sempre uma forma criativa de conduzir a vida, com muito mais interesse para todos, ao invés de se enveredar pela linha reativa da culpa e do castigo. Talvez, dessa forma, haja melhores condições para a vida seguir outros rumos - também criativa, mas menos sofrida. Talvez aqueles que se entenderem como

sectores mais laicos, mas se mantem crítica junto dos religiosos. Porém nenhum governo subsequente retomou a questão. Uma decisão mais a favor dos jovens e muito desejada por muitos países de tradição religiosa judaico-cristã.

artistas possam inventar de novo, e de forma diferente - caso as atitudes prossigam inconvenientes, pelo menos poderão não ser penosas para ambos. Por isso, aqui se continua a reforçar a pergunta: que desejo é esse?; de onde ele vem? Da mesma forma que se procura instigar a pensar: por que uma gravidez nesta fase da vida se torna tão problemática?.

Como apoiar a luta contra a segmentação da vida que torna estanques e isoladas as suas diferentes dimensões: individuais, familiares, escolares, da educação ou da saúde?. Como agir contra esses atos-fertilizantes, viveiros de assujeitamento, que abrem corpos que por aí circulam e os fazem sangrar ininterruptamente? A lógica institucional reforça sua suposta linearidade, sua historicidade, sua legitimidade e poder, enquanto esquarteja a vida das pessoas que, sendo forçadas à divisão, recriam-se – tanto como parte dela, como também destoando dela, na procura de significados para a vida, reinventando seus cotidianos, ainda que de forma problemática. Dito de outra forma, vale indagar e questionar a luz que faz a sombra existir.

Neste caso, perguntaríamos ainda: o que há de social nas escolas e de que têm servido as escolas para o social e comunitário? Como é que as escolas podem ser úteis à educação e à saúde, e vice-versa? Como é que a gravidez pode permitir ler desajustes sócio-institucionais? Como é que escolas e professores e alunas e alunos e serviços de saúde e comunidades podem recentrar-se perante uma questão que é de todos? Com isso, poderíamos sentir a expressão das mudanças por que Cabo Verde passa nessa altura, para, só depois, começarmos a pensar no que fazer. Não antes.

Um certo modernismo crítico pode até assumir a vez dos indefesos; mas nada pode fazer além das reclamações por direitos violados, negados e subtraídos. Há certos componentes invisíveis das práticas em que tanto os adultos estudiosos quanto os chamados responsáveis representam pontos estáveis de retransmissão e retroalimentação. Neste contexto, a não ser de forma desafiadora, os jovens não têm voz ativa. Assumir a escuta dos jovens, por si só, parece justificar o bastante certas revisitas.

4.5 Eu só queria estudar

Poderia ser privilégio ser aqueles, através de quem, são encaminhadas mensagens à sociedade em relação a seus problemas mais críticos!

Atualmente parece ser uma tendência mundial, situando de modo específico as culturas ocidentais, referir-se à concessão de mais autonomia aos jovens⁸⁵, a partir de idades cada vez mais precoces. Paralelamente, há indicações de que a independência dos pais esteja a ocorrer em idades cada vez mais avançadas, e que a juventude⁸⁶ esteja sendo estendida para todas as idades. Nessa linha de pensamento, pelo que se percebe em Cabo Verde, a autonomia e a independência caminham a mesmo passo. A juventude cabo-verdiana permanece guerreira pelos direitos e oportunidades, diferentes e distantes dos adultos. E pelo que se pode ler, no contexto nacional e das famílias, à medida que os jovens procuram autonomia, é-lhes imposta a assunção da independência - o que, bem entendido, funciona como castigo.

Difícil aos pais conseguirem não se repetir. *Assim aprenderam que é. E as coisas não eram fáceis. Hoje tudo é mais fácil e os filhos nem querem saber.*

Se o que é for igual ao que era, sendo portanto um novo envelhecido, e há entendimento de que “tudo é mais fácil agora”, fica-se com a impressão de que os pais não sabem, hoje, o que está sendo. É assim que namorar aos 13, 14 anos, ou até com menos idade⁸⁷, se torna um risco grande porque, lá onde as jovens precisam de apoio, surge confrontação, sem possibilidade de diálogo. Muitas vezes ambos sabem do namoro, mas não se arriscam a admitir. Os desencontros iniciam, diante da necessidade de sair e ficar além da hora, por um lado; por outro, da pressão que, só a nível das aparências, não tem motivos; e desafios e ameaças, de ordens diferentes e de ambos os lados, se tornam uma constante.

⁸⁵Aqui a autonomia deve ser compreendida como autodeterminação pessoal e a independência como auto-suficiência econômica.

⁸⁶Em tempos atuais, sobretudo entre a classe dominante das sociedades industriais ela tende claramente a tornar uma categoria elástica que se estende pelas suas extremidades. Joel Birman (2006), com efeito, demonstra que, “o conceito de juventude foi recentemente subvertido, de maneira evidente, de forma que aquilo que era descrito outrora como sendo a juventude não pode ser retomado *ipse littere* na atualidade. Isso porque a temporalidade da juventude se alterou de maneira substantiva, seja na transformação da infância que a precede, seja na idade adulta que a sucede.” (BIRMAN, 2006, p. 2)

⁸⁷ O Instituto Nacional de Estatística (INE), tal como traça, metodologicamente, nos IDSR I – 1998 e IDSR II – 2005), a recolha dos dados é feita a partir da faixa etária de 15-19 anos. O que deixou uma porção considerável e importante da população com idade compreendida entre os 10-14 anos de fora. Como consequência, não existe uma base de dados nacional que permita uma melhor caracterização e compreensão da situação da gravidez e da sexualidade nesta faixa etária, em Cabo Verde. Os dados relativos aos casos de gravidez em menores de 15 anos aparecem em estudo como o da Associação para a Solidariedade e Desenvolvimento Zé Moniz (AZM), (2005). De acordo com este estudo, as raparigas iniciam a sua vida sexual bastante cedo: (5,4% das raparigas que frequentavam as escolas secundárias no ano lectivo 2003/2004, afirmaram ter iniciado a sua vida sexual com 11 anos ou menos, 12,5% entre 12 e 13 anos e 82,1% com 13 anos ou mais).

Por seu lado, os dados sobre o bem-estar (QUIBB 2006), sobre o abandono escolar, mostram ainda que de um total de 297 raparigas que abandonaram a escola, nesse ano, por motivo de gravidez, 133 frequentavam o Ensino Básico, ou seja, tinham menos de 15 anos.

De Tarrafal se podem escutar namoros escondidos de há anos. As famílias ficam sem saber. Por receio e por medo: *Tinha 13 anos e ele 15. Quando a família soube, eu tinha 16 e ele 18. Ele arranjou outra namorada, houve alguma confusão e a minha família soube e quis que largasse. Eu tinha dito que não deixava o namorado. Mas depois deixei, por mim mesma. O segundo, de quem engravidei, só a minha irmã sabia. Era numa despedida; foi a primeira vez que ficamos sem camisinha, e me engravidei. Meus pais quando souberam, eu já tinha quatro meses de gravidez. A minha mãe estava desconfiada porque controlava minha menstruação. Mas eu escapava das conversas dela. Estava no 9º ano.*

Por minha mãe, eu não sairia de casa. Mas meu pai me disse que na casa dele só tinha lugar para uma mulher. Nem queria que fosse para a casa da minha prima. Disse que tinha que ir para casa de quem me fez aquilo. (...) agora está tudo calmo aqui, embora precise de dinheiro para pagar escola particular⁸⁸. Além disso, tenho meu filho para cuidar

Cruzando Ecos, percebe-se que as posturas dos professores são em moldes semelhantes. *Porque hoje os professores estão no chão, como os alunos; até retiraram os estrados das salas.* (Encontro com um professor, Janeiro de 2010),

As meninas, para não se denunciarem, apertam a barriga. Para não serem interpeladas e chamadas à direção, procuram amizades ali – vão protelando até conseguirem terminar as aulas. Reduzem suas possibilidades de circulação nas escolas de forma a permanecerem-se nas salas e sentadas; aguentam caladas as críticas dos colegas e os rancores dos professores. Porque, sendo apanhadas, são encaminhadas das escolas para suas casas, de suas casas para as dos namorados e, por conseguinte, destes espaços para a amargura e a pobreza.

As mães parecem sentir com a pele o sofrimento de suas filhas; e as acolhem, apesar das condições e adversidades.

Assim Calheta de São Miguel revivia o passado, em Janeiro de 2010: *Embora o marido da minha mãe quisesse, fui aconselhada por familiares a não sair de casa para ir morar com o meu namorado. Ele morava sozinho e me fazia mulher dona de casa muito cedo; e assim, não poderia continuar a estudar. Ele me expulsou de casa por duas vezes. E minha mãe sempre ia me buscar, ou minha avó me trazia de volta. Até que a minha mãe resolveu que se eu fosse expulsa novamente iria junta.*

⁸⁸ Escola particular em Cabo Verde é um recurso, diferente do Brasil onde faz parte do sistema regular.

AÍ AS COISAS SE ACALMARAM E PUDE CONCENTRAR NOS ESTUDOS E NO FÁBIO QUE ESTAVA PRA NASCER.

É assim que a vida, de fininho, vai se escapando, engendrando possibilidades de resistência a cada momento. Temos então a produção de um si como remansos de um rio, “remansos com suas próprias correntezas, muitas vezes divergentes com relação à corrente maior” (CARDOSO Jr, 2005:188).

*Eu era mais gordinha e consegui esconder. Não saía nos intervalos a partir do quarto mês de gravidez. Duas colegas minhas tinham amigos na Direção da escola e conseguiram atrasar a decisão de acordo com o tempo que precisavam. **Conheci outras três** que saíram antes para não passarem vergonha. Eu fui até o fim, só as minhas amigas sabiam. Fui até o último dia. Mas faltei algumas vezes e a minha nota não estava boa. Também tinha dificuldade de pagar, e no final do ano cobriram as minhas notas. Quando um professor me disse que não tinha sido reprovada, fui pagar, mas tinha ido para o recurso; e já estava fora de época. Então fiquei fora da escola de vez. Agora tenho que trabalhar e pagar para estudar. É o que estou fazendo. (Ecos de Tarrafal, 18 anos, dezembro de 2010)*

Seria preciso um novo saber que permitisse a escuta da expressão das vergonhas depositadas em corpos de “meninas-mães” nas escolas secundárias de Cabo Verde. Não cabe perguntar por que estão engravidando. Tânia Catharino⁸⁹ aponta que, “nestes casos, a ênfase se desloca dos fins para os significados”, e sugere que se tente entender a mensagem que está sendo transmitida a respeito da vida nesta sociedade.

Grande parte das análises que abordam esse fenômeno perde de vista a contextualização da problemática, que a nosso ver, não se reduz a ponderações maniqueístas, tal como: bom/ mau; certo/ errado; mas que requer uma análise que desvele seus fundamentos históricos, sociais, políticos e psicológicos. (...) (CATHARINO, idem, p. 33)

Busco então “outros ecos” quando surgem imponentes, além das confrontações com as descobertas problemáticas e das soluções de compromisso em vários relatórios e estudos. Tal como pude sentir nos ecos ressentidos de Calheta da São Miguel, em Janeiro de 2011:

Estava grávida desde o ano letivo anterior, fiquei na escola porque não souberam - eu não disse a ninguém. Mas nesse ano (há um ano e meio) não dava para esconder. Pediram para abandonar, mas continuei indo todos os dias para a aula.

⁸⁹ (Versão do prelo, p. 15)

“EU SÓ QUERIA ESTUDAR”,

- foram me retirar de dentro da sala, porque não podia assistir às aulas. Fui para outra escola que se dizia que aceitava, porque sabia que ia conseguir. Fui aceite - numa escola da mesma rede pública, em outro município -, porque os professores são mais tolerantes.

“LUTEI e CONSEGUI”,

– fazer minha festa de finalista no mesmo ano que os colegas da minha sala.

Tinha pouco a dizer além de: é preciso ser guerreira - vale sempre lutar! Ganhei um sorriso, diante dos olhos “rasos de água”. (*grifo meu*).

Os bebês, sim, lhes devolvem a tranquilidade e a aceitação que desejam. Aceites e tidas por responsáveis, com certa autonomia, se tornam calmas, seguras e cooperativas.

Só depois passei a ser tratada de modo diferente, lá em casa e pelos vizinhos.

Me sinto segura, porque tenho que decidir quase tudo que tem a ver com meu filho. Agora também faço as coisas com mais atenção. Sinto que passei a ser respeitada por meu pai. (Ecos de Tarrafal, Dezembro de 2010)

As meninas demonstram como conseguem copiar as matérias, quando têm que faltar às aulas; como muitas colegas e amigas ajudam no estudo; como uns professores colaboram, e outros não – incisivamente nas aulas de educação física, onde a prática se torna mais crítica.

Uma das impressões advenientes das expressões das alunas entrevistadas que tiveram filhos há cerca de um ano, e que pode ajudar a elucidar um dos marcos do funcionamento social, é o fato de estas meninas de 14, 15 e 16 anos se tornarem responsáveis - se sentem respeitadas e de certo modo autónomas, ainda que estejam, como é a maioria dos casos, a morar com seus pais; ou seja dependentes economicamente.

Em Catharino (2002, p. 60), num *Diálogo com Calligaris*, pode-se constatar como na modernidade, apesar de os jovens serem sujeitos capazes, instruídos e treinados por mil caminhos – pela escola, pelos pais, pela mídia – para adotarem os ideais da comunidade, uma vez transmitidos os valores sociais mais básicos, há um tempo de suspensão entre a chegada de maturação dos corpos e a autorização de realizar os ditos valores. Essa autorização é postergada, como convém a uma ordem social que os próprios jovens têm dificuldades de entender. Porque, conforme se sugere no trabalho em pauta de um modo ficcional, qualquer

um que chegasse de fora, depois de se inteirar dos *modus operandi* sócio-comunitários e de conquistar as habilidades requeridas, se frustraria diante do adiamento da sua possibilidade de realização. (p. 15- 16). Cabo Verde parece um retrato desse modo de conceber.

Ainda segundo Catharino, ecoando Calligaris, “não é difícil verificar que, em épocas nas quais essa moratória não era imposta, jovens de 15 anos já levavam exércitos à batalha, comandavam navios ou simplesmente tocavam negócios com competência (CALLIGARIS, 2000, p.17 apud CATHARINO, 2002, p. 60). A autora dá seguimento ao diálogo:

No entanto, nos alerta ele (Calligaris), os jovens de nossos tempos, além da moratória imposta, se vêem às voltas com um outro valor, mais essencial que o **amoroso-sexual** e o do poder social. É o valor da independência e da autonomia, um ideal que, na modernidade é colocado acima de qualquer outro valor. No entanto, também ele é postergado, o que é justificado pela própria falta de maturidade do adolescente. (Idem; *grifo nosso.*)

Para as meninas grávidas, os bebês parecem marcar o fim da moratória. As expectativas deixam de ser idealizadas para se tornarem práticas e atuais. Elas se sentem seguras, tendo responsabilidades concretas. E, ao retornarem às aulas, já se sentem maduras e experientes em relação às colegas. Com os vizinhos e com os pais sentem-se respeitadas. Têm espaço, oportunidades para agir e tomar decisões que dizem respeito a elas e ao bebê, da mesma forma que lhes são dados mais ouvidos e valor social.

Eu não pretendia criar netos. Mas esse aqui vai ficar aqui. Pode até vir a ser dono dessa casa, mas não aceito mais atrevimentos. Ele me diverte, agora que fico mais tempo em casa. (Outros ecos do pai, A. S. Filipe, dezembro de 2010).

Ela pode ir para escola sem preocupação, eu não tenho mais nada para fazer. Esse menino é muito esperto, andou com nove meses e agora brinca normalmente com sua prima mais velha (Outros ecos da mãe, A. S. Filipe, dezembro de 2010).

Ela brigava cada vez se lhe falasse sobre anular a matrícula. Era boa aluna - fazia o seu trabalho. Deixaram de incomodá-la. Terminou seu ano muito bem. (cruzando ecos, em conversa com um professor, janeiro 2010)

Os bebês, e todo o sacrifício, bem entendidos, são *condições de aceitação*. Ganhos que satisfazem e constituem motivos de inveja. Ingredientes suficientes para realimentar a máquina e sua capacidade produtiva, de desejo de ser mãe, de desejo de gravidez, diante da vontade de afirmação e da ânsia pelo respeito e reconhecimento social.

Contra toda a legitimidade do poder, mil formas de resistência e toda a força da criação. Neste sentido, lembrando Michel Foucault, “ser otimista é saber que tudo é produzido” - porque sempre se pode fazer de outro modo.

5 AS BORDAS DO ESPELHO

“Não tenho mais do que uma ocupação: voltar a fazer-me”.
(Artaud)

O desenrolar das discussões anteriores, pelas escutas aos Ecos jovens e pelas reflexões ressonantes com diferentes autores, lançando o olhar sobre as inquietações dos jovens em Cabo Verde, permitiu a problematização de um campo alargado, considerando um tempo histórico de vivências e de experiências diversas no qual se demarcaram três momentos elucidativos.⁹⁰ Uma demarcação arbitrária, porém assim situada à partida, em consideração às importantes mudanças nos campos político, social e econômico. Desta forma, também foi possível a penetração na trama sociocultural, numa perspectiva de análise institucional. Um plano de análise e de escuta em que o ver-se como uma produção coletiva individualizada se alinha ao foco de visualização de um campo semeado - de processos de produção do indivíduo e da re-produção social⁹¹ - permitiu observar e analisar processos de subjetivação ou de produção de subjetividades. Os contatos muitas vezes facultaram um corpo-a-corpo que abriu caminhos para o encontro dos processos de afirmação da autonomia dos jovens em Cabo Verde, seguindo um percurso “cartográfico”.

Apesar das mudanças no campo político e econômico, na prática social prevalecem tensões. A velocidade das mudanças a que o social foi forçado, arrastado pelas transformações políticas - independência e democratização -, produziu como efeito a chamada liberdade, por referência ao estado de direito constitucional. Entretanto, a desconfiguração de figurinos históricos sem que houvesse ainda tempo de re-composições mais ajustadas no corpo social criou um espaço quebradiço que pode ser sentido pela noção de liberdade pouco sensível às diferenças, aos menos favorecidos, e que é muitas vezes violenta. Creio que o tempo da experiência também conta, reforçando as margens da compreensão de si e das experiências,

⁹⁰ Os três momentos referem-se aos períodos que culminaram com mudanças políticas de caráter “revolucionário”: de um período longo que se perde no tempo, onde certos modos coloniais de dominação, organização e reprodução social vêm perdendo forças, culminando com a independência do País (1975). Esta, por sua vez, ainda que tenha sido sem grande derramamento de sangue nas ilhas, teve um grande impacto em toda a estrutura e organização sociais - sendo instalada e mantida por 15 anos, através de um governo de partido-estado de orientação socialista. Durante esse período, porém, como previra Frantz Fanon, os heróis “não pensaram em ser colonos, mas em substituir os colonos”. Esse regime, entretanto, empurrado pelo vento do Leste europeu, dá lugar (em 1990) à efetiva democratização do País, abrindo-o para o mundo, configurando-se como país de estado moderno.

⁹¹ E assim, de forma crítica, seguiu-se como a ver nascentes jorrando, donde as águas são conduzidas em córregos construídos histórica e socialmente e em levadas adaptadas rumo à plantação; mas também os ímpetos de forças persistentes das águas *transbordantes* que fazem ceder as margens; e esse lavrador que volta à nascente a re-compor caminhos, tropeçando em memórias levadas de outrora e os novos cursos por onde águas cantarolam a vida.

nos contextos sociais: mais próximos das famílias e no campo relacional. E certas imposições, ditadas pela ordem econômica atual, ameaçam as vozes que são tidas como pouco viáveis na esfera econômica.

Houve uma tentação persistente, ao longo do processo de pesquisa, de conduzir essas discussões para o campo de *confrontação* com a recriação artística. Um campo muito fértil onde há referências e indicações sensíveis para os diferentes problemas sociais debatidos ou simplesmente sublinhados. Neste, vários trabalhos de criação, pela literatura e pela música, fazem entrelaçar a realidade na sua complexidade e tecem análises ricas e sugestivas ao pensamento sobre as transformações sociais, mais libertárias ou mais contidas.

Assim, ainda que de forma sutil, foi-se dando azo à vontade de inaugurar e nivelar cercas, ou, de outro modo, desestabilizar fronteiras entre histórias ficcionadas em literaturas e aquelas inscritas na memória e, indelevelmente, marcadas nos corpos dos indivíduos. Certo de que se a história e a literatura trazem o passado projetado e projetável, o seu disfarce e as suas intenções podem ser lidos no presente, através de posições e ações nas quais as reconfigurações se presentificam no aqui e no agora, ainda que sob a forma de ficção; porém, consequentemente, sem negações nem determinações memorialísticas ou memoráveis. Pura antropofagia do tempo e da história, numa magia que exige atenção para sua apreensão e elucidação das remontagens. Um olhar que se motiva, mas também impõe uma certa cautela devido à necessidade de leituras cuidadosas, a ver como também contribuem para denunciar os caminhos da exclusão social e dão oportunidades de sair-se de si e seguir o curso dos fluxos da realidade de vida dos jovens. A arte majestosamente impele o pensamento a sair do lugar certo, da estabilidade e da racionalidade preguiçosa. E coloca o pensamento na ordem do dia. Aqueles que se habituarem a fazer esta caminhada já não podem segurar seus próprios pés diante da vontade do caminho. Veja-se, a título elucidativo, o caso remontado nos escritos romancistas de Germano Almeida⁹² em *Os dois irmãos*.

Numa linha crítica e analítica, sobre as condições socioculturais do exercício da autonomia, Germano Almeida, contador de estórias, como se autodefine, em *Os dois irmãos* repara para o contexto e as margens do exercício da autonomia de um jovem de uma comunidade do interior da Ilha de Santiago. Germano, voltando-se aos idos de 1976 em que era promotor de justiça, mapeia no livro, com alguma ironia, os instituídos que guiavam as práticas sociais de então. Porém, para isso, desta feita, volta-se para si mesmo, embora seja

⁹² Germano Almeida, escritor cabo-verdiano que se intitula contador de estórias, particularmente quando se lhe procura enquadrar em cânones da literatura.

um Germano de outrora e em outros tempos, em que mais podia aplicar a lei do que fazer justiça. Agora, no entanto, retoma a história em forma de estória para demonstrar as condições críticas do exercício da lei, das possibilidades da prática social e da prática de si – da autonomia e da justiça, numa comunidade do interior da ilha de Santiago. Na epígrafe desse livro de *com - ficção*, como quem procura fazer as pazes consigo mesmo, sublinha.

“A história que serve de suporte para esta estória aconteceu lá pelos anos de 1976, algures na ilha de Santiago. Como agente do Ministério Público, fui responsável pela acusação de “André” pelo crime de fratricídio. Só muitos anos depois percebi que “André” nunca mais me tinha deixado em paz. Devo-lhe este livro no qual a realidade se confunde com a ficção”.

O livro demonstra como em circunstâncias nunca esclarecidas, André e/ou “a sua aldeia” acabariam por assassinar João. Este é seu irmão mais novo que o traiu levando sua esposa ao adultério. André, na época do adultério, se encontrava em Portugal, por onde havia saído à procura das condições de vida ditas melhores na ex-metrópole, enquanto sua esposa morava com os pais em Cabo Verde. “Regressa, no contexto do aviso do adultério e movido pela saudade; vivia provavelmente com outra mulher; ao regressar, sequer concorda com o “veredito” popular e moral que os seus familiares haviam sentenciado a João e que lhe caberia executar – “matar para lavar a honra”, em nome dos costumes do local. Vê nele, antes, o seu querido irmão mais novo, por quem tem afeto e de quem sentiu saudades. Nem o leitor nem o narrador nem o Promotor Público, que faz agora de escritor, entendem claramente o que aconteceu naquela fatídica madrugada de baile. O certo é que João é assassinado, André assume a culpa do fratricídio. O Direito é exercido, sem que a justiça seja feita. Justiça esta que é ensaiada mais tarde quando o promotor vira escritor, o escritor vira contador de estórias e esclarece que o livro é o relato de “uma estória real”. Assim nos conta o contexto da aplicação da pena:

É evidente que essa conclusão não foi de modo algum pacífica e nas suas alegações de recurso a defesa considerou-as dubitativa, senão mesmo ligeira e leviana, e para melhor exortarmos o Supremo Tribunal a revogar aquela injusta sentença não teve nenhuma dúvida em afirmar que o Réu não tinha sido senão um mero instrumento de execução de um irrevogável mandato popular, tão ínsito na consciência daquele povo que seu desrespeito teria sido um escandaloso ultraje a valores que estão muito acima e muito para além da consciência individual. Razão por que, continuava, André Pascoal sozinho nunca poderia ter tido suficiente audácia para pôr em causa esses superiores ditames de sua comunidade e por essa via desafiar o seu total e eterno desprezo. Germano Almeida (2000. p. 13)

André aceita a “sua culpa”. No ato do julgamento, perde a memória do acontecido - de fato, perante a lucidez das testemunhas. A sua consciência in-voluntária vagueia e segue o relato das testemunhas que a recompõem e restabelecem a norma. O coletivo individualizado se reafirma em detrimento da vida. Para olhar para si e para a vida, muitas vezes, como bem sugere Foucault, é preciso recusar aquilo que somos. Ativar o pensamento crítico que afina a sensibilidade para os acontecimentos e para as experiências.

A pior atitude do João não parece ter sido o fato de ter traído o irmão, mas sim de passar a vida toda desafiando as matrizes da ordem familiar e comunitária - o que o fez merecer um amor sempre disfarçado do pai e uma atenção sempre receosa da mãe. E enfim, a condenação familiar, comunitária, com pena de morte. A menina, moça, mulher “adúltera” é, dos personagens da estória, o de menos destaque. Nenhuma voz. Talvez seja uma representação realista do papel que ela poderia e deveria desempenhar.

A consideração de que não seria suficiente pensar que o indivíduo pode ser autônomo, independente e livre por não estar sob regimes totalitários ou entre as grades, aparece frequentemente em contextos de criação literária e artística, de modo geral, em Cabo Verde. Em muitas situações se pode reparar como alguns criadores/re-criadores mapeiam contextos de controle social apertados que orientam as posições e margens de suficiências individuais, procurando encontrar brechas por onde se possa pensar e sentir indicações para a entrada em campo de outras forças, no jogo das relações de poder.

Como libertar o indivíduo de suas próprias amarras, posicionando-o prontamente para a ação diante dos desafios que se lhe apresentam sem cessar? É nesse sentido que, por um lado, numa perspectiva de historicização das verdades estereotipadas - constitutivas de certos processos de identificação individual e sociocultural -, procurou-se refazer este percurso numa conjugação entre estórias ficcionadas em literatura, testemunhos, memórias e reflexões oriundas de diferentes campos.

Nesse contexto, a preocupação foi tanto menos com a verdade dos fatos, quanto mais com as verdades moduladas nas compreensões e leituras individuais, *explicitadas* nos contatos sociais. Ou, de outra forma, com os traços e as marcas reafirmados nas memórias individuais ou rabiscados, retratados e insinuados na literatura. Sendo um projeto para a vida, certo é que mais versões surgirão, e espera-se caminhar sempre para as substâncias e as motivações destas; aos papéis que desempenham nas construções de modos de vida mais libertários. As semelhanças e as diferenças talvez possam representar enriquecimento, e não desvios ou superficialidades.

Elucida este aspecto novamente Alessandro Portelli (idem), quando afirma que “... o reconhecimento de existência de múltiplas narrativas nos protege da crença farisaica e totalitária de que a ‘ciência’ nos transforma em depositários de verdades únicas e incontestáveis.” (p. 15). Da mesma forma que “a busca utópica da verdade protege-nos da

premissa irresponsável de que todas as histórias são equivalentes e intercambiáveis e, em última análise, irrelevantes.”⁹³

A ideia recorrente, portanto, é a de olhar para o ponto de mutação que se estabelece – ponto de ruptura e de afirmação, *nas bordas* do tempo, da memória e da história. Uma rachadura com a história representativa, seja ela de teor mais ficcional ou mais oficial, possibilita a visualização de uma dobra com toda a sua legitimidade, potencialidade e função. Assim corremos atrás de processos estéticos, e não da tentativa de construção de artifícios epistemológicos. Na busca da construção do presente e não da repetição, deliberada ou negligente do passado, ou da projeção onisciente de um futuro melhor.

⁹³“ Busca utópica” entendido no sentido que o autor traz: *um compromisso com a verdade, uma vontade de saber como as coisas realmente são, equilibradas por uma atitude aberta às variáveis de ‘como as coisas podem ser’.*

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) tinha dois caminhantes cansados e sequiosos. (...). Numa encruzilhada do caminho se encontraram e nessa encruzilhada tinha um homem com um moringo (*uma vasilha*)
 de água fria.
 “Dá-me de beber”, disse um; “dá-me de beber”, disse outro.
 “O meu moringo tem água fria. Tem a água fria da fonte. Quem me disser quem é,
 quem melhor o fizer, esse há-de beber”. Disse o Homem.
 “Eu sou De Onde Venho; e assim me chamam”. Disse um.
 “Sou Para Onde Vou” disse o outro.
 O homem achou por bem dar de beber ao De Onde Venho. Mas o Sábio, quando
 soube, repreendeu-o, dizendo:
 - O De Onde Venho está completo. É passado. Davas tu de beber ao Para Onde Vou.
 Ele traz nele o De Onde Venho e ainda está por se fazer. Assim fizesses, terias sido
 justo e sábio⁹⁴.

Sou Para onde Vou. Mas, para onde vou? Assim, aprendi a me satisfazer enquanto estiver caminhando.

Quanto às preocupações deste trabalho, desde que as transformações sejam “libertárias e libertadoras”, valem. Portanto, não se pretendeu nenhum anarquismo entendido no seu sentido menos nobre. Mas, talvez, começar a pensar sobre as condições que possam facilitar aos jovens serem efetivamente protagonistas de si mesmos. Protagonistas dos processos que conduzem à procura de soluções para os desafiantes problemas que pesam sobre eles. Certamente não se trata daquele protagonismo pré-fabricado que impõe um conjunto de condições e procedimentos e que acabam conduzindo os jovens de um problema a outro, sem que possam pensar por onde estão caminhando. Este é o sentimento que angustia a cada abordagem sobre as juventudes que se vá tentar entender. Pois, ao mesmo tempo que se invejam suas irreverências, se desconfia de sua ação. São sempre recursos reais, valores de uso político ou econômico, mas quase nunca entendidos nas suas virtualidades, como potência das mudanças e para as transformações que não sejam aquelas programadas em função do passado ou para um futuro melhor.

É nesse sentido que fecho este trabalho abrindo-o - uma nova janela que se junta à declaração de “guerra” à exclusão de jovens, denunciando seus caminhos, por onde o sol

⁹⁴“ In TEIXEIRA, Augusta (2010), conforme sublinha na sua nota nº16 Tradução livre, pela aluna, de uma estória contada em cabo-verdiano” (p.18)

nascente “para todos” é uma realidade “para alguns”; e onde o “para qualquer um” se torna *palavra de ordem* para o pensamento e para acção. Afinal, retumbando com Deleuze, na lógica de paráfrase: escrever é refletir e pensar, e é também uma questão de devir, sempre inacabada, sempre em vias de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. É um processo, ou seja, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido.

A re-vira-volta intentada em certos momentos não tem a pretensão de instituir uma nova epistemologia, a não ser que esta seja tomada como a dos sussurros das diferenças, do cotidiano da vida de qualquer um. Como querem muitos estudiosos de R. Lourau (...), tratar-se-ia de ver nos indivíduos não conformes, nos grupos marginais, nas categorias sociais anómicas, não somente fenómenos significativos em relação ao sistema social e aos modos de integração, mas os produtores de sentido da sociedade. Conforme explica este autor, não é somente a sociedade que confere um sentido a esses fenómenos, mas são esses fenómenos que dão um sentido ao conjunto da sociedade.

Há muito que a pulga subversiva vem incomodando. Um sentimento travesso que se tornou companheiro. É como se, ao sair, uma porta se fechasse atrás, deixando-nos ao relento e entre os infames⁹⁵. Terá sido um devir minoritário? Todas as discussões levam às juventudes – diversas, divergentes, problemáticas em Cabo Verde. Os anos de experiências e de trabalho com jovens são testemunhos de uma gama de satisfações e angústias vividas por longos cinco anos a lidar com essa problemática. Mas, uma vez que bem de início cheguei a uma porta por onde sairia para não mais entrar, não ao menos por medo do frio, esta discussão justifica uma escolha inconformada a certas delimitações de conveniência. Todos os calafrios quero mais senti-los na pele do que imaginá-los por debaixo de agasalhos ou entre firmes muros da razão, da cientificidade e das verdades imutáveis; até mesmo de opções momentâneas. Cheguei ao ponto de sentir os ossos a ranger de dor, porque cada gesto parece uma armadilha e uma denúncia, cada palavra um punhal e cada discurso uma grade que quadriculava o sol. Já não me interessa tanto pelo próprio pensamento, me importa mais sentir do que pensar. Uma vereda estreita que me parece singular para seguir sentindo e pensando.

⁹⁵No sentido que Foucault lhe atribui, retomado por DELEUZE (*Foucault - rodapé n.º. 3 p. 102*): “Devemos ressaltar que Foucault se opõe a outras duas concepções de infâmia. Uma, próxima de Bataille, trata de vidas que entram para a lenda ou história por seus próprios excessos (uma infâmia clássica muito ‘notória’ – a de Gilles de Rais, por exemplo -, portanto, uma falsa infâmia). Segundo a outra concepção, mais próxima de Borges, uma vida se torna legendária porque a complexidade de sua trama, seus desvios e suas descontinuidades só podem alcançar inteligibilidade mediante um relato capaz de esgotar o possível, de descobrir eventualidades até mesmo contraditórias (uma infâmia ‘barroca’ da qual um exemplo seria Stavisk). Mas Foucault concebe uma terceira infâmia; na verdade, uma infâmia de raridade ou escassês, a de homens insignificantes, obscuros obscenos e simples, que devem apenas a processos, a relatórios policiais, o fato de aparecerem por um instante à luz. É uma concepção próxima de Tchekov.”

Tudo se espalha ao redor, sobretudo quando é muito contido. A vida social pode até ser seccionada para ser representada, mas daí a ser transformada, as pontas, os andarilhos do cotidiano dispensam as suficiências dos “ômetros” e a mestria das “logias”, e aqui se denuncia a mágica dos “ismos” como modo de se encontrar com o real em toda a sua majestade e exuberância. Nesse sentido, tentamos seguir as cercas da juventude em Cabo verde. Não para efetivamente responder às questões - uma vez que esse não constitui nosso propósito -, mas para perguntar diferentemente do modo habitual, no lugar dos réus, e assim poder, ainda que de forma pretensiosa, deixar fluir a sutileza do pensar. Tão-somente seguir a teia por onde os jovens se fazem em seus cotidianos. Fazer e pensar, nesse sentido, enreda e objetiva o propósito. Se os jovens são vistos como “a encarnação de impossibilidades, eles nunca podem ser vistos, e ouvidos, e entendidos, como sujeitos que apresentam suas próprias questões, para além dos medos e das esperanças dos outros”. (Abramo, 1997, p.33)

Caminhos do Sul⁹⁶.

*Havia dois reis,
um do Norte e outro do Sul.*

Competiam... e, ora um ora outro, desafiava:

- Os meus homens são mais hábeis e astutos do que os de V. Senhoria. O Rei do Sul tinha homens que falavam muitas línguas – dos seus vários irmãos africanos. O do Norte tinha muita instrução e falava língua de Reis.

Combinaram de levar, cada um deles, o seu melhor Homem para um dueto. Quem vencesse teria a primazia do novo domínio.

Então, os dois Homens se encontraram numa encruzilhada.

- Me deixe passar Paxere - me deixe passar, porque ouvi que na tua terra, sete burros subiram ao Céu. Ao que o Do Sul responde. Sim, nunca vi, nem ouvi dizer, mas já ouvi que tem havido chuvas de “Celin e cheia de Albarda”⁹⁷ CREIO ENTÃO QUE OS BURROS JÁ SOBEM AO CÉU.

Me deixe passar Paxere - me deixe passar, porque ouvi que na tua terra, o mar pegou fogo. E o do Sul - Sim, nunca vi, nem ouvi dizer, mas já ouvi que pescadores têm vindo do mar com peixes metade crua, metade cozida, CREIO ENTÃO QUE O MAR JÁ PEGA FOGO.

Me deixe passar Paxere, porque ouvi que na tua terra, há um pássaro que, quando passa no céu, ao se ver a cabeça é preciso esperar sete anos para se ver a cauda . - Sim, nunca vi, nem ouvi dizer, mas já ouvi dizer que durante sete anos sete companhias de homens

⁹⁶ Historia contada em Cabo Verde “tradução livre”

⁹⁷ Aparatos da montada ou utilizado sobre as costas dos burros no transporte de cargas.

tentavam abrir com cerras e martelos o ovo de um pássaro, CREIO ENTÃO QUE PODERÁ SER DESSE PÁSSARO.

(...) (...) (...) (...)

Paxere passa e me deixe passar; porque há um rapaz preto de olhos vermelhos que ao passar leva o caminho nos bolsos. Sim, responde o do Sul, PASSE, PORQUE, SE NÃO, TU NÃO VAIS E EU NÃO CHEGO. E, de acordo, partiram ambos.

O do Norte entretanto, ao passar primeiro, ele próprio ia recolhendo o caminho. Mas nenhum dos homens chegaram. Os Reis então quiseram saber o que tinha sucedido a seus homens mais astutos. Incrédulos se encontraram, e compreenderam que aqueles continuavam caminhando ENQUANTO O HOMEM DO NORTE IA FICANDO CADA VEZ MAIS PESADO COM O PESO DO CAMINHO QUE ÍA ENCHENDO EM SEUS BOLSOS, O DO SUL, IA FAZENDO A COSTURA DO SEU PRÓPRIO CAMINHO.

Para além dos simbolismos, pôr-se ao espelho, pôr ao espelho; ver a si mesmo pelas interpelações do reflexo especular é fazer um caminho outro, de encontro consigo mesmo, de aproximação ao outro, pela nova sutura do presente - do real e de suas virtualidades. Assim como a “atenção ao modo de olhar do outro, *pensamos*, talvez permita a emergência de ‘outra forma’ do pensamento e, talvez, de outro tipo de prática social” (LAROSA E LARA, 2008, p. 11. *grifo nosso*).

Eis o nosso desafio!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Germano. *Ilha fantástica*. 4. ed. Mindelo: Ilhéu Editora, 1998.

_____. *Os dois irmãos*. 2. ed. Mindelo: Ilhéu Editora, 2000.

ALVAREZ, J. ; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E. et al.(Org). *Pistas dométodo cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividades*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ALVAREZ-URÍA, Fernando. La configuración Del campo de la infancia normal: de la genealogía Foucaultinana y de su aplicación a las instituciones de educación especial. In: FRANKLIN, B. (Org.) *Interpretación de la discapacidad: teoría e historia de la educación especial*. Barcelona: Pomares-Corredor, 1996, p. 90-122.

AMARAL, Ilidio do. *Santiago de Cabo Verde: A Terra e os homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1974.

ANDRADE, Elisa. *As ilhas de Cabo Verde: Da Descoberta à Independência Nacional*. Paris: L'Harmattan, 1996.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

ASSOCIAÇÃO PARA A SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO ZÉ MONIZ. *A saúde e estilos de vida dos adolescentes cabo-verdianos frequentando o ensino secundário*, Praia, 2005.

BRANCO, G. C. As Lutas pela Autonomia e Liberdade em Michel Foucault. In: SOARES Jorge C. EWALD Ariane P. DAMAS, Carla (Org.). *Anais das terças transdisciplinares: experimentando a fronteira entre a Psicologia e outras práticas teóricas*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, mar. 2000 – jun. 2001.

_____. Racismo, individualismo, biopoder. *Rev. Filos.*, Curitiba, v. 21, n. 28, p. 29-38, jan./jun. 2009.

BRANDÃO, Elaine. Gravidez na adolescência das camadas médias: um olhar alternativo. In: ALMEIDA, M. I.; MENDES, Eugenia. F. (Org.); *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A Juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.112-121.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. *Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autentica, 1999.

_____. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Nova York, Routledge, 1991.

CARDOSO-JR, H. Deleuze e Foucault em co-participação no plano conceitual... In: VEIGANETO, Alfredo et al. (Org.) *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzchianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CATHARINO TR. *Da gestão dos riscos à invenção do futuro: considerações médico-psicológicas e educacionais sobre histórias de meninas que engravidaram entre 10 e 14 anos*. 2002. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2002.

CESAR, M^a Rita. *A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico*. São Paulo: UNESP, 2008.

CRUZ, Rossana R. Nombrar la identidad: un instrumento cartografico, emergencia de culturas juveniles, Estrategias del desencanto. In: *Enciclopedia Latinoamericana de Sociocultura y Comunicación*. Barcelona: Grupo Editorial Norma, 2000. p. 49 - 73.

CASTORIADES, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de, *A invenção do cotidiano – as artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORDEIRO ALMADA, J. (Org). *Mirabilis de Veias ao Sol: antologia dos novíssimos poetas cabo-verdiano*. Praia: IPC, 1998.

DELEUZE, Gille. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

DELEUZE, Gille ; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. O que é um dispositivo? In: _____. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Passagens, 1996.

FOURIER, Charles. *A infância emancipada*. Lisboa: Antígona, 2007.

FOUCAULT, M. – “Interview with Lucette Finas”, in: Morris, M. e Patton, P. (Eds.) - *Michel Foucault: power, truth and strategy*, Sidney: Federal Publications, 1980.

_____. *Herculine Barbin: O Diário de um Hemafrodita*, Ed. Francisco Alves, 1984.

_____. *História da sexualidade – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: 11ª edição, 1993.

_____. *Genealogia del racismo*. La Plata: Altamira, 1996.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

_____. *Michel Foucault: ética, sexualidade e política*. MOTTA, Manoel de (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Coleção Ditos e Escritos.5).

_____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins, 2008.

FRAGA, Paulo C.P. ; LULIANELLI, Jorge A. S. (Org.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GAGNON, John. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre a sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. (Coleção Sexualidade e Gênero).

GROPPO, Luís Antonio. *Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUATTARI, Felix ; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografia do desejo*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HOPFFER ALMADA, José (Coord.) *O ano mágico de 2006: olhares retrospectivos sobre a história e a cultura cabo-verdianas*. Praia: Instituto Nacional da Biblioteca e do Livro, 2008.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: DA SILVA, Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva de estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HEILBORN, M. L; CABRAL, C; BOZON, M. Valores sobre a sexualidade e elenco de práticas: tensões entre modernização diferencial e lógicas tradicionais. In: HEILBORN, M. L. et al. (Org.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond ; Fiocruz, 2006.

INSTITUTO CABO-VERDIANO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ICCA. *A criança e o trabalho: um estudo jurídico-sociológico*. Praia: ICCA; Ministério do Trabalho e Solidariedade, out. 2007. p. 25.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDSR II). Cabo Verde, 2005.

_____. *Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB)*. Cabo Verde, 2007.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html>. Acesso em: 09 fev. 2011.

KASTRUP, V. ; BENEVIDES. R. Movimentos-funções do dispositivo da prática da cartografia. In: PASSOS, E. et al.(Org). *Pistas dométodo cartográfico:pesquisa-intervenção e produção de subjetividades*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

LAQUEUR. Thomás. *Inventando o sexo: corpo gênero e sexo dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LARROSA, Jorge ; DE LARA, Núria. Apresentação. In: LARROSA, Jorge ; LARA, Núria (Org). *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LAROSA, J. ;SKLIAR, C. Babilônios Somos: a modo de apresentação. In: LAROSA, J. ; SKLIAR, C. (Org.). *Habitantes da Babel: Políticas e Poéticas da Diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LOPES FILHO, João. *Cabo Verde: retalhos de quotidiano*. Lisboa: Caminho, 1996.

_____. Formação da sociedade e as bases da cultura cabo-verdiana. In: CASSENDO. Lisboa, 1986. (Junho).

_____. *Introdução à cultura cabo-verdiana*. Praia: Instituto Superior da Educação, 2003.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LULIANELLI, Jorge A. S. Juventude: construindo processos: o protagonismo juvenil. In: FRAGA, Paulo C.P. ; LULIANELLI, Jorge A. S. (Org.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LUZ, Maria Teresa Machado; SILVA, Ricardo de Castro, Vulnerabilidade e adolescências. In: SCHOR, Nélia; MOTA, Maria do Socorro F. Tabosa; CASTELO BRANCO, Viviane. *Cadernos Juventude, saúde e desenvolvimento*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretarias de Políticas de Saúde, 1999.

MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico do nosso tempo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1980.

NOVAES, Regina. Juventude: conflito e solidariedade. *Comunicações do ISEER*. Rio de Janeiro, n.50, p. 5-13,1998.

NUNES, S. Alexim. *O corpo do diabo: entre a cruz e a caldeirinha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

OZELLA, Sergio ; JUNQUEIRA DE AGUIAR, Wanda Maria. Desmistificando a concepção de adolescência. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 133, jan./abr. 2008.

PAIS, José Machado. Correntes teóricas da sociologia da juventude. In: _____. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1993.p. 37 – 63.

PASSOS, E. ; BENEVIDES, B. Funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS,E. et al.(Org.). *Pistas dométodo cartográfico:pesquisa-intervenção e produção de subjetividades*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In: PASSOS,E. et al.(Org.). *Pistasdo dométodo cartográfico:pesquisa-intervenção e produção de subjetividades*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PELBART, Peter Pal. Poder sobre a vida e potência da vida. In: *Vida capital: ensaios da biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, 15: ética e história oral. Abril 1997.

RAGO, MARGARETH. Descobrimo historicamente o Gênero. Disponível em: <[http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1998\(11\)/Rago.pdf](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1998(11)/Rago.pdf)>. Acesso em: 08 fev. 2011.

ROLNIK, Suely. O mal-estar da diferença. In: *Anuário de Psicanálise*: círculo psicanalítico. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

_____. Guerra dos gêneros & guerra aos gêneros. Disponível em:

<<http://caosmose.net/suelyrolnik/pdf/genero.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2010.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu. *Educação & Realidade*, v.26, n.1, p.33-57, 2001.

RIBEIRO, Orlando. Primórdios da ocupação das ilhas em Cabo Verde. *Studia*, Lisboa. v. 10, jul. 1962.

SANTOS, M^a Emília M. (Coord.). *História geral de Cabo Verde*, v. 2. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical; Instituto nacional da Cultura de Cabo-Verdiana, 1995.

SCHMIDT, B. B. Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura. In: RAGO, M. ; GIMENES, R. A. O. (Org.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: Unicamp, IFCH, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

STRATEHERN, Marlyn. *O gênero da dádiva*. Campinas, Unicamp, 2006.

TEIXEIRA, Maria Augusta Évora Tavares. *Autoria e construção da identidade cabo-verdiana: diálogos entre a obra de Germano Almeida e o discurso parlamentar*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

THOMSON, A. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*, 15: ética e história oral. Abril 1997.

VELHO, Gilberto. Epílogo - Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, M.I. ; MENDES, Eugenia. F. (Org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

VIGARELLO, Georges. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

WELLAUSEN, Saly da Silva. Os dispositivos de poder e o corpo em “Vigiar e Punir”. *Revista Aulas*, n. 3, dez. 2006-mar. 2007. Dossiê Foucault. Organizado por Margareth Rago & Adilton Luís Martins.